



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

VICTOR CAVALCANTI MARIANO

NOMES NUS NA POSIÇÃO DE SUJEITO NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO

Salvador
2018

VICTOR CAVALCANTI MARIANO

**NOMES NUS NA POSIÇÃO DE SUJEITO NO PORTUGUÊS
AFRO-BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dannel da Silva Carvalho

Salvador
2018

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cavalcanti Mariano, Victor

Nomes nus na posição de sujeito no português afro-brasileiro / Victor Cavalcanti Mariano. -- Salvador, 2018.

92 f.

Orientador: Danniel da Silva Carvalho.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras UFBA, 2018.

1. Nomes nus. 2. Português afro-brasileiro. 3. Sintaxe. 4. Gramática Gerativa . I. da Silva Carvalho, Danniel. II. Título.

A Deus,
À saudosa profa. Ilza Ribeiro (*in memoriam*),
À minha família.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação representa um percurso de seis anos turbulentos. É o marco de encerramento de um ciclo, um trabalho marcado por limitações em sua feitura, mas de muito aprendizado. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que me capacitou para realização deste trabalho, e a minha família, que sempre está ao meu lado, mesmo sem entender sempre as minhas decisões. Em especial, agradeço à minha esposa Caroline Vaz, que sempre me incentivou e nunca me deixou desistir.

No que posso, enfim, denominar o início de uma vida que pretendo dedicar à pesquisa, gostaria de agradecer ao meu professor orientador Danniell Carvalho pela confiança, amizade e suporte, sem os quais não seria capaz de finalizar a dissertação. Gostaria de prestar minha gratidão também à professora Cristina Figueiredo, que sempre se dispôs a ler as versões iniciais e ajudar-me a seguir o bom caminho. Não posso deixar de ser grato ao professor Alan Baxter por ter aceitado me orientar em um período difícil para todos e, principalmente, agradecer à saudosa Prof. Ilza Ribeiro, que foi a primeira a acreditar em meu potencial e a abrir-me as portas do mundo acadêmico. Para ela, eternamente, o meu muito obrigado.

Foi fundamental também a amizade de Fernanda Cerqueira, Sinval Medeiros Júnior, Jaqueline Lucchesi, Renato Medeiros e Eloísa Lopes e demais amigos do Phina, com cujo apoio sempre pude contar. Além deles, os amigos Alan Lobo e Rogério Modesto sempre estiveram comigo ao longo desse percurso, prontos para apoiar-me. Afinal, quero agradecer a todos os amigos, que sempre estiverem por perto ao longo dessa jornada para oferecer-me um ombro e ajudar-me na caminhada

Não posso deixar de agradecer aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura que, mesmo diante da adversidade, estiveram prontos a me ajudar.

Por fim, gostaria de agradecer à CAPES, por ter financiado parte desta pesquisa.

Que dirão da minha poesia
os que não tocaram meu sangue?
Posso perguntar ao meu livro
se eu mesmo o escrevi? Desde quando?
(Pablo Neruda)

RESUMO

Esta pesquisa estudou a sintaxe e a semântica do sintagma determinante (DP) em um *corpus* de fala de brasileiras afrodescendentes moradoras da comunidade rural isolada de Helvécia, no interior da Bahia. O trabalho visou fazer uma descrição do sistema de marcação de definitude e referencialidade de DPs em posição de sujeito sentencial no *corpus* em questão, tendo em vista o processo de transmissão linguística irregular que, teoricamente, está na base da formação do português popular do Brasil. Assim, quis-se entender a variação no uso de nomes com e sem determinantes realizados foneticamente. Além disso, a fim de se traçar uma analogia entre o processo de formação do português brasileiro e o processo de formação de línguas crioulas, o trabalho em questão traça uma comparação entre os resultados encontrados no *corpus* utilizado e os resultados encontrados em algumas línguas crioulas, como as faladas em São Tomé (ALEXANDRE, HAGEMEIJER, 2007), Cabo Verde (BAPTISTA, 2007) e Guiné-Bissau (KIHM, 2012), e com outros estudos sobre a fala de brasileiros afrodescendentes moradores de comunidades rurais isoladas (RIBEIRO, 2010). Destarte, descrevem-se os contextos sintático-semânticos em que as falantes realizam ou não artigos (definidos ou indefinidos) em DPs em posição sintática de sujeito e compara-os com os resultados encontrados em outros estudos. Por fim, propõe-se uma estrutura sintática para o DP dessa variedade do português brasileiro, que se adéqua à proposta da existência de um artigo não realizado foneticamente na gramática dessa língua e aos contextos sintático-semânticos descritos.

Palavras-chave: Sintagma determinante. Posição sujeito. Fala afrodescendente. Línguas crioulas. Estrutura DP.

ABSTRACT

This research studied the syntax and semantics of the Determiner Phrase (DP) in a speech *corpus* of elder female Brazilian Afro-descendants who lived in the isolated rural community of Helvécia, Bahia, Brazil. The research aimed to provide a description of the definiteness and referentiality marking of DPs in subject position of the sentence using the data available in the *corpus* to achieve this goal. This information was examined in the perspective of the irregular linguistic transmission process which influenced the formation of popular Portuguese in Brazil. Besides, we intended to understand the variation in the usage of nouns with and without phonetically overt determiners. In addition, in order to delineate an analogy between the process of formation of the Brazilian Portuguese and the process of formation of Creole languages, the work provides a comparison between the results found in the *corpus* described and the results of similar works on some Creole languages, such as those spoken in São Tomé (ALEXANDRE, HAGEMEIJER, 2007), Cape Verde (BAPTISTA, 2007) and Guiné-Bissau (KIHM, 2012). It was also relevant to make a correlation of our results and other studies that focus on Afro-Brazilian Portuguese variety and who also lived in isolated communities (RIBEIRO, 2010). Thus, we described the syntactic-semantic contexts in which the speakers realize articles (defined or indefinite) in DPs in the syntactic subject position and compared them with other research results. Finally, a syntactic structure is proposed for the DP of this Brazilian Portuguese variety, which is coherent with the assumption of the existence of phonetically overt definite article in Brazilian Portuguese grammar and with the syntactic-semantic contexts described in the dissertation.

Keywords: Determiner phrase. Subject position. Afro-descendant speech. Creole language

LISTA DE ABREVIATURAS

<e <e, t>>	Espécie
<e, t>	Propriedade
<e>	Indivíduo
3sg	Terceira pessoa do singular
Agree	Concordância, do inglês <i>Agreement</i>
AgreeP ou AgrP	Sintagma de concordância, do inglês <i>Agreement Phrase</i>
Arg	Argumento
artigo ø	Artigo não realizado foneticamente ou artigo nulo
Card	Cardinalidade
CardP	Sintagma Cardinal, do inglês <i>Cardinality Phrase</i>
CCV	Crioulo de Cabo Verde
Comp ou C	Complementizador, do inglês <i>Complementizer</i>
CP	Sintagma complementizador, do inglês <i>Complementizer Phrase</i>
CST	Crioulo de São Tomé
D ou D°	Núcleo determinante
Def	Definitude
Dem	Demonstrativo
Det	Determinante
DP	Sintagma Determinante, do inglês <i>Determiner Phraser</i>
Esp	Especificidade
GenP	Sintagma de Gênero, do inglês <i>Gender Phrase</i>
Ger	Gerúndio
GU	Gramática Universal
HV - 19	Inquérito de Helvécia, 19
HV -13	Inquérito de Helvécia, 15
HV -15	Inquérito de Helvécia, 13
Ind ou Indef	Indefinido
InflP ou IP	Sintagma flexional, do inglês <i>Inflection Phrase</i>
ININT	Ininteligível
K	Caso abstrato
KP	Sintagma de caso, do inglês <i>Case Phrase</i>
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
LF	Forma Lógica, do inglês <i>Logic Form</i>
ModP	Sintagma Modificador, <i>Modifier Phrase</i>
ModP	Modificador
N ou N°	Núcleo Nominal
Nb/Num	Número
NbP ou NumP	Sintagma de Número, do inglês <i>Number Phrase</i>
NEG	Negação
NN	Nominais Nus
Nom	Nominalização
P	Preposição

PA	Português Afro-brasileiro
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
Plur ou Pl	Plural
Poss	Possessivo
PP	Sintagma Preposicionado, do inglês <i>Prepositional Phrases</i>
Pred	Predicado
QP	Sintagma quantificador, do inglês <i>Quantifier Phrase</i>
SC	<i>Small-Clause</i>
Sing ou Sg	Singular
SN ou NP	Sintagma nominal, do inglês <i>Nominal Phrase</i>
Sp	Núcleo especificidade
Spec	Especificador
SpP	Sintagma especificador, do inglês <i>Specificity Phrase</i>
ST	São Tomé
T	Tempo
TLI	Transmissão Linguística Irregular
TMA	Tempo-Modo-Aspecto
TP	Sintagma de Tempo, do inglês <i>Time Phrase</i>
V	Verbo
VP	Sintagma Verbal, do inglês <i>Verbal Phrase</i>
vP	Sintagma do Verbo Leve, do inglês <i>Light Verb Phrase</i>
U ou ˆ ou op. up	Operador Up
U ou ˘ ou op. Down	Operador Down

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 APRESENTAÇÃO	10
1.2 A COMUNIDADE DE HELVÉCIA	12
1.3 RELEVÂNCIA SÓCIO-HISTÓRICA	13
1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES DE TRABALHO	17
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	18
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 A SINTAXE E A SEMÂNTICA DOS DPS	21
2.1 DP: O QUE É ISSO?.....	21
2.1.1 A hipótese DP.....	23
2.1.2 Determinantes.....	25
2.1.3 A referencialidade	28
2.1.4 A Definitude.....	29
2.1.5 A estrutura do DP.....	32
2.1.6 O estudo dos <i>nomes nus</i>	34
2.2 SUMARIZANDO	42
3 A ESTRUTURA DO DP EM LÍNGUAS CRIOULAS E NO PB	44
3.1 LÍNGUAS CRIOULAS: O QUE SÃO E QUAL SUA RELEVÂNCIA PARA ESTE TRABALHO?	44
3.2 A ESTRUTURA DOS DPS EM LÍNGUAS CRIOULAS	47
3.3 O QUE SE FALA SOBRE OS DPS DO PB E DO PA	53
3.4 A AQUISIÇÃO DE ARTIGOS EM APRENDIZAGEM DE L2	58
3.5 SUMARIZANDO	60
4. A COMUNIDADE DE HELVÉCIA E OS DADOS ENCONTRADOS	64
4.1 E A POSIÇÃO SUJEITO?.....	64
4.2 OS NOMES NUS.....	65
4.3 OS NOMINAIS DE HELVÉCIA	68
4.3.1 Quando há artigo realizado foneticamente	68
4.3.2 Quando há a realização de <i>nomes nus</i>	72
4.4 UMA PROPOSTA ESTRUTURAL	76
4.4.1 Quando há artigo realizado foneticamente	77
4.4.2 Quando há a realização de <i>nomes nus</i>	80
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
5.1 PRÓXIMOS PASSOS	86
REFERÊNCIAS	88

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa aqui desenvolvida descreve o sistema de determinação definida observando definitude, especificidade e referencialidade dos nomes nus (sem artigo) na posição de sujeito em dados de fala de afrodescendentes brasileiras residentes em uma comunidade rural isolada, Helvécia-Ba. A análise é feita a partir de três inquéritos, notadamente HV-13, HV-15 e HV-19¹, do *corpus* do Português Afro-brasileiro, acervo do Projeto Vertentes do Português Popular do Interior do Estado da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa escolha se faz por se tratarem de dados de fala de mulheres idosas, que retratam a fala de afrodescendentes que vivem/viveram em comunidades rurais isoladas. É relevante o fato de uma delas ter adquirido sua língua materna ainda no começo do século XX, e, é possível considerar que o seu falar reflete a forma daqueles que aprenderam o português através do processo de transmissão linguística irregular² (LUCCHESI, 2003).

A documentação da fala dos moradores de comunidades como a das informantes aqui apresentadas é valiosa para a análise, uma vez que se constitui do registro de informantes socialmente desprestigiados (vivendo em rincões afastados e sem acesso a itens sociais básicos, como educação). Ademais, a aquisição da sua língua data do começo do século XX, sendo eles, portanto, descendentes de falantes de português como segunda língua, a qual foi adquirida em contexto diferencial de aprendizagem: a escravidão (cf. MATTOS E SILVA, 2004).

Tendo esses fatos em vista, o estudo da sintaxe do sintagma nominal (NP, do inglês, *Nominal Phrase*) ou sintagma determinante (DP, do inglês, *Determiner Phrase*), seguindo a análise de Abney (1987)³, justifica-se uma vez que tem intrigado os linguistas há décadas (BAPTISTA, GUÉRON, 2007a). Isso porque, mesmo havendo uma literatura considerável sobre o tema (BAPTISTA, GUÉRON, 2007a; BAXTER, LOPES, 2006, 2009; BICKERTON, 1981; CARLSON, 1977; CHIERCHIA, 1998; KABATEK, 2007; KIHM, 2012;

¹ A sigla HV, que aparece antes dos números dos inquéritos, significa que a entrevista foi realizada em e com um morador de Helvécia-Ba.

² A transmissão linguística irregular (TLI) é explicada no seção 1.3.

³ Abney (1987) é o primeiro autor a propor uma estrutura para os nominais análoga à estrutura frasal do verbo, que possui categorias funcionais que o domina, o IP (do inglês, *Inflection Phrase*) e o CP (do inglês, *Complementizer Phrase*), a que ele chamou DP e que tem como núcleo os determinantes.

LONGOBARDI, 1994; NEVES, 2014; OLIVEIRA, 2011; RIBEIRO, 2010; RIBEIRO, CYRINO, 2010a, 2010b; SCHIMITT, MUNN, 1999 etc.), o tema não está fechado, uma vez que ainda não existe uma resposta consensual para o problema de como este constituinte se estrutura, tanto inter quanto intralinguisticamente. Nesse sentido, a análise dos DPs no que se convencionou chamar português afro-brasileiro (PA) surge como mais uma possibilidade de se lançar luz a esse campo complexo da sintaxe das línguas naturais, uma vez que o processo de formação desta língua é intrincado e assemelha-se, com as devidas proporções, ao processo de formação das línguas crioulas (LUCCHESI, 2003). Sobre isso, é relevante dizer que o que torna a sintaxe do DP no PA particularmente intrigante é o uso amplo de nominais nus, fato que aproxima esta variedade do português brasileiro (PB) de línguas crioulas.

Neste sentido, é importante observar que o uso de nomes nus na posição de sujeito em uma das informantes, do inquérito HV-19, que possivelmente nasceu no século XIX, já havia sido verificado por Ribeiro (2010):

(1) Esse tempo... **mãe** não sentava com fio pa conversá não. (RIBEIRO, 2010, p. 4)

Cabe definir o que se entendeu, nesta pesquisa, por nomes nus: aqueles que não são realizados precedidos por determinantes, como se pode verificar em (1). Nesse contexto, deve-se observar que tal ocorrência não é comum nas línguas românicas, como o português europeu (PE), o que torna a estrutura dessa variedade um desafio, como observa Ribeiro (2010), ao analisar o exemplo de Baptista (2007) abaixo:

(2) Naquele tempo, **criança** não ia para a escola. (*PE/okPB) (RIBEIRO, 2010, p.4)

Este mesmo exemplo, em PB, é considerado gramatical por Baptista (2007) e também é observado na fala de outros autóctones dessa mesma comunidade rural, como em (3):

(3) **Menina** tá aí dento doente aí, mas pode entrá. – Inquérito HV-13⁴.

Neste aspecto, é intrigante o fato de o português falado pelas informantes ter características que pertencem às línguas crioulas, como a presença de nomes nus em posições

⁴ Pela existência de nomes nus, como os do exemplo em (3), e pela variação encontrada com nomes com artigo realizado que se argumenta em favor da hipótese de que os nomes nus em Helvécia são sintagmas determinantes (DPs), como se verá mais a frente, nessa dissertação.

argumentais, além da falta de concordância verbal e nominal. Tais características aparecerem nessa variedade possivelmente devido ao contato abrupto e massivo entre línguas que ocorreu no Brasil, (LUCCHESI, 2009a). Assim, o estudo aqui realizado faz uma descrição do fenômeno na fala das informantes, em vários contextos sintático-semânticos, sem perder de vista a relevância sócio-histórica do *corpus*. Outros estudos, dentro do Programa de Graduação de Língua e Cultura da UFBA, trouxeram problematizações parecidas (NEVES, 2014; OLIVEIRA, 2011), no entanto, ressaltamos que o estudo aqui proposto se diferencia nos objetivos, metodologia de análise e referencial teórico, como se verá nas seções seguintes.

1.2 A COMUNIDADE DE HELVÉCIA

A comunidade de Helvécia é um Distrito do Município de Nova Viçosa, que fica ao Sul da Bahia e está localizada a 17°48'27''S de latitude e 39°39'51''W de longitude. Helvécia foi o local de onde, em 1987 e 1994, foram colhidas as amostras de fala que compõem o *corpus* desse trabalho. O Distrito tem a sua origem relacionada à Colônia Leopoldina, que foi uma colônia de alemães, suíços e franceses, em que, por via da mão-de-obra escrava, se cultivava café.

Para entender a história de Helvécia, é preciso remontar que a concessão das sesmarias que compuseram a Colônia Leopoldina foi dada pelo Governo Central em 1818. A partir daí, em um processo rápido, começou-se o cultivo e a exportação do café, além da exploração da mão-de-obra escrava. De fato, a Colônia Leopoldina “foi um dos últimos empreendimentos agrícolas do Brasil a utilizar o trabalho escravo” (LUCCHESI et al., 2009, p. 85). O empreendimento cafeeiro de Leopoldina foi rapidamente próspero e, “no início da década de 1850, era responsável por quase 90% da produção de café da província” (LUCCHESI et al., 2009, p. 85).

Contudo, a vigência da Colônia pouco durou, uma vez que “uma combinação de fatores conspirou para a sua rápida decadência, sobretudo o advento da abolição e a expansão da cultura do café para regiões mais férteis da província” (LUCCHESI et al., 2009, p. 85). Após a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, os ex-cativos da Colônia Leopoldina se mantiveram em regiões próximas às fazendas de café, criando pequenos vilarejos que praticavam a subsistência. Helvécia foi uma dessas vilas, que se manteve e uniu, pois “passaria a viver em função da estação da ferrovia Bahia-Minas, inaugurada em 1897” (LUCCHESI et al., 2009, p. 85).

Durante os anos de pujança da Colônia, havia uma população de 200 brancos, em sua maioria estrangeiros, e 2000 negros de diversas origens, com uma relação de 1 branco para 10 negros. Segundo LUCCHESI et al. (2009, p. 87), “alguns autores têm comentado que o exemplo de Helvécia é especial, porque os senhores eram, na sua maioria, estrangeiros e, portanto, não tinham o português como língua materna.” Com certeza, este é um dos fatos que particularizam a comunidade de Helvécia dentro dos estudos da história do PB, ou melhor, do PA, mas não é o único. Além da questão da nacionalidade dos colonizadores, Helvécia é particular, pois, é um caso de uma colônia que começa e termina no século XIX, com negros de várias origens que, após o fim da escravidão no Brasil, se fixam na própria região, de forma isolada do resto do país. Como essas condições reunidas fazem do caso de Helvécia material importante para os estudos linguísticos do PB é tema para mais adiante.

A escolha dos inquéritos para formar o *corpus* de análise, bem como a sua relevância para os estudos da sócio-história do PB e do próprio PA são temas da próxima seção.

1.3 RELEVÂNCIA SÓCIO-HISTÓRICA

O *corpus* de análise utilizado nesta pesquisa, do ponto de vista sócio-histórico, parece refletir um processo de transmissão linguística irregular (TLI) de tipo leve que, segundo Lucchesi (2003, 2009a,b), é característico da formação do PB. No Brasil, as mesmas condições de contato entre diversas línguas (a europeia – o português –, as africanas dos escravos negros que foram levados ao país e, com menor força, a dos indígenas que já habitavam a terra antes da chegada dos colonizadores e que, mais tarde, foram dizimados) e o sistema de escravatura característico do *plantation*, que, em outras regiões como o Caribe, formaram línguas crioulas, foram parte da sua história. Além disso, a semelhança entre o PB e as línguas crioulas fortalece a hipótese levantada por Lucchesi (2003, 2009a) de que o processo de Transmissão Linguística Irregular (TLI), que, segundo o referido autor, caracteriza o aprendizado do português pelos negros escravos trazidos ao Brasil, foi determinante em fenômenos observados na gramática da língua falada no país.

Para Lucchesi, o TLI está na base da formação das variedades populares do PB. Tal processo é característico e consequência do contato maciço entre línguas, oriundo do contato entre povos, forçadamente ou não, apesar de ser mais comum no primeiro caso. A TLI ocorre quando um grupo de falantes adultos se encontra em uma situação em que são forçados, por meio de dominação pela força ou cultural, a falar uma nova língua, em condições antagônicas

de aprendizagem, como, por exemplo, ocorreu em países que, durante a colonização, foram escravagistas. Nesse caso, ao ter de aprender a língua de superstrato, ou língua-alvo, do grupo dominante, sem as devidas condições, os falantes do grupo dominado, desenvolvem variedades de segunda língua (L2) defectivas, caracterizadas pela redução de aparatos gramaticais. Essas variedades defectivas servirão de modelo para a segunda geração de falantes de L2 do grupo dominado, deixando marcas de mudança linguística nesse processo.

Assim sendo, a diferença entre a transmissão geracional normal e a TLI está na distância entre os dados linguísticos primários: na primeira, a criança tem acesso a dados de falantes usuais da língua, que a adquiriram em contextos normais, geralmente como a primeira língua (L1); na segunda, a criança tem acesso a dados de falantes de L2 que a adquiriram em situação adversa, apresentando, nessa variedade, lacunas e reanálises. Nesse sentido, o processo de TLI pode levar a mudanças bastante relevantes na gramática dessas variedades, distanciando-as da língua-alvo, a ponto de, em alguns lugares, novas línguas se formarem, como línguas crioulas. (LUCCHESI, BAXTER, 2009).

Entretanto, apesar de essas condições serem relevantes para formação do que hoje se chama PB, não se pode dizer que houve, no Brasil, de uma forma geral e maciça, um processo de criouliização (apesar de a hipótese de que tenha ocorrido tal processo em áreas isoladas do país não deve ser descartada). Por isso, Lucchesi (2009a, b) diz que, no Brasil, o processo que levou ao surgimento de novas variedades do português, diferentes do modelo europeu, deve ser caracterizado como uma TLI de tipo leve, uma vez que as mudanças que esse processo de casou no PB não chegaram a formar uma língua crioula. Lucchesi (2009a, b) ainda chama atenção para o caso de que outros fatores evitaram uma criouliização maciça no Brasil, mas que o reflexo do contato entre línguas ocorrido está presente no PB, principalmente no uso popular da língua. Nas palavras do próprio autor:

(...) Em termos gerais, o processo histórico de constituição da realidade linguística brasileira aponta para a ocorrência de significativas mudanças nas variedades populares do português, em função do contato entre línguas. Contudo, por diversos fatores, relacionados, sobretudo, à maior complexidade da sociedade brasileira *vis-à-vis* às sociedades agroexportadoras do Caribe, por exemplo, essas mudanças não foram de monta a dar ensejo à formação e estabilização de uma língua crioula de base portuguesa, o que pressupõe uma reestruturação original da gramática e/ou a transferência de estruturas das línguas de substrato. Tais processos, se ocorreram, ocuparam uma posição lateral, e suas marcas mais evidentes provavelmente desapareceram no bojo das enormes alterações que se processaram no cenário socioeconômico do país ao longo do século XX. (LUCCHESI, 2009a, p. 71)

O processo de TLI de tipo leve, ocorrido no Brasil e que baseia a formação das variedades populares do PB atual, caracteriza-se “pela simplificação e/ou eliminação de certas estruturas gramaticais; ou ainda, em outras palavras, pelo aumento na frequência de uso das formas não marcadas, bem como a sua generalização paradigmática” (LUCCHESI, 2009a, p. 71-72). Dessa forma, algumas características do PB contemporâneo que refletem o processo de TLI, seja por incorporação das características da língua africana de substrato, seja por uma reinterpretação dos dados linguísticos (AVELAR; GALVES, 2014), são, por exemplo: as mudanças no quadro dos pronomes pessoais, a variação na concordância verbal e nominal no que se refere a número, e o uso de nomes nus (tema dessa pesquisa).

Para se justificar a não ocorrência de uma língua crioula em terras brasileiras, pelo menos não amplamente difundido, como dito acima, alguns fatores são arrolados. Um deles foi a ausência de vida social a que eram submetidos os escravizados devido à rotina pesada de trabalhos. Além disso, o uso de línguas francas entre os escravos segregados e foragidos, os incentivos à proficiência do português, a miscigenação racial e a integração entre escravos urbanos, mineradores e domésticos são também indicados como razões que bloquearam a aparição de um crioulo português brasileiro (LUCCHESI, 2009a, p. 69).

Dessa forma, o estudo do PB utilizado pelas chamadas “camadas populares” da população se destaca por refletir mais profundamente os contatos entre línguas no Brasil, uma vez que foi nelas, descendentes diretas dos escravizados brasileiros, que as mudanças causadas pelo processo de TLI são mais identificáveis. Além disso, é possível observar que os fatores que inibiram uma variação linguística ainda maior no país, como o acesso aos meios de comunicação de massa, escolarização etc., atuam mais diretamente nas camadas mais altas, homogeneizando o falar dessas classes em oposição à fala considerada popular. Dentre estas camadas populares, se particulariza o dialeto usado nas comunidades rurais isoladas afrodescendentes, que, por se tratar da fala de moradores de comunidades que possuem como características o isolamento e a descendência de negros escravos, possui características mais fortes do processo de TLI do tipo leve, como o amplo uso de *nomes nus* (nomes nus), entre outros (BAXTER; LOPES, 2009).

Ademais, o caso de Helvécia e das demais comunidades rurais afro-brasileiras se particulariza nesse processo, uma vez que “os reflexos de pretéritas situações de contato sejam mais visíveis” (LUCCHESI, 2009a, p. 73). De forma geral, essas comunidades foram formadas a partir de uma população de afrodescendentes que foram isolados, seja porque queriam se esconder (descendentes de quilombolas), seja por fatores outros que levaram ao

isolamento (como no caso de Helvécia), até meados do século XX. Esse isolamento permitiu a conservação de formas linguísticas que refletem mais diretamente a TLI, uma vez que essas comunidades foram iniciadas em um patamar de grande concentração de africanos escravizados em relação ao número de brancos, dificultando o acesso a modelos da língua-alvo para essas pessoas. Nesse sentido, é bem plausível que as variedades linguísticas, geradas nessas condições, tenham “sofrido uma erosão gramatical e passado por processos de reestruturação, em níveis superiores aos que afetaram outras variedades do português brasileiro” (LUCCHESI, 2009a, p. 73).

Portanto, essas comunidades podem ser consideradas “verdadeiros sítios arqueológicos da história sociolinguística do Brasil” (LUCCHESI, 2009a, p. 73). Consoante a isso, tem-se que a hipótese mais aceita em relação à Helvécia é que tenha havido um rápido processo de criouliização do português nessa região (cf. LUCCHESI, 2009a). Como foi dito acima, Helvécia se caracteriza por modelos muito parecidos aos que geraram, em outras partes do mundo, línguas crioulas, a saber, principalmente: a relação de 1 branco para 10 negros, típica de situações de criouliização (vale ressaltar ainda que na população de brancos de Helvécia, poucos falavam português, que provavelmente era mais usado por capatazes e capitães-do-mato) e o isolamento da comunidade.

Destarte, a fim de poder ter maior aproximação com essa variedade de fala presente nas comunidades rurais isoladas que representa um estado prévio de formação do PB popular, escolheram-se, para isso, os inquéritos com falas de mulheres idosas. Aqui, cabe ainda descrever os inquéritos analisados, que são os HV-13, HV-15 e HV-19. Em HV-13, tem-se a fala de uma moradora de Helvécia de 85 anos, na época em que os dados foram colhidos. Em HV-15, tem-se uma moradora de 80 anos. Por fim, em HV-19, tem-se a amostra de fala de uma moradora que se supõe ter 103 anos na época em que os dados foram colhidos. Todas são afrodescendentes e descendem dos ex-cativos submetidos a trabalhos forçados nas fazendas da Colônia Leopoldina.

O fato de as informantes serem mulheres idosas se justifica por ser na fala desse grupo social que se pode verificar possíveis resquícios do possível processo de criouliização, uma vez que essas falantes passaram pelo processo de aquisição da língua no final do século XIX (HV-19) / início do século XX (demais inquéritos), em um período em que aparentemente as marcas do possível processo de TLI estavam mais aparentes. Destarte, ao estudar dados de falas de falantes do mesmo gênero, mesma faixa etária e comunidade, a intenção foi isolar as variáveis sociais, usados mais como critérios de escolha, justificados acima, e não como

forma de exame dos dados, já que o objetivo da pesquisa não foi verificar processos de mudança em si, mas a estrutura do DP em um determinado momento da história do PB.

Na próxima seção, discutem-se os objetivos e hipóteses que nortearam a pesquisa sobre os nominais das falas das informantes de Helvécia.

1.3 OBJETIVOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

O estudo aqui relatado objetivou desvendar a estrutura de DPs e a entender o comportamento de nomes nus em posição argumental na fala das informantes estudadas. O principal objetivo da pesquisa foi analisar a realização de nomes nus na posição de sujeito, com leitura referencial, definida e genérica na variedade usada nas falas das entrevistadas, a fim observar a realização deste fenômeno nesta língua.

Como objetivos específicos destacam-se: a) a descrição dos dados de nominais nus ou com artigos preenchidos foneticamente na posição de sujeito sentencial, a partir dos conceitos de definitude, referencialidade e genericidade, encontrados nos inquéritos analisados; b) a descrição sócio-histórica e c) a proposição da estrutura dos DPs estudados.

Para que esses objetivos fossem alcançados, partiu-se das seguintes hipóteses de pesquisa de acordo com os dados encontrados nos inquéritos e com outros estudos realizados sobre a fala e a sócio-história da variedade linguística encontrada em Helvécia:

(i) espera-se encontrar elevada ocorrência de nomes nus no *corpus* a analisar, em todos os contextos propostos. Tal motivação se dá devido aos resultados do trabalho de Ribeiro (2010), em que se analisa o sistema de referencialidade e definitude de uma falante afrodescendente que se supõe nascida no mesmo século dos informantes do *corpus*. Neste estudo, Ribeiro (2010) mostra os usos relevantes de nomes nus em todas as possibilidades de referencialidade e definitude;

(ii) as diferentes possibilidades estruturais de organização das informações semântica de definitude e de referencialidade são o que levam à ocorrência de DPs sem determinante;

(iii) os nomes nus na variedade de PA estudada são, na verdade, DPs estruturalmente plenos, mesmo não apresentando determinante foneticamente realizado.

Na próxima seção, explana-se sobre o referencial teórico metodológico usado na pesquisa para que os objetivos aqui listados fossem alcançados, e as hipóteses elencadas fossem testadas.

1.4 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para realização do estudo, adotou-se a Teoria da Gramática Gerativa, seguindo o Programa Minimalista (proposto a partir de CHOMSKY, 1995), baseado na teoria de Princípios-e-Parâmetros. O Programa Minimalista propõe rever as conclusões da Teoria Gerativa através do ponto de vista metodológico da elegância, naturalidade e parcimônia (CHOMSKY, 1995; HORNSTEIN, NUNES, GROHMANN, 2005), buscando as repostas mais minimalistas para os problemas linguísticos. Assim, busca-se, estabelecer uma hipótese da sua competência linguística, ou seja, uma pressuposição de funcionamento da língua na mente do indivíduo, ao que se chama de gramática de uma língua natural.

Entretanto, não é possível para o homem abrir sua cabeça e visualizar o que acontece em sua mente, uma vez que a mente é virtual, produto da capacidade do cérebro humano. Finalmente, a mente não é visualizável. Então, como é possível para os linguistas que defendem esse posicionamento desenvolver suas pesquisas e sustentar tais hipóteses? Para isso, eles lançam mão do estudo específico de cada língua natural e comparam os seus resultados. Parte-se da ideia de que a intuição humana sobre uma língua (de preferência a sua língua materna) é capaz de prever aquilo que é possível, e somente o que é possível, nesta língua. O uso da intuição, ou do julgamento de gramaticalidade, na terminologia técnica, apesar de parecer controverso (uma vez que não é uma aferição direta de como a mente processa a língua, mas uma análise do resultado deste processamento) permite que se saiba o que é possível, e testar o que é impossível em uma determinada língua, possibilitando que o linguista possa criar hipóteses sobre o funcionamento e estruturação mental desta. Por exemplo:

(4) O quarto da menina é bonito.

(5) *Quarto o menina da é bonito.

A comparação entre os exemplos citados acima permite ao linguista generalizar sobre a regra que ordena a posição do artigo e do substantivo no português: os artigos devem preceder os substantivos. Além disso, é possível inferir a estrutura da língua, analisando as funções das palavras nas sentenças e a sua relação com as outras. Assim, é crível, através do uso da intuição do linguista e de demais falantes, criar hipóteses sobre as regras que estruturam cada língua natural. As regras que estruturam uma língua natural qualquer ou,

melhor dizendo, as hipóteses sobre essas regras é o que se denomina de gramática gerativa desta língua. Segundo Ferrari Neto (2012, p. 12), uma gramática gerativa é:

(...) Uma capacidade ou conhecimento (ou talvez como mecanismo) que gera expressões linguísticas, ou seja, que constrói objetos abstratos que se constituem como instruções aos sistemas físicos de produção e compreensão de sentenças. Esses objetos abstratos produzidos por esse mecanismo gerativo também podem ser entendidos como representações mentais da relação som-sentido codificada em uma sentença, razão pela qual são entendidas pelos sistemas responsáveis pelo processamento dos aspectos sonoros (como os aparelhos auditivo e fonador, por exemplo) e significativos (como os sistemas conceptuais) da linguagem humana.

Assim, a gramática gerativa (ou gramática de Língua-I – “I” de interna e individual) é a responsável por, através das suas regras, organizar as sentenças (ou as representações mentais destas) para que possam ser lidas (traduzidas) pelos outros sistemas que fazem parte da linguagem humana: o conceptual-intencional e o articulatório-perceptual. A comparação entre as regras que geram as sentenças, ou seja, das gramáticas das línguas naturais, ou ainda das hipóteses que se constroem delas faz com que o estudioso da linguagem possa chegar às regras universais da linguagem humana, que seriam responsáveis pelo processo de aquisição da linguagem e que se encontram na Gramática Universal (GU). Nas palavras de Ferrari Neto (2012, p. 16):

Gramática da(s) língua(s)-I é, portanto, uma teoria sobre o conhecimento que temos de uma língua humana particular; Gramática Universal é uma teoria sobre a natureza geral do conhecimento linguístico. A primeira especifica propriedades específicas de cada língua, a segunda determina as propriedades universais da capacidade humana de linguagem. A gramática de uma língua-I é uma descrição (modelo) teórica do conhecimento internalizado que um falante tem da sua língua; Gramática Universal é uma descrição (modelo) teórica do que torna possível esse conhecimento ser adquirido, se desenvolver e ser usado efetivamente. (...) Para elaborar tanto uma gramática de uma língua-I quanto um modelo de Gramática Universal, os linguistas façam mão de um recurso eficiente (ainda que controverso!): o julgamento de gramaticalidade.

Como dito acima, a hipótese inatista da linguagem defende a existência de um órgão mental destinado à linguagem humana. Este órgão, conhecido como Faculdade da Linguagem, é característico da espécie humana, como o cérebro humano, o coração, os olhos etc. Ele é parte do nosso código genético e nos possibilita, através de um mecanismo conhecido como GU, a aquisição de qualquer língua natural. O que está “escrito” dentro desta GU, ou seja, as regras que permitem que os seres humanos possam adquirir uma língua natural é o objetivo maior do ramo de estudo da linguagem conhecido como Linguística Gerativa. A existência da GU explicaria o fato de o ser humano, ainda muito novo, apesar de

ser incapaz de realizar tarefas básicas, como amarrar os cadarços ou tomar banho sozinho, conseguir dominar boa parte da sua língua materna, mesmo as línguas naturais sendo bastante complexas. Tal fato é comprovado através do próprio estudo sobre as línguas naturais, que têm mostrado, inclusive no que tange ao uso de nomes nus, a complexidade (aparente, segundo Chomsky (1957 e demais)) de uso inter e intralinguística.

Nesse sentido, o uso da análise baseada na Teoria da Gramática Gerativa, bem como a comparação com estudos sobre o fenômeno em outras línguas naturais, permitirá depreender informações sobre a organização sintática e semântica dos nominais nus na variedade linguística estudada. Além disso, boa parte dos estudos recentes sobre o tema estudado tem base gerativista (BAPTISTA, GUÉRON, 2007a; CHIERCHIA, 1998; LONGOBARDI, 1994; NEVES, 2014; RIBEIRO, 2010; RIBEIRO, CYRINO, 2010a, 2010b; SCHIMITT, MUNN, 1999 etc.). Ademais, a Teoria da Gramática permite dar, além da descrição do fenômeno, explicações de seu funcionamento dentro da estrutura da variedade linguística estudada, no caso, a variedade do português encontrada em Helvécia no final do século XX.

Na seção seguinte, explica-se a estrutura do texto desta dissertação.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A fim de atingir os objetivos traçados, o texto está dividido em quatro partes. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico que servirá de base para a análise dos dados. Na terceira, apresentam-se estudos sobre línguas que passaram por um processo de formação parecido ao da variedade estudada nesta pesquisa, como línguas crioulas e outras variedades do PB. Na quarta seção, descrevem-se preliminarmente os nominais presentes na fala das informantes de Helvécia, focando na distribuição dos nominais nus em contraposição aos nomes com artigos foneticamente realizados, além da descrição estrutural dos dados, comparando-os com os estudos apresentados nos seções anteriores. Por fim, na última seção, apresentam-se as considerações finais do estudo feito e possíveis caminhos para pesquisas posteriores sobre o tema.

2 A SINTAXE E A SEMÂNTICA DOS DPS

Nesta seção, são apresentadas a estrutura sintática do DP e a sua semântica, isso porque, nesse texto, parte-se do pressuposto de que os nomes nus de Helvécia são DPS. Assim, a partir da seção 2.1, faz-se uma retomada histórica do que se convencionou chamar de análise ou hipótese DP (uma vez que, antes dela, os sintagmas nominais eram representados somente pela projeção NP), mostrando a evolução da estrutura deste constituinte até chegar a análises mais inovadoras, baseadas no Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Além disso, discutem-se as propriedades sintáticas e semânticas do núcleo D, que é preenchido pelos determinantes, foneticamente realizados ou não. Busca-se entender a relação sintática entre D e N, bem como os traços que são especificados em D e quais informações são transferidas para N⁵. Por enquanto, basta citar que, para poder fazer uma referência específica a um objeto, indivíduo, sentimento etc. do mundo, um nome precisa estar especificado por um determinante, pois isso constrói a sua referencialidade. Para além disso, a seção apresenta uma discussão sobre os DPS nus e as análises tradicionais do fenômeno, acrescentando essas noções ao estudo geral da estrutura DP. Por fim, vale salientar que as propostas aqui resumidas mostram um quadro geral dos estudos sobre DPS e nominais nus, a fim de servir de base para a análise dos dados de Helvécia, realizada na seção 4.

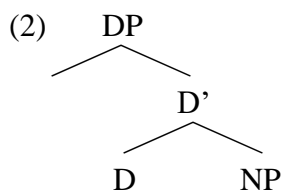
2.1 DP: O QUE É ISSO?

Para o estudo da sintaxe do uso dos determinantes, este trabalho baseia-se em autores que dissertam sobre o tema à luz da teoria da Gramática Gerativa. Tal teoria foi iniciada por Chomsky (1957) e visa estudar a linguagem humana a partir de um ponto de vista mentalista, analisando as línguas a partir da hipótese de que essa é uma característica específica da espécie humana, sendo parte da sua dotação genética. A hipótese de que existe uma GU (CHOMSKY, 1957) que pode ser maturada em qualquer língua natural possível é o que tentam provar aqueles que seguem este caminho de pesquisa da linguagem. Em mais de cinquenta anos de pesquisas na área, muita coisa já foi pensada acerca das propriedades da GU e dos aspectos da aquisição.

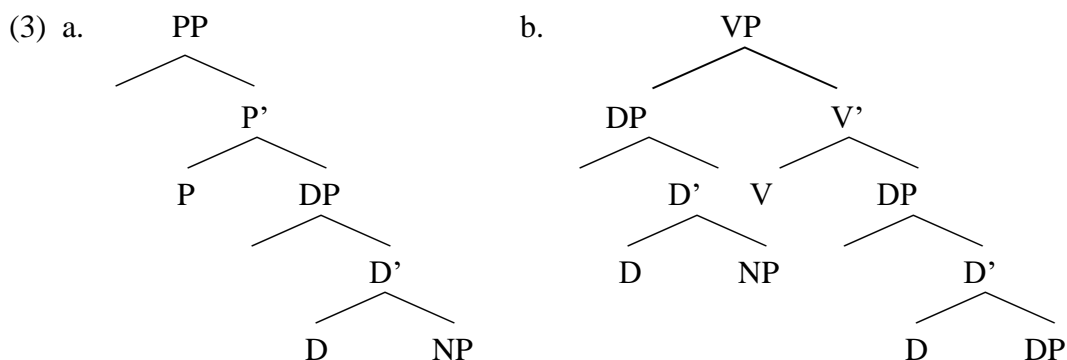
⁵ Apesar de essa pesquisa não se dedicar a propor uma estrutura organizacional dos traços presentes no núcleo D, é importante salientar que existem trabalhos em que se propõem modelos mais refinados no tratamento dos traços estruturantes da gramática dos DPS, como os modelos geométricos, presentes, por exemplo, em Carvalho (2008) e Cerqueira (2015).

Nesse contexto, novas propostas têm surgido para explicar fatos antes tidos como resolvidos ou para responder questionamentos que antes não se era possível dar conta. Um desses questionamentos, que sempre chamou atenção dos linguistas em geral, não só daqueles que se dizem gerativistas, e tema deste trabalho, é o estudo da sintaxe do NP e DP, seguindo a análise de Abney (1987). O DP é a projeção funcional do núcleo do sintagma nominal. O DP é formado pela concatenação de um núcleo D, com um nome, no mínimo. Os núcleos do sintagma DP são determinantes que, por hipótese, c-selecionam como complemento lexical um NP. Tais definições estão exemplificadas, em (1), e representados, pelo digrama em árvore, em (2).

- (1) a. **O(s) menino(s)** foi(oram) ao shopping.
 b. **Um(s) menino(s)** foi(oram) ao shopping.
 c. **Esse(s) menino(s)** foi(oram) ao shopping.
 d. **Ø Menino(s)** foi(oram) ao shopping.



Os DPs são projeções que encabeçam NPs argumentais, sendo assim, podem aparecer nas posições mostradas pelas representações 3a e 3b.



Observando as representações acima, pode-se perceber que, tal qual acontece com o verbo e o CP, a relação entre o substantivo e o DP sugere existir uma tendência de núcleos funcionais/gramaticais c-selecionarem os núcleos lexicais. Essas projeções são responsáveis por alocar, na sintaxe, informações gramaticais/semânticas relacionadas com o funcionamento

linguístico. O DP, assim como o IP e o CP para o verbo, é pensado como uma projeção que carrega informações funcionais e desempenha, geralmente, o papel de estabelecer as relações gramaticais nas línguas, como concordância, entre outras funções. Informações estas relacionadas a aspectos semânticos, como as noções de definitude e referencialidade, ou a aspectos gramaticais, como a de número. É importante notar que não há, entre os diversos autores, um consenso quanto à forma do DP nas línguas, uma vez que, para cada língua, há soluções diferentes para a estrutura interna desta projeção, como se verá a seguir, em algumas das propostas (ABNEY, 1987; LYONS, 1999; BAPTISTA; GUÉRON, 2007a etc.). Isso ocorre porque há bastante variação nas línguas naturais no que diz respeito a este constituinte, o que sugere algum tipo de parâmetro regulando essa questão.

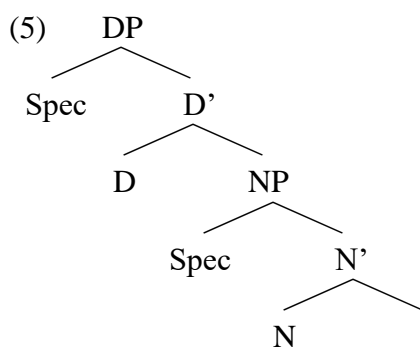
Na próxima seção, discute-se o surgimento da estrutura DP dentro da teoria gerativa, no intuito de evidenciar os avanços nos estudos sobre DP para que se possa compreender a estrutura aqui proposta para os nominais de Helvécia. A partir daí, faz-se uma análise da semântica e da sintaxe desta projeção funcional, buscando explicitar sua relação com o NP e trazendo considerações usadas na análise feita nesta pesquisa.

2.1.1 A hipótese DP

O primeiro autor a propor o DP foi Steven Paul Abney (1987). Nas primeiras versões da teoria gerativa, os sintagmas nominais eram analisados como projeções máximas, sem nenhuma projeção funcional os encabeçando. Em sua tese *The English noun phrase in its sentential aspect*, Abney faz um estudo do Poss-ing – uma construção formada com possessivo e gerúndio em inglês. Essas construções são análogas a (4).

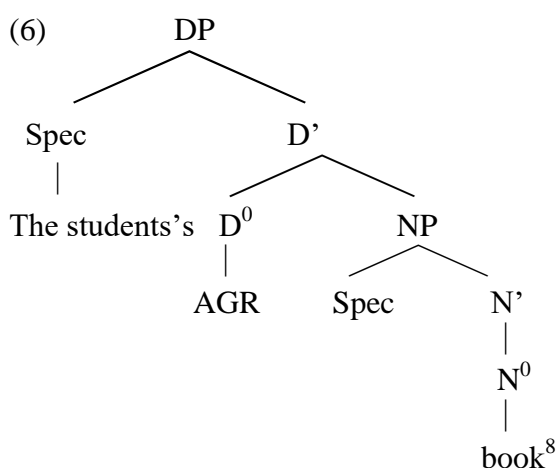
- (4) Jonh's building a spaceship. (ABNEY, 1987, p. 14)
João-Poss construir-Ger/Nom uma espaçonave.
A construção de João de uma espaçonave.

Abney, ao analisar tais construções, concluiu que, apesar de se tratar de sintagmas nominais, o Poss-ing se parece muito com uma sentença com núcleo verbal. Para Abney, o Poss-ing seria uma junção de uma estrutura de sentença (IP, no caso) e um NP. Para ele, não é possível explicar essas construções se o NP não tivesse uma estrutura sentencial, uma vez que alguns argumentos ficariam sem papel temático e Caso, além de não haver posições estruturais suficientes para encaixá-los. Sendo assim, ele propõe que haja um núcleo funcional encabeçando uma projeção sobre a projeção NP, tal qual representação abaixo (5):



(ABNEY, 1987, p. 25)

Para o autor, o fato de existirem línguas em que há relação de concordância dentro do sintagma nominal de número, gênero e pessoa entre o núcleo N e os seus modificadores e determinantes, como o húngaro, o Yup'ik⁶ e a família de línguas Mayan⁷, constitui uma evidência de que a projeção funcional DP existe, uma vez que ela seria a responsável por abranger essas relações formais. Tal qual a projeção InflP (sintagma flexional, do inglês, *Inflection Phrase*) se relaciona com o VP (sintagma verbal, do inglês, *Verbal Phrase*), segundo o autor, o DP abrangeria um AgrP (do inglês, *Agreement Phrase*, sintagma de concordância) para dar conta de tais relações. Para ele, essa projeção funcional seria o sintagma determinante. Assim, para Abney, o núcleo D atribui Caso genitivo ao sujeito do sintagma, através da projeção AGR, como em (6):



(COENE; D'HUSLT, 2002, p. 2)

No intuito de argumentar em favor de sua proposta de que seriam os determinantes a contraparte nominal dos modais (que exercem, em grande parte, o papel da flexão, em inglês,

⁶ Usada por membros da nação esquimó que vive no Alasca.

⁷ Línguas usadas pelo povo Maia.

⁸ O livro dos estudantes (tradução minha).

encabeçando a projeção InflP), Abney lança mão dos seguintes argumentos: (i) alguns determinantes não podem ocorrer sozinhos (ou seja, parecem que c-selecionam nomes); (ii) os determinantes que aparecem sozinhos funcionam como sintagmas nominais; (iii) e, para este autor, a mais forte razão de todas, é que entender os determinantes como núcleos de uma projeção funcional nominal garante, dentro da teoria X-barra (CHOMSKY, 1970, 1986), mais posições para organizar toda a série de palavras que aparece antes do nome, anteriormente analisadas como especificadores do NP. Nas suas palavras: "[h]owever, the most convincing reason for adopting the Det-as-head analysis is that the standard analysis simply does not provide enough distinct positions to accommodate the range of elements which appear before the noun in the noun phrase⁹" (ABNEY, 1987, p. 266).

Abney (1987, p. 25) também defende que a projeção funcional DP é provida pela GU, uma vez que ela deve existir para garantir as relações de concordância acima descritas. Assim, como consequência da visão de Abney, tem-se que, quando não há um determinante realizado foneticamente no sintagma nominal, deve-se atribuir um determinante nulo, ou seja, foneticamente não realizado, a esse sintagma, a fim de que ele possa ser um DP.

A hipótese DP é hoje amplamente aceita dentro da linguística gerativa. Entretanto, a dúvida que persiste até hoje diz respeito à estrutura dessa projeção, uma vez que a análise das línguas naturais tem levado a múltiplas e divergentes propostas. A questão da evolução das propostas de estrutura para o DP é analisada em outras seções, sendo aqui discutidas as mais recentes e mais relevantes análises para realização deste estudo. Na próxima seção, analisam-se as propriedades dos elementos que preenchem o núcleo D: os determinantes.

2.1.2 Determinantes

A categoria D, que é o núcleo funcional do sintagma determinante segundo a hipótese DP, está relacionada com as informações gramaticais e semânticas expressas em um sintagma nominal. Deve-se, portanto, falar um pouco sobre a semântica dos elementos gramaticais que podem figurar no núcleo do DP: os determinantes. Para Gennaro Chierchia (2003, p. 76), os determinantes são expressões que “qualificam e, mais precisamente, ‘determinam’ o nome (ou o grupo nominal)”, podem, em português, ocorrer à esquerda de um nome comum (ou de um grupo nominal) em contextos como os seguintes:

⁹ Entretanto, a razão mais convincente para adotar a análise Det-como-núcleo é que a análise padrão simplesmente não provém posições distintas suficientes para acomodar a lista de elementos que aparece antes do nome no sintagma nominal (tradução minha).

(7) ___N_{ome} V_{erbo intransitivo} .

(8) V_{erbo transitivo}___ N_{ome}” (CHIERCHIA, 2003, p. 76).

Para o autor, são determinantes palavras como: *um, o, nenhum, muitos, alguns, três, menos que* etc. Nesse sentido, Chierchia considera, neste texto, como determinantes, artigos definidos e indefinidos, além de outros elementos (possessivos, demonstrativo, numerais etc.), como uma série de palavras tidas como quantificadores e numerais. Entretanto, é importante frisar que, neste trabalho, por motivo de delimitação metodológica, só se analisam os artigos, deixando os demais determinantes para análises futuras. Essa postura metodológica se justifica, uma vez que se considera a contraparte dos nomes nus aqueles em que os artigos se realizam foneticamente, sendo este o escopo de análise do trabalho.

Segundo Chierchia, os determinantes se constituem um desafio para uma semântica denotacional¹⁰, uma vez que, segundo o autor, seria complicado precisar qual objeto estas expressões denotam. Para Chierchia, os determinantes denotam, em verdade, relações entre os conjuntos denotados pelo nome comum e pelo evento verbal. Segundo Chierchia (2003, p. 92), “conhecer o significado de um determinante é saber qual relação entre conjuntos ele denota”. Sabe-se também, segundo o autor, que “se uma língua apresenta a categoria *Det* (ou *D*), todos os membros desta exprimem relações conservativas¹¹” (p. 94), sendo esse o universal linguístico que explica a semântica dos determinantes.

Seguindo esta linha, o artigo indefinido denotaria a relação conservativa “há uma interseção não vazia” (CHIERCHIA, 2003, p. 91). Assim, quando se usa um artigo indefinido, como na sentença: “Um homem fuma” (CHIERCHIA, 2003, p. 91), o que se diz é que há uma interseção não vazia entre o conjunto dos homens (expresso pelo nome comum) e o conjunto dos fumantes (expresso pelo verbo intransitivo) em um dado momento (indicado pela morfologia do verbo). Já o artigo definido singular (em seu uso existencial), nesta abordagem, denotaria a relação “ser um subconjunto de”, restringindo-se a conjuntos unitários. Destarte, ao usar um artigo definido singular, como na sentença: “O menino dorme” (CHIERCHIA, 2003, p. 107), o que se diz é que o conjunto unitário “menino” (expresso pelo nome comum) é um subconjunto do conjunto das pessoas que dormem (expresso pelo verbo). O que se observa, através deste exemplo, é a condição mencionada acima, de que um nome comum determinado passa a fazer referência a um indivíduo, enquanto que, quando não há

¹⁰ A semântica denotacional considera que todas as expressões denotam objetos (CHIERCHIA, 2003).

¹¹ Uma relação conservativa, dentro do âmbito da teoria dos conjuntos, é aquela que atende à seguinte definição: “Se *A* está na relação *R* com *B*, então *A* também está na relação *R* com $A \cap B$ e vice-versa” (CHIERCHIA, 2003).

determinante, o nome comum se refere a uma propriedade, a partir de termos semânticos baseados na teoria dos conjuntos.

Além de tais propriedades semânticas, ao núcleo D, são atribuídas as informações contextuais/semânticas de definitude e referencialidade. Os conceitos de definitude, referencialidade e genericidade serão as semânticas norteadoras da análise desenvolvida nesse trabalho. Essas noções¹², tal qual estão definidas abaixo baseiam-se em Givón (1978), Lyons (1999), Laca (1999), Baptista (2007) e Ribeiro (2010) e são as que seguem¹³:

(i) por *Definitude*, entende-se a propriedade dos determinantes de indicar que o referente de uma expressão nominal é acessível tanto ao falante, quanto ao ouvinte (identificabilidade) e/ou que a expressão nominal corresponde à totalidade dos possíveis referentes (inclusão);

(ii) por *Referencialidade*¹⁴, entende-se a capacidade de os nominais fazerem referência a entidades específicas do mundo. Assim, o conceito de referencialidade adotado aqui se confunde com o de especificidade, de forma tal que, ao longo do texto, não há distinção entre eles.

(iii) por *Genericidade*, entende-se que o nominal é usado em sentido genérico, ou seja, que o falante marca uma classe, mas não um objeto específico. Assim, a genericidade é a ausência de definitude e referencialidade/especificidade. A depender das línguas naturais, este uso genérico pode ser feito com determinantes (artigos definido e indefinido) ou com nomes nus (Um elefante tem tromba; O elefante tem tromba; Elefantes têm tromba).

Assim, um nome pode ser indefinido com interpretação específica (referencial) ou não-específica (não-referencial), a depender se faz referência a um objeto específico ou familiar para o falante (*Alan comprou **uma casa nova** - indefinido/específico*) ou não (*Rogério precisa de **uma caneta** – indefinido/não-específico*). Da mesma forma, os traços [+/- específico] podem ser atribuídos a expressões nominais definidas (*Rogério quer entregar a faixa ao **presidente** – assim, ele tem de esperar o final das eleições* [- específico/leitura de intensão]/*Rogério quer entregar a faixa ao **presidente** – mas ele não quer recebê-la* [+ específico/leitura de extensão]).

¹² Vale ressaltar que as interpretações que se seguem “dependem de múltiplas pistas linguísticas – morfossintáticas – e conceptuais – pistas pragmáticas e de conhecimento de mundo, organização da informação no texto.” (RIBEIRO, 2010)

¹³ Tais definições encontram-se assim expressas também em artigo de minha autoria, publicado em 2012 (MARIANO, 2012) e não são necessariamente as únicas possíveis para tais fenômenos.

¹⁴ Para alguns autores, a *referencialidade* é tida como sendo somente a capacidade de referenciar dos nominais, podendo, então, haver referência para indivíduos específicos e não-específicos. Entretanto, aqui se assume que a *referencialidade* é sempre específica, mesmo quando se refere a indivíduos-espécie, a espécie referenciada é específica.

A relação entre as informações de definitude e referencialidade com a formação estrutural e semântica do DP é foco das subseções que seguem.

2.1.3 A referencialidade

Após Abney postular o que ficou conhecida como análise ou hipótese DP, como discutido acima, para a explicação da estrutura dos nominais, outros autores buscaram refinar a sua proposta. Na busca por esse refino, as noções acima citadas aparecem como chave para elucidar a questão da estrutura DP.

Uma das assunções que contribuem na busca de uma opção estrutural universal é a que diz que “Determiner and Infl(ection) are said to have similar semantic functions, the determiner specifying the reference of a noun phrase by picking out a particular member of the noun’s extension, Inflection doing the same with the verb”¹⁵ (COENE; D’HUSLT, 2002, p. 2). Assim sendo, para que um nome – em uma língua que possua artigo – possa ser um argumento (sujeito ou objeto de um verbo), precisa ser determinado (PIRES; MEZARI, 2012, p. 11; KIHM, 2012, p. 187; LONGOBARDI, 1994).

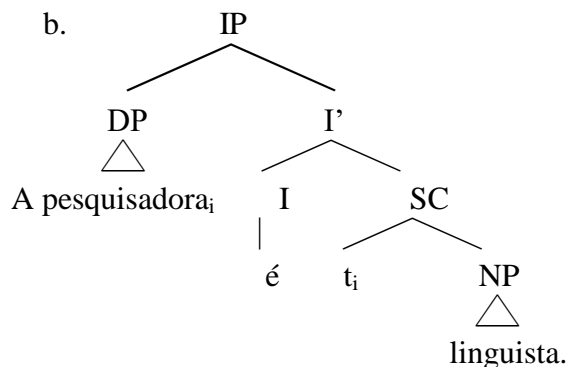
Tal fato argumenta em favor da existência da projeção DP, pois, seguindo essa linha de raciocínio, para que um nome possa ser referencial, ele precisa estar determinado por um Det. Isso, porque é este constituinte funcional (o núcleo D) que, geralmente, delimita informações gramaticais e semânticas sobre um nome, tais quais: definitude, número, gênero etc., que constroem a referência nominal. Em outros termos, é o núcleo funcional D que codifica informações que fazem com que os NPs realizem-se por meio de uma “referência concreta”.

Destarte, caso os nominais não fossem determinados, eles deixariam de ser argumento, denotando um indivíduo (ou até um indivíduo espécie), para ser um predicado, denotando uma propriedade¹⁶ (PIRES; MEZARI, 2012, p. 11; BAPTISTA; GUÉRON, 2007, p. 10-11), conforme o exemplo em (9a) e sua representação arbórea em (9b):

¹⁵ Diz-se que determinantes e flexões verbais (InflP, *Inflection*, do inglês) possuem funções semânticas similares, o determinante especifica a referência do sintagma nominal escolhendo um membro particular da extensão do nome, a flexão faz a mesma coisa com o verbo (tradução minha).

¹⁶ Vale ressaltar que essa assunção se refere para línguas que possuem artigos, o que é o escopo dessa pesquisa, já que, na variedade linguística usada pelas moradoras de Helvécia, há artigos. Entretanto, para línguas em que não há artigos, existem pelo menos três possibilidades de resolução do problema: 1- o preenchimento do núcleo D₀ com um determinante nulo (como se sugere para o caso de Helvécia); 2- a codificação das propriedades listadas, essenciais para a construção da referência, através de outros elementos da sentença; 3- a estrutura DP não é determinante para a construção da referência dos nominais, sendo possível que NPs referenciem nestas

(9) a. A pesquisadora (**indivíduo**) é linguista (**propriedade**). (KIHM, 2012, p. 187)



Vale ressaltar que essas observações valem para o nome comum contável, uma vez que o nome próprio denota um indivíduo por si só. Tendo em vista o que foi dito, fica clara então a relação entre referencialidade e a estrutura DP: os nominais precisam ser determinados para poderem ser argumentos (LONGOBARDI, 1994), uma vez que só assim eles conseguem fazer referência a um elemento (ou a um conjunto limitado de elementos) específico, conforme a análise dos autores citados e que se estende à análise dos DPs de Helvécia.

Na próxima seção, a partir da análise do texto de Lyons (1999), é trazida à tona a relação entre a informação semântica de definitude e a estrutura DP. Como se verá, para este autor, a informação semântica de definitude é essencial para que se entenda a estrutura do constituinte DP.

2.1.4 A Definitude

Em *Definiteness*, Christopher Lyons (1999) retoma a proposta de Abney (1987) da hipótese DP, contudo, acrescentando ideias novas. Em seu estudo, Lyons procura relacionar a estrutura do DP com a informação de definitude, propondo que essa noção está codificada no núcleo D. Para esse autor, definitude não é somente um traço semântico do sintagma nominal, mas um item gramatical. Com efeito, a definitude, para ele, representa uma gramaticalização (representação na gramática, em um sentido sincrônico) de alguma categoria do significado (LYONS, 1999, p. 276). Assim sendo, o traço definitude possui uma posição definida dentro da estrutura do sintagma nominal.

línguas. Estudos que consideram essas possibilidades podem ser encontrados no livro organizado por Pires e Mezzari (2012), que apontam para essas e outras possibilidades.

O autor relaciona definitude com os graus do adjetivo justificando que este traço deve estar para os substantivos assim como os graus para os adjetivos. Para ele, é o traço de definitude presente na estrutura do sintagma nominal (DP) que licencia o uso de artigos definidos ou outros marcadores de definitude, sendo este traço o núcleo do sintagma determinante ou sintagma definitude (LYONS, 1999, p. 298).

Além disso, o autor afirma que o traço de definitude é gramaticalizado nas línguas que possuem artigos ou outros marcadores de definitude, como citado acima. Destarte, após um traço semântico ser gramaticalizado, isto é, depois de ele ganhar forma fonética ou ser associado a uma forma fonética existente (que passa a ocupar a posição sintática que o traço), o item gramatical gerado desse processo não possui a única função de indicar a presença do traço semântico, podendo ganhar outras funções. É importante frisar que o autor (LYONS, 1999) usa o termo “gramaticalização” em um sentido próximo ao comumente usado nos estudos diacrônicos, que entendem este fenômeno como o processo em que itens se tornam itens gramaticais funcionais, ou um item gramatical se gramaticaliza ainda mais (por exemplo, o processo de gramaticalização de “a gente” em pronome em PB (LOPES, 2004)). Para Lyons, a gramaticalização pode, em sentido sincrônico, ser entendida também como “the representation by a grammatical form or forms (and thus with the status of a grammatical category) of some concept of meaning”¹⁷. Assim, o autor explica a presença do traço definitude ([+ Def]) em sentenças em que não aparece o artigo definido.

Lyons (1999) procura conceituar definitude a partir dos traços: (i) *identificabilidade*, que diz respeito ao uso de artigos definidos (apesar de o autor fazer uma consideração sobre definitude gramatical – que engatilha, *em geral*, a realização do artigo) quando o falante coloca o ouvinte em uma posição de poder identificar – seja antes ou depois – o referente do sintagma nominal (10a) e (ii) *inclusão*, que diz respeito ao uso de artigos definidos significando que o nominal determinado corresponde à totalidade dos possíveis referentes (10b):

(10) a. I had to get a taxi from the station. On the way **the driver** told me there was a bus strike. (LYONS, p. 3)¹⁸

b. **The winner of this competition** will get a week in the Bahamas for two. (LYONS, p. 9)¹⁹

¹⁷ “A representação por uma ou mais formas gramaticais (e então com o status de uma categoria gramatical) de conceito de significado” (tradução minha).

¹⁸ Eu precisei pegar um táxi a partir da estação. No caminho, o motorista me disse que havia uma greve de ônibus (tradução minha).

¹⁹ O vencedor dessa competição ganhará uma semana nas Bahamas para duas pessoas (tradução minha).

Desta forma, o autor argumenta em favor de que a definitude, representada geralmente pelo traço [+ Def] no núcleo D, é a gramaticalização do traço semântico identificabilidade, mas que acarreta, por consequência, em alguns casos, a noção de inclusão também. Segundo o autor:

The point here is that this semantic/pragmatic concept occurs widely in languages which lack the corresponding grammatical category. (...) It appears that in these languages with no definiteness marking it is, as an element of discourse organization, to do with whether or not a referent is familiar or already established in the discourse– thus identifiability rather than inclusiveness. (LYONS, 1999, p. 278)²⁰

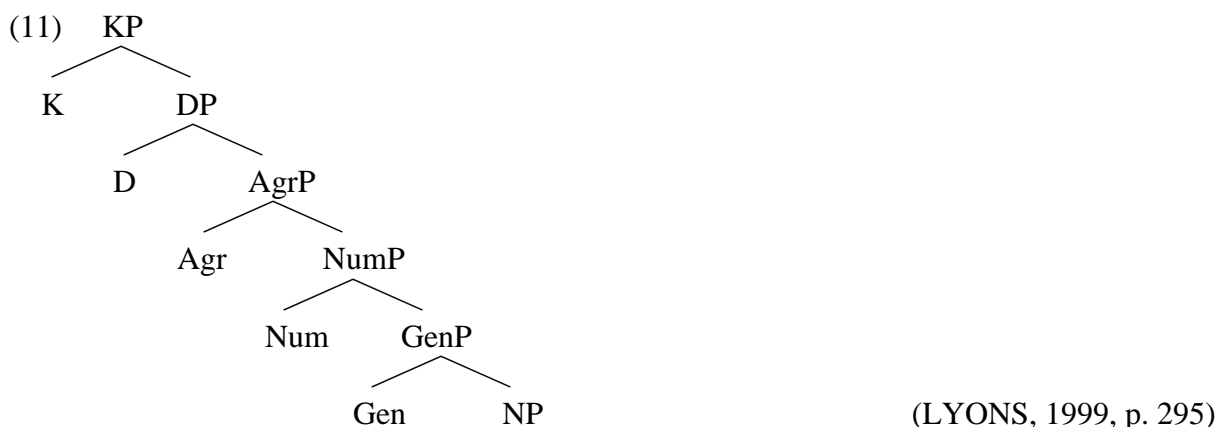
Para o artigo indefinido, o autor postula que esse não marca não-identificabilidade e não-inclusão, sendo neutro para a marcação desses dois traços. Segundo Lyons (1999), o que chamamos de artigo indefinido, na verdade, deveria ser analisado como um artigo cardinal, pois codifica a informação gramatical de número, e não definitude (ou indefinitude), e, por isso, ocuparia outro lugar na estrutura do sintagma, diferente do que ocupa o artigo definido, como pode ser visto em (11) e (12), em 2.1.5 a seguir. Para o autor, o que explicaria a distribuição complementar entre definidos e indefinidos, ou seja, a impossibilidade de usar um artigo definido junto a um indefinido, ainda que ocupem diferentes posições na árvore sintática, como pode ser visto em (12), é o fato de ambos possuírem características semelhantes, como ambos serem palavras fracas foneticamente e com pouco conteúdo semântico. Esse fato os diferencia de outros itens gramaticais que também marcam definitude e cardinalidade (LYONS, 1999, p. 278).

A próxima seção trará informações mais diretas sobre a estrutura do DP e como os autores vêm a considerando desde a proposta de Abney (1987). Para tanto, usa-se como base o texto de Lyons (1999), que faz um resumo das principais propostas, e textos mais recentes como o de Baptista e Guéron (2007a).

²⁰ O ponto aqui é que esse conceito semântico/pragmático ocorre amplamente em línguas que não possuem a categoria gramatical correspondente. (...) Parece que nessas línguas sem marcador de definitude isso, como um elemento da organização discursiva, pode ser relacionado ou não a um referente como familiar ou já estabelecido no discurso – portanto, identificabilidade ao invés de inclusão (tradução minha).

2.1.5 A estrutura do DP

Passando para a estrutura do sintagma nominal, Lyons (1999) faz uma revisão das propostas sobre DPs que haviam surgido até o momento e resume da forma em (11), sendo KP (sintagma casual, do inglês *Case Phrase* proposto por Fillmore (1968) – no caso, opta-se pelo uso da abreviação KP para evitar confusão com a abreviação CP) a projeção responsável por atribuição de Caso, AgrP responsável pela concordância de pessoa, NumP (do inglês, *Number Phrase*) pela flexão de número, GenP (do inglês, *Gender Phrase*) pela atribuição de gênero (aqui entendido como um “marcado de palavras”). Nesta visão, o DP se assemelha mais ao CP do que ao IP, como pode ser visto abaixo:

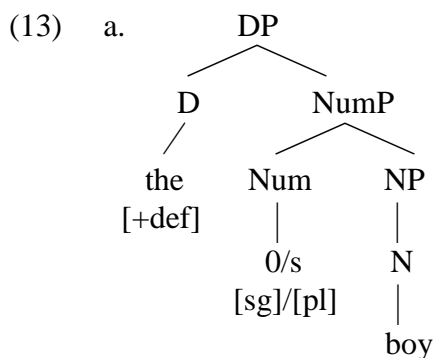


Após analisar os pontos positivos e negativos da estrutura acima, Lyons (1999) propõe um novo tipo de análise DP, baseada no fato de o traço [+ Def] ser o núcleo D. Tendo em vista as considerações acima descritas sobre artigos e definitude, Lyons (1999, p. 320-321) considera que o DP tem, como núcleo, o traço [+ Def] e, como especificador, em geral, artigos definidos (os artigos definidos seriam especificadores de CardP (do inglês *Cardinal Phrase*), que tem como núcleo o traço [+ Card]). Assim, a estrutura por ele proposta tem a seguinte forma:



Para Lyons (1999), DP e CardP são estruturas que podem não aparecer em todas as línguas, pois dependem, para serem realizadas, da presença de um artigo foneticamente realizado. Sendo assim, ele, diferente de Abney (1987), se mostra da linha dos autores que não acreditam que todos os sintagmas nominais sejam DPs.

Considerando autores que escreveram mais recentemente sobre DPs, para Baptista e Guéron (2007a), que tratam do sintagma nominal em línguas crioulas, o DP tem a seguinte configuração:



b. The boy/ c. The boys

(BAPTISTA; GUÉRON, 2007a, p. 10)

Para as autoras, seguindo uma linha de raciocínio presente em Lyons (1999), o artigo indefinido é gerado no núcleo funcional NumP²¹, que codifica a informação de número, e sobe para o núcleo D, em um típico movimento de núcleo, para poder denotar. Dessa forma, as autoras captam a natureza de artigo do indefinido, bem como o fato deste também significar número, como propõe Lyons (1999). Para elas,

Even when a position is lexically realized, we assume that there is not necessarily a one-to-one relation between a morpheme and a semantic value. Rather, it is possible for a grammatical morpheme to raise from one position to another, accumulating in this way more than one semantically interpretable feature. For example, in English (a boy/Ø boys) above, “a” denotes sg nb. in Nb, and then raises to D, acquiring the feature nonspecific (-specific) in addition. On the other hand, we suppose that when -s denotes plural nb., the zero determiner is used for the -specific value of D. (BAPTISTA; GUÉRON, 2007a, p. 11-12)²²

²¹ NumP e NbP são abreviaturas diferentes para a mesma expressão: *Number Phrase*.

²² Ainda quando uma posição é lexicalmente realizada, nós assumimos que não existe necessariamente uma relação um-a-um entre um morfema e um valor semântico. Ao invés, é possível para um morfema gramatical subir de uma posição para outra, acumulando nesse caminho mais de um traço semanticamente interpretável. Por exemplo, no inglês (um menino/Ø meninos – guardando as devidas diferenças) acima, “um (artigo indefinido)” denota número singular em Nb, e então sobe para D, adquirindo o traço não-específico (- específico) em adição. Por outro lado, nós supomos que quando -s denota número plural, o determinante zero é usado para o valor – específico de D (tradução minha).

Tendo em vista o exposto, tem-se que foram colocadas em evidência as principais considerações sobre a estrutura sintática e a interpretação semântica do DP e de alguns elementos que dele fazem parte. Tais considerações e conceitos apresentados nesta seção guiam as análises neste trabalho, apresentadas na seção 3.3. Na próxima seção, discute-se como o fenômeno DP nu se encaixa na hipótese DP, referenciando trabalhos que tratam da sua semântica e sintaxe.

2.1.6 O estudo dos *nomes nus*

Nesta seção, resumem-se as principais propostas de análise sintático-semântica dos *bare nouns*. É importante salientar que a maioria destas propostas, de fato, trata da semântica dos nomes nus, já que foi o ponto de partida de desenvolvimento destes estudos, com o trabalho pioneiro de Carlson (1977), antes das análises sintáticas em si. Nisso, o estudo dos *nomes nus* diferem do estudo da estrutura do DP, que é mais sintático por definição.

A primeira proposta a ser analisada é a de Carlson (1977), pois, por este ser o texto, como foi dito, pioneiro desse tema, é sempre retomada a proposta que nele está contida como ponto de partida, e aqui não será diferente. Nesse sentido, segue-se com a divisão entre os autores que seguem a mesma linha de análise de Carlson, chamados de neocarlsonianos, como Longobardi (1994, 2001) e Chierchia (1998), e aqueles que outros autores que seguem uma visão diferente, como Heim (1982), Deesing (1992), ou que não se denominam diretamente como neocarlsonianos.

Assim, os estudos aqui elencando são trazidos, como dito antes, para ilustrar um quadro geral da evolução dos estudos sobre nominais nus. Após essa revisão teórica, na seção 4, usam-se alguns desses referenciais e refutam-se outros para analisar os dados de Helvécia. Desta forma, os estudos não serão validados para a análise nesta seção, mas somente a posteriori, quando já se apresentaram os estudos que compõem a base teórica de análise.

2.1.6.1 Carlson (1977) e os neocarlsonianos: Chierchia (1998) e Longobardi (1994; 2001)

O primeiro autor a buscar uma explicação adequada para os chamados nomes nus foi Carlson (1977). Carlson começa o seu trabalho a partir dos chamados *bare plurals* no inglês. Antes desse autor, os plurais nus, em inglês, eram analisados como a forma plural dos indefinidos (*a dog*, no singular – *dogs*, no plural), em alguns casos, e como um genérico em

outros. Essa ambiguidade de interpretação dos plurais nus era atribuída aos NPs. Um dos que partilhavam dessa análise era o próprio Chomsky (1975 *apud* CARLSON, 1977) que, inclusive, atribuiu ao determinante nulo dos plurais nus uma semântica e uma sintaxe ambígua. O trabalho de Carlson (1977) visava dar um tratamento diferente aos *bare plurals*, uma vez que, para esse autor, a ambiguidade dos nominais está relacionada a alguns aspectos dos possíveis contextos de realização, sendo as duas interpretações, em verdade, resultado de um fenômeno sintático e semântico único.

Para defender a sua hipótese, Carlson lançou mão de uma série de argumentos. Inicialmente, ele tenta desconstruir a ideia de que o determinante nulo dos *bare plurals* é o plural do artigo indefinido "a", em inglês. O autor argumenta que, se, de fato, o artigo nulo (artigo \emptyset) fosse o plural do artigo indefinido, aquele deveria ter o comportamento semântico igual a este. O que o autor mostra é que isso não é verdade. Carlson usa o contexto de predicados opacos, por exemplo, para mostrar o comportamento diferente, em relação ao sentido, de plurais nus (artigo \emptyset) e indefinidos singulares. Assim, o autor argumenta que, se os *bare plurals* fossem o plural do indefinido singular, eles deveriam ter o mesmo comportamento em todos os contextos, o que não se observou no estudo. Como alguns poderiam afirmar que a diferença se justifica pelo uso da morfologia de plural, Carlson argumenta que, com o uso de outros determinantes quantificadores, como *some* ou *many*, e o nome plural, em contexto de opacidade, a ambiguidade dos indefinidos é preservada.

Além deste argumento, o autor mostra outras diferenças de interpretação entre o indefinido singular e o artigo \emptyset para fundamentar sua hipótese, tais como a diferença de interpretação em contexto de escopo relativo, em que o existencial pode ter escopo estreito ou largo em relação ao escopo de um quantificador universal.

Assim, o autor reforça a sua diferenciação do artigo \emptyset e do artigo indefinido singular. Carlson usa uma série de outros contextos, principalmente os de escopo diferenciado em que o quantificador universal é provido por outros elementos da oração que não o uso de quantificadores e em que o plural nu (quantificador universal com escopo largo) e o indefinido singular (operador existencial com escopo largo) não possuem interpretação em comum, para reafirmar seu ponto de vista e mostrar o comportamento diferente do artigo \emptyset em relação ao indefinido singular "a" e, posteriormente, mostra ele, a todos os outros determinantes e quantificadores indefinidos. Ele argumenta que, ao contrário do que se espera a partir de uma análise que considera o plural nu como indefinido plural, o artigo \emptyset tem um

comportamento semântico parecido com o do artigo definido “the”, de alguns usos não acentuados de determinantes, e do uso do artigo Ø que precede os nomes de massa singulares.

Por fim, Carlson usa os contextos de retomada pronominal do NP por um pronome para, mais uma vez, ressaltar o comportamento diferente que possuem o indefinido singular e o plural nu. Nesse caso, Carlson mostra que, em contextos de opacidade, o indefinido singular só pode possuir a leitura transparente, em que o operador existencial tem escopo sobre o indutor de opacidade; enquanto que o plural nu só possui a leitura opaca, em que o indutor de opacidade possui escopo sobre o operador existencial. Assim, ele encerra seu ponto de vista dizendo que não há uma maneira da antiga análise, que considerava o plural nu como indefinido plural, dar conta das diferenças acima listadas e que, de fato, o artigo Ø deve ser entendido de uma forma diferente.

Depois de trazer evidências de que os plurais nus do inglês não são indefinidos plurais, Carlson passa a defender a hipótese de que eles são, na verdade, nomes próprios de espécies. O autor diferencia, então, os sintagmas nominais que se referem a espécies daqueles que se referem a indivíduos. Segundo o autor, “(...) kinds are a little different from more normal individuals in that kinds can be here and there, whereas normal individuals are generally confined to one location, at a given time²³” (CARLSON, 1977, p. 442). Para Carlson, o funcionamento dos plurais nus em inglês é igual ao funcionamento de nomes que indicam espécies. Assim, ele conclui que, tais quais os nomes próprios, que são nus singulares, *bare plurals* seriam nomes próprios de espécie. O autor divide os nomes contáveis em dois tipos: aqueles que denotam indivíduos objetos e indivíduos espécies. Outro fator que faz Carlson (1977) argumentar em favor da hipótese de que plurais nus no inglês são nomes próprios de espécie é o fato de esses nominais poderem acontecer junto a predicados de espécie (predicados que só podem estar atrelados a espécies):

(14) Lions are predatory cats.

Leões são gatos predatórios.

(SIMINONI, 2014)

Para comprovar a tese de que *bare plurals* são nomes de espécies, primeiro o autor compara as diferentes interpretações que podem ter o plural nu: a existencial (que antes era definida como indefinido plural, conforme explicação) e a genérica (ou universal). O autor prova, segundo sua análise, que essas duas interpretações não emergem de uma ambiguidade

²³ (...) espécies são um pouco diferentes de indivíduos mais normais porque as espécies podem estar aqui e ali, enquanto indivíduos normais são geralmente confinados a uma localização, em um determinado momento (tradução minha).

do artigo \emptyset , mas do contexto (predicado) em que o *bare plural* é realizado. Assim, não cabe pensar que existem diferentes tipos de plurais nus, mas somente um que denota espécie e que ganha diferentes interpretações a depender da sentença em que esteja (predicados de indivíduos – leitura genética vs. predicados de estágio – leitura existencial).

Chierchia (1998) e Longobardi (1994, 2001) são considerados autores neocarlsonianos, pois compartilham da proposta de Carlson (1977) de que os *bare plurals* são nomes próprios de espécie. Chierchia (1998), inclusive, se autodenomina dessa forma, apesar de sua análise se diferenciar da de Carlson (1977) em alguns pontos, como a interpretação do plural dos *bare plurals* e o uso de operadores que permitem passar a interpretação dos nominais de indivíduos $\langle e \rangle$ a propriedades $\langle e, t \rangle$ e de propriedades a espécies $\langle e \langle e, t \rangle \rangle$, de acordo com Partee (1987 *apud* CHIERCHIA, 1998).

No texto de 1998, Chierchia propõe um parâmetro semântico do mapeamento nominal para explicar as diferenças apresentadas entre as línguas no que tange ao sintagma nominal. Schmitt e Munn (1999), ao analisarem e sintetizarem o texto de Chierchia (1998), afirmam que, para o autor, as línguas se dividem da seguinte forma:

(15) O parâmetro do mapeamento nominal:

a. [+arg, -pred] (por exemplo, chinês)

- argumentos nus generalizados;
- todos os nomes são nomes de massa;
- não há morfologia de plural;
- sistema de classificadores generalizado.

b. [-arg, +pred] (por exemplo, francês)

- sem nomes nus na posição de argumento;
- distinção entre nomes contáveis e de massa;
- morfologia de plural.

c. [+arg, +pred] (por exemplo, inglês)

- nomes nus de massa e plurais nus na posição de argumento;
- sem nomes nus singulares contáveis;
- morfologia de plural.

[-arg, -pred] (Inexistentes)²⁴

(SCHMITT; MUNN, 1999, p. 3)

Para Chierchia (1998), os nominais em posição de argumento podem ser NPs ou DPs. Quando NPs ocupam posições argumentais em línguas como o chinês (com as características acima listadas), Chierchia (1998) propõe que os nominais denotem nomes de espécie (ou

²⁴ Tradução minha.

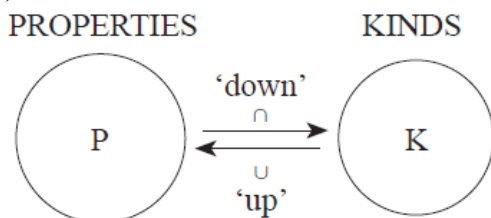
indivíduos) que são passíveis de ocorrência livre sem um determinante nessas posições. Para as línguas românicas, por sua vez, Chierchia afirma que NPs são, basicamente, predicados. Isto implica que, nessas línguas, os NPs não podem funcionar como argumentos, a não ser que a categoria D esteja projetada e preenchida com um determinante para efetuar a mudança de significação de predicado para espécie/indivíduo. O autor ainda ressalta que línguas germânicas e eslavas permitem o uso de NPs tanto como argumento quanto predicados, com algumas características semânticas separando os dois usos (por exemplo, nestas línguas somente nomes de massa e plurais nus podem aparecer em posições argumentais). Essas seriam, pois, as línguas que uniriam os dois outros tipos anteriores, se comportando, em alguns momentos, como a língua chinesa e em outros como as línguas românicas.

De acordo com Chierchia (1998), como dito acima, os determinantes contêm traços semânticos que fazem operações de sentido nos nominais, fazendo com que eles passem de uma interpretação para outra, de acordo com as possibilidades acima listadas (indivíduos, espécies e propriedades). Assim, o autor postula que há uma relação entre espécie (*kinds*) e propriedades, de maneira que toda propriedade corresponde a uma espécie. Dessa forma, os determinantes usam seus operadores semânticos (a saber, *up* e *down*) para poder passar a denotação do nome de: espécies *up* propriedades e de propriedades *down* espécies. Segundo o autor,

It should be clear that kinds and (plural) properties can in a way be seen as two modes of packaging the same information. Using Frege's (1891) metaphor, properties are unsaturated, something that (at a world) is true or false of individuals. Kinds are saturated, something that at a world has concrete, if possibly spatiotemporally discontinuous, manifestations.²⁵ (CHIERCHIA, 1988, p. 352)

Chierchia (1998) define a relação entre espécies (e/ou indivíduos) e propriedades, da seguinte forma (20a, b):

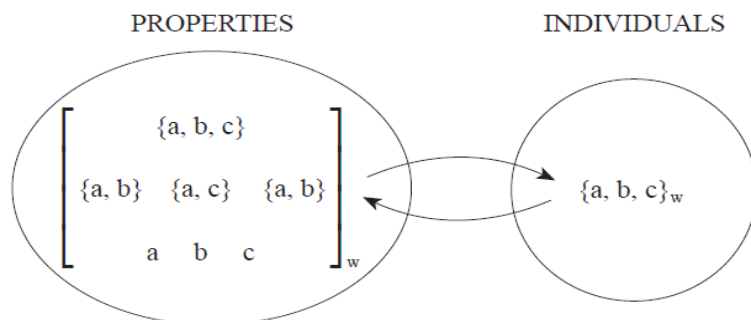
(16) a.



where properties are of type $\langle s, \langle e, t \rangle \rangle$ and kinds of type e (CHIERCHIA, 1998, p. 349)

²⁵ Deve ficar claro que as espécies/indivíduos e as propriedades (plural) podem ser vistas como dois modos de embalar as mesmas informações. Usando a metáfora de Frege (1891), as propriedades são insaturadas, algo que (em um mundo) é verdadeiro ou falso sobre indivíduos. Espécies/indivíduos são saturados, algo que, em um mundo, tem manifestações concretas, se possível, espaço-temporalmente descontínuas (tradução minha).

b.



(CHIERCHIA, 1998, p. 352)

É importante ressaltar que, se uma espécie é uma soma de estâncias, logo a operação que transforma propriedades em espécies não pode ser aplicada para singulares, somente para plurais, como está explícito na citação acima. Por fim, é importante ressaltar que, para Chierchia (1998), existem operações semânticas que permitem o uso de *nomes nus* em línguas que não possuem artigos (operador iota), mas em línguas que possuem artigos definidos essa operação é bloqueada.

Diferentemente, Longobardi (1994, 2001) postula que todos os nominais argumentais nas línguas naturais são DPs. Assim, para o autor, *nomes nus* possuem um artigo nulo no núcleo D. Tal análise se justifica a partir da análise de nomes próprios que, para o autor, são *nomes nus* que se movimentam de N-to-D para ter a leitura definida/específica. O autor então faz a diferença entre *nomes nus* comuns, genérico e nomes próprios, sendo que só os dois últimos fazem movimentos N-to-D.

Para ele, então, todo nominal em posição argumental são DPs, pois, para que um nominal possa estar nas posições de argumentos das sentenças, o nome precisa projetar DP para ter uma leitura referencial. NPs, para Longobardi (1994, 2001), são predicados, pois descrevem outros nominais.

A assunção básica do trabalho de Longobardi (1994) é que *nomes nus*, que não são nomes próprios, devem ser lexicalmente regidos, ou seja, devem estar na posição de objeto. Isso porque, como o artigo nulo é uma categoria vazia, deveria obedecer ao princípio da categoria vazia que diz que uma categoria vazia não pronominal deve ser estritamente regida por um núcleo. Assim sendo, para Longobardi (1994), DPs nus devem acontecer na posição de objeto.

Diante da evolução dos estudos sobre DP, na próxima seção, reúnem-se algumas análises que podem ir de encontro à linha carlsoniana, ou ainda acrescentam ideias à proposta do autor.

2.1.6.2 Análises não-carlsonianas: Heim (1982), Diesing (1992), Guéron (2006)

Chamadas de análises relacionais, as análises de Heim (1982), Diesing (1992) se assemelham, pois se opõem à de Carlson (1977) e postulam que há ambiguidade (*ambiguity approach*) nos *bare plurals* do inglês. Diferente da proposta de Carlson, que considera os plurais nus do inglês nomes próprios de espécie, para esses autores não é dessa forma. Heim (1982) e Diesing (1992) consideram que os *bare plurals* do inglês são ambíguos por natureza, podendo ter tanto a interpretação de leitura de espécie em algumas ocasiões, quanto ter uma leitura existencial em outras, com variáveis na representação semântica, que não são vinculadas à sentença, como propõe Carlson (1977). Além disso, as autoras defendem que indefinidos e argumentos nus têm interpretação de variáveis que podem ter fechamento existencial ou quantificação por operador genérico. Por fim, elas argumentam em favor de ser o VP o domínio de fechamento existencial e não a sentença, como nas análises Carlsonianas.

A análise de Guéron (2006) já se assemelha mais às propostas de Carlson (1977) e Chierchia (1998) e cabe ser mencionada aqui, uma vez que baseia o trabalho de Baptista (2007) sobre o crioulo cabo-verdiano (CCV), que é uma das inspirações para o presente trabalho. Baptista (2007) resume assim a proposta de Guéron (2006), que explica as interpretações genérica e episódica dos *nomes nus*, a partir da análise das sentenças (se episódicas ou genéricas, seguindo Carlson (1977)):

(21) Guéron's basic assumptions:

The constraint in (i) plays a pivotal role in LF structures:

i. The situation a given sentence describes must be placed in the space and time of the discourse world, i.e. the world of the speaker or a world which the grammar makes accessible to the speaker.

ii. vP is viewed as the domain of spatial interpretation whereas TP/CP is the domain of temporal interpretation.

iii. A sentence is episodic if its tense node bears a positive tense index and generic if its tense node carries a zero index or no index. This entails that a sentence is ambiguous between an episodic construal and a generic construal. The same syntactic structures derive both episodic and generic sentences. In other words, across languages, the same DPs refer to either real

entities ('real dogs' for instance) or to the mental concept associated with the lexical item ('the concept of dog').

iv. To reflect the interaction at work between sentential units, Guéron proposes a T-chain rooted in the complementizer node C associated with the Reference or Speech time, continues with the tense node T associated with the Event time and ends with V. If C is indexed 1 for Speech time and T is also indexed 1 for Event time (1 for Present and 2 for Past), then the Event time is construed as anaphoric to the Speech time and results in an episodic present. For Generic, T has a zero index. In a generic sentence, there is no link established between event space and discourse space. The basic hypothesis is that the on/off setting of the index on T is sufficient to distinguish episodic from generic sentences. If so, no generic operator is needed.

v. Aspect also plays a role and interacts with the output constraint mentioned in (i) within both DP and TP. The event time interval must be bounded in order to satisfy constraint (i). One way to bound a time interval is to place the event the sentence denotes in the scope of a bounded topic time. The topic time can be realized by an adverbial or a sentential adjunct.

vi. The subject of a sentence is linked to the discourse world by the anaphoric (or non-anaphoric, as I will add below) construal of its determiner²⁶. (BAPTISTA, 2007, p. 78-79)

Diante do exposto, é preciso sumarizar as principais informações, para que, do quadro geral dos estudos apresentados, se possam retirar as principais informações, que serão posteriormente usadas na análise dos nominais encontrados na fala das informantes aqui estudadas.

²⁶ Assunções básicas de Guéron (2006): A restrição em (i) possui um papel pivô nas estruturas em Forma Lógica: i. A situação que uma dada sentença descreve deve ser colocada no espaço e tempo do mundo discursivo, isto é, o mundo do falante ou um mundo que a gramática se faça acessível ao falante. ii. vP é visto como o domínio da interpretação espacial enquanto TP/CP é o domínio da interpretação temporal. iii. uma sentença é episódica se seu nó do tempo suporta um índice positivo para tempo e genérico se seu nó do tempo carrega um índice zero ou não carrega nenhum índice. Isto implica que a sentença é ambígua entre uma construção episódica e uma construção genérica. A mesma estrutura sintática deriva tanto sentenças episódicas quanto genéricas. Em outras palavras, através das línguas os mesmos DPs se referem a ambos: entidades reais ('cachorros reais', por exemplo) ou ao conceito mental associado ao item lexical ('o conceito de cachorro'). iv. Para refletir a interação no trabalho entre as unidades sentenciais, Guéron propõe um cadeia-T enraizada no nó complementizador C associado com o tempo Referência e Fala, continua com o nó tempo associado com o tempo Evento (1 para presente e 2 para passado), então o tempo Evento é construído como anafórico ao tempo Fala e resulta em um presente episódico. Para tempo Genérico, T tem um índice zero. Em uma sentença genérica, não existe uma ligação estabelecida entre o espaço evento e o espaço discurso. A hipótese básica é que as configurações de ligar/desligar do índice em T são suficientes para distinguir entre sentenças episódicas e genéricas. Se é assim, nenhum operador genérico é preciso. v. Aspecto também possui um papel e interage com a restrição de saída mencionada em (i) dentro dos dois: DP e TP. O intervalo do tempo evento deve ser ligado em ordem de satisfazer a restrição (i). Um meio de ligar um intervalo de tempo é colocar o evento que a sentença denota no escopo de tempo tópico vinculado. O tempo tópico pode ser realizado por um advérbio ou por um adjunto sentencial. vi. O sujeito de uma sentença é ligado ao mundo discursivo pela construção anafórica (ou não anafórica, como eu vou adicionar abaixo) de seu determinante (tradução minha).

2.2 SUMARIZANDO

Ao longo dessa seção, a sintaxe e a semântica dos DPs foram apresentadas. A partir do resumo das principais propostas sobre o tema, as pioneiras e mais citadas, pode-se fazer um quadro geral do estado atual do estudo do DP e dos DPs nus.

Dessa forma, viu-se que, através do trabalho de Abney (1987), que os NP são dominados por uma projeção funcional, o DP. Este foi o trabalho pioneiro a considerar os determinantes como núcleo de uma projeção funcional. Após mostrar que os determinantes preenchem o núcleo D do DP, investigamos a semântica desses elementos. É importante ressaltar que, para o estudo aqui desenvolvido, da classe dos determinantes, somente os artigos serão considerados, assim, argumenta-se principalmente a favor da ideia de que o artigo indefinido não é o contrário do artigo definido, já que não possui a interpretação contrária ao do outro. Ao falar dos artigos, afirmou-se que eles são constituídos por, no mínimo, duas informações relevantes e que serão norteadoras da análise: a definitude e a referencialidade, assumindo a assunção de que os nomes em posição argumentais são determinados, para que possam referenciar indivíduos ao invés de propriedades.

Quanto à sintaxe do DP, buscou-se trazer uma variedade de estruturas possíveis para explicar todas as relações possíveis entre os nomes e seus modificadores. Principalmente a partir do texto de Lyons (1999), podem-se ver quais são as projeções funcionais que se sugerem como parte do DP, e como elas estão hierarquizadas. Entretanto, ao analisar-se a proposta de Baptista e Guéron (2007a) para a estrutura DP, vê-se que é possível propor uma estrutura mais enxuta a depender da língua analisada. Assim, como veremos na seção 4, para a análise dos DPs de Helvécia, prefere-se uma estrutura tal qual a que elas propõem. Entretanto, é importante notar para a possibilidade de relações possíveis no DP e quais as formas de interpretá-las nas línguas.

Ademais, buscou-se resumir análises sobre a semântica e sintaxe dos DPs nus, começando pela análise de Carlson (1977), a primeira a tratar do tema, e que vem antes da hipótese DP. Carlson (1977) estudou a semântica dos *bare plurals* no inglês, trazendo como principais contribuições a diferença entre os *bare plurals* e os indefinidos plurais, a assunção de que eles são nomes próprios de espécie e de que a interpretação ambígua dos plurais nus entre genérica e existencial está ligada ao tipo de predicado que os acompanha. Seguindo a linha de Carlson, tem-se Chierchia (1998) e Longobardi (1994) que também consideram os *bare plurals* como nomes próprios de espécie. O primeiro explica a semântica dos nominais

nus através do uso de operadores que transformam a interpretação dos nominais de indivíduos <e> a propriedades <e,t> e de propriedades a espécies <e<e,t>>. Para Chierchia, a diferença entre o uso dos nominais entre as línguas se justificaria por um parâmetro do mapeamento nominal que regularia o uso dos operadores através das línguas. Já Longobardi (1994) afirma que os DPs nus devem ser regidos e, por isso, só devem aparecer na posição de objeto. Por fim, trouxeram-se à baila as principais informações sobre análises diferentes da Carlson: as análises realcionais de Heim (1982) e a de Diesing (1992), que afirmam que os plurais nus são ambíguos; e a análise de Guéron (2006) que volta a dizer que a ambiguidade dos nomes nus está relacionada aos tipos de sentença, propondo novos operadores para argumentar a favor de seu posicionamento.

Na próxima seção, detalham-se questões relacionadas aos DPs nus das línguas crioulas, partindo do pressuposto que essas línguas compartilham o mesmo histórico de formação que o PA de Helvécia.

3 A ESTRUTURA DO DP EM LÍNGUAS CRIOULAS E NO PB

Nesta seção, trabalha-se o conceito de língua crioula, bem como a relação entre essas línguas, o PB e o PA de Helvécia (BA) quanto ao uso de DPs, partindo do pressuposto que essas línguas compartilham o mesmo histórico de formação. Além disso, busca-se mostrar as diferentes análises estruturais de DPs em línguas crioulas de base portuguesa e as análises referentes ao PB. Ademais, traça-se um paralelo entre o que foi dito sobre as línguas crioulas com trabalhos na área de aquisição de segunda L2, no que tange ao uso de artigos e da semântica do DP. Além disso, enumeram-se considerações importantes sobre as análises citadas sobre as línguas crioulas e o PB que serão utilizadas nas análises dos dados do PA de Helvécia na seção 4 deste trabalho.

3.1 LÍNGUAS CRIOULAS: O QUE SÃO E QUAL SUA RELEVÂNCIA PARA ESTE TRABALHO?

Considerando a hipótese de que a variedade linguística de Helvécia e as línguas crioulas compartilham o mesmo histórico de formação, parte-se do pressuposto que haverá semelhanças entre elas no que tange ao uso de *nomes nus*.

Sobre línguas crioulas, Baptista e Guéron (2007a) dizem que as línguas crioulas nascem a partir do contato entre línguas distintas (duas ou mais), geralmente, em uma situação “catastrófica” de escravidão. Segundo as autoras, tais línguas foram desenvolvidas ao longo do período colonial (entre os séculos 15 e 17), em que o sistema econômico conhecido como *plantation* exigia a mão-de-obra escrava, que chegava às colônias e se comunicavam “with European overseers in a pidgin that mingled elements of their mother tongue with elements of a European language²⁷” (BAPTISTA; GUÉRON, 2007a, p. 5). Assim, a partir desse contato interlinguístico, foi possível aos descendentes da primeira geração de escravizados desenvolverem uma língua completa e coerente.

Para além das considerações das autoras, Bickerton (1988), afirma que:

Historically, two types of event have set in motion the language-forming process. In the first, an outside group penetrates a multilingual area and forms associations with its peoples of a permanent or semi-permanent nature. In the second, which may follow directly on the first (as in West Africa) or occur quite independently (as in Hawaii), an outside group creates a new society by transporting people from several

²⁷ Com os superintendentes europeus em um pidgin em que se misturavam elementos de sua língua materna com elementos de uma língua européia (tradução minha).

different areas, lacking any common language, to some uninhabited or underinhabited island or isolated coastal area. Two points should be emphasized here. First, there is no direct relationship between the events themselves and the linguistic process involved; the former merely set the stage for the latter, which then proceed to evolve under their own laws. Second, by the same token, the two types described do not necessarily exhaust the sets of possible circumstances which may have in the past, or may in the future, set in motion the language-forming process. All that is really required is that a multilingual group should need a common language but that access to an appropriate pre-existing language should be sharply restricted. (BICKERTON, 1988, p. 271)²⁸

A partir das considerações acima, é possível perceber que a formação de línguas crioulas está diretamente ligada ao contato interlinguístico. Seja através de um meio forçoso, como a escravidão, ou ainda através da convivência pacífica (mas com uma língua de prestígio), o contato entre duas ou mais línguas de forma não espontânea, em que há uma necessidade rápida de uma língua comum para intercomunicação, pode desencadear um processo de pidginização e, posteriormente, de criouliização.

Tendo esse quadro em vista, é importante ressaltar que as línguas crioulas, principalmente as do Atlântico, em sua maioria, são línguas oriundas de uma situação social bastante específica: a escravidão. Essas línguas se formam a partir da necessidade de o homem escravizado aprender a língua do senhor (pessoa que o escraviza), sem que essa lhe seja devidamente ensinada, tendo acesso somente a fragmentos da língua-alvo no convívio com o colonizador. Ou seja, esses indivíduos adquirem a L2 (língua-alvo) no convívio, a partir de um modelo difícil acesso da língua do escravizador, devido ao pouco contato, muitas vezes, com um *input* fragmentado. Com efeito, o produto deste aprendizado irregular é uma língua em que o léxico, em sua maioria, é “herdado” da língua do senhor (língua lexificadora, ou alvo) com uma gramática renovada. Em alguns casos, é possível dizer que essa gramática é “herdada” das línguas de substrato (línguas africanas, em sua maioria), com a não incorporação, geralmente, de alguns morfemas flexionais/gramaticais nesse processo (BAPTISTA; GUÉRON, 2007a).

²⁸ Historicamente, dois tipos de eventos puseram em marcha o processo de formação de línguas. No primeiro, um grupo de fora penetra uma área multilíngue e faz associações com seus povos de natureza permanente ou semipermanente. Na segunda, o que pode seguir diretamente ao primeiro (como na África Ocidental), ou ocorrer de forma totalmente independente (como no Havai), um grupo de fora cria uma nova sociedade, transportando pessoas de diversas áreas, sem qualquer linguagem comum, para alguma ilha isolada ou área costal desabitada ou sub-habitada. Dois pontos devem ser enfatizados aqui. Em primeiro lugar, não existe uma relação direta entre os próprios eventos e o processo linguístico envolvido; o primeiro meramente define o cenário para o último, que, em seguida, tende a evoluir sob suas próprias leis. Em segundo lugar, por isso mesmo, os dois tipos descritos não necessariamente esgotam os conjuntos de possíveis circunstâncias que podem ter no passado, ou pode, no futuro, pôr em marcha o processo de formação de linguagem. Tudo o que é realmente necessário é que um grupo multilíngue deve precisar de uma linguagem comum e que o acesso a uma língua pré-existente apropriada deve ser fortemente restringido.

Contudo, segundo Bickerton (1981, 1988, 1999), a gramática dessas línguas pode seguir um programa biológico (bioprograma) para formação de línguas. Assim, deve-se supor a existência de “(...) a single invariant mechanism that (if we abstract away from such things as linear ordering) merely requires the addition of a set lexical and grammatical items and their properties to generate the range of syntactic phenomena” (BICKERTON, 1999, p. 49)²⁹. Tais considerações ainda encontram resistência de autores que, por não seguirem a linha gerativista, não acreditam na aquisição da língua através de mecanismos inatos, e de gerativistas que preferem acreditar na hipótese de parâmetros variáveis para explicar a diferença entre as línguas (BICKERTON, 1999, p. 50).

A despeito das considerações de Bickerton, segue-se a hipótese dos parâmetros variáveis, haja vista que se considera que princípios e parâmetros são os componentes da GU (CHOMSKY, 1995). Assim, nesta pesquisa, concorda-se com a perspectiva trazida por Baptista e Guéron (2007), de que, se parâmetros são puramente morfológicos, então, no processo de transmissão linguística em contextos como os que geraram línguas crioulas, o “gatilho” para marcação paramétrica é perdido. Assim, espera-se que essa morfologia, como acontece para os DPs, seja deixada; o que justificaria o fato de os nomes nus serem mais comuns nas línguas crioulas do que em suas línguas lexificadoras.

De fato, o que faz das línguas crioulas especiais para o estudo do sintagma nominal é o fato de que se tem verificado, através de diversos trabalhos (como os que estão no livro organizado por Baptista e Guéron (2007b)), o uso extensivo de *nomes nus* (nomes nus, ou seja, sem determinante), nessas línguas (mesmo quando estas possuem artigos), como em (1). A hipótese mais aceita para o fato de essas línguas usarem *nomes nus* de forma extensiva diz que ele é reflexo de uma possível não incorporação do “gatilho” para marcação paramétrica. A não incorporação deste “gatilho” deve ter acontecido durante o processo de aquisição de L2 tal qual descrito acima. Destarte, entender os fatores sintáticos e semânticos que norteiam a formação dos sintagmas nominais nessas línguas pode trazer novos rumos para a análise do uso de nomes com determinantes ou nus entre as línguas naturais, mais especificamente, para que se possa chegar a uma estrutura destes sintagmas através das línguas.

- (1) a. Nu tenha *xefri* ki ta leba libru ku nos. (CCV)
Nós ter chefe COMP TMA levar livro com nos.
“Nós tínhamos um chefe que pegava livro conosco.” (BAPTISTA, 2007, p. 77)

²⁹ (...) um único mecanismo invariante que (se nós abstrairmos coisas como ordem linear) meramente requer a adição de um conjunto de itens lexicais e gramaticais e suas propriedades para gerar a gama de fenômenos sintáticos.

b. Minjer ta bindi bon baley. (Kriyol – Crioulo de Guiné-Bissau)
Mulher TMA vender bom balaio.
“A/uma mulher vende bons balaaios.” (KIHM, 2012, p. 189)

c. Alê d’e sode . (Crioulo de São Tomé, doravante CST)
Rei dar-3sg soldado
“O rei forneceu a ele soldados.” (ALEXANDRE; HAGEMEIJER, 2007, p. 38)

Desta forma, como antecipado na seção 1, a importância do estudo das línguas crioulas para o desenvolvimento desta pesquisa aqui é que o contexto de formação do PA, foco de análise deste trabalho, é muito semelhante àquele encontrado na formação dos crioulos do Atlântico. No Brasil as mesmas condições de contato entre diversas línguas e o sistema de escravidão característico do *plantation*, que, em outras regiões como o Caribe, formaram línguas crioulas, podem ser observadas.

Deste ponto em diante, abordam-se, nas próximas seções, questões sobre a estrutura dos sintagmas nominais em línguas crioulas e no PB e suas considerações, bem como aquisição de artigos em contextos de aprendizagem de L2.

3.2 A ESTRUTURA DOS DPS EM LÍNGUAS CRIOULAS

Nesta seção, trata-se sobre as análises estruturais dos DPs em línguas crioulas. Para tanto, buscou-se trabalhos que descrevessem a estrutura nominal de línguas crioulas de base portuguesa, uma vez que esses podem trazer questões mais diretas para a análise do PA. Nesse sentido, buscaram-se as análises principalmente das línguas crioulas faladas em São Tomé e Cabo Verde uma vez que, “as tipologias dessas línguas com substratos das famílias linguísticas africanas atlântico-ocidentais (subgrupo do níger-congo), no crioulo de Cabo Verde, e benue-congo e banto, no crioulo de São Tomé, podem ser de relevância para a análise do dialeto de Helvécia que tem substratos benue-congo e banto.” (BAXTER, LOPES, 2009).

Neste sentido, o CST, segundo Alexandre e Hagemeyer (2007), possui artigos: *uã* que é o indefinido/cardinal singular (introduz uma informação nova ao discurso), e *inen* que é definido plural (para os autores, a marcação de número dos artigos está presente no Léxico). Além da possibilidade de realização dos dois artigos, os autores atestam uma grande ocorrência de *nomes nus*, tanto com os significados que faltam aos artigos, como [+ Def./- Plur.], quanto com os significados que os artigos têm. Ou seja, em CST, DPs nus podem

ocorrer em todos os contextos semânticos possíveis (genéricos ou referenciais, definidos e indefinidos), exceto para o indefinido singular, em que está em distribuição complementar com *uã*, e para definidos plurais com o traço [+ humano], em que *inen* aparece preferencialmente. Para Alexandre e Hagemijer (2007) a interpretação correta dos nomes nus depende de pistas contextuais/discursivas ligadas ao nível extra-gramatical da língua.

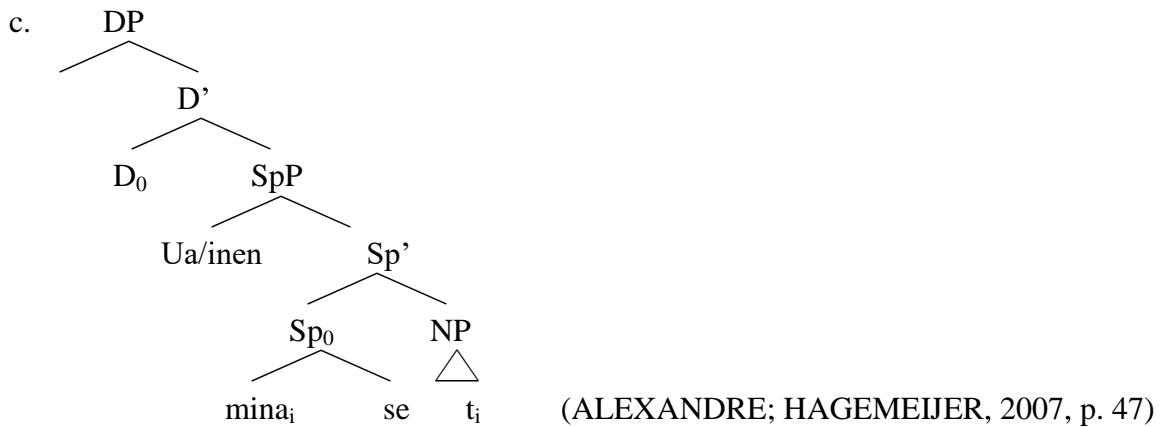
Além disso, os autores propõem que o número do DP é parasítico à definitude (que para eles é o traço formal da identificabilidade, como diz Lyons (1999)) e que esta, por sua vez, está alocada no núcleo D, nessa língua. Isso porque, nos dados do CST, não há ocorrência da marca de plural flexional sufixado ao nome, como em (2a), (2b). Segundo os autores,

In addition to definite determiners, in many cases languages also have the means to overtly encode number marking. ST exhibits no inflectional and exclusive overt number marker, but given the importance of number for cognitive processing we will argue that in ST this feature is directly associated to definiteness, although it has to be somehow defined outside the grammatical level referred to above when we are dealing with bare NPs. Assuming that languages may or may not exhibit split I or a split left Periphery, the absence of an independent Number Phrase (NbP) would simply correspond to a non-split DP. (ALEXANDRE; HAGEMEIJER, 2007 p. 39)³⁰

Tendo isso em vista, os autores propõem uma estrutura em que a NbP, citada acima na proposta de Baptista e Guéron (2007) para a estrutura do DP em inglês, é suprimida, como em (2c). Além disso, devido à existência de um marcador de especificidade “se”, os autores propõem haver uma projeção que abarque este traço (análise parecida pode ser encontrada em Lucchesi (1993)). Contudo, eles fazem a ressalva de que esta projeção (SpP) só acontece se houver realização fonética de “se”:

- (2) a. Ua mina **se** ([+ Esp]) / ‘a child in question’ / a criança em questão.
b. Inem mina **se** ([+ Esp]) / ‘the children in question’ / as crianças em questão.

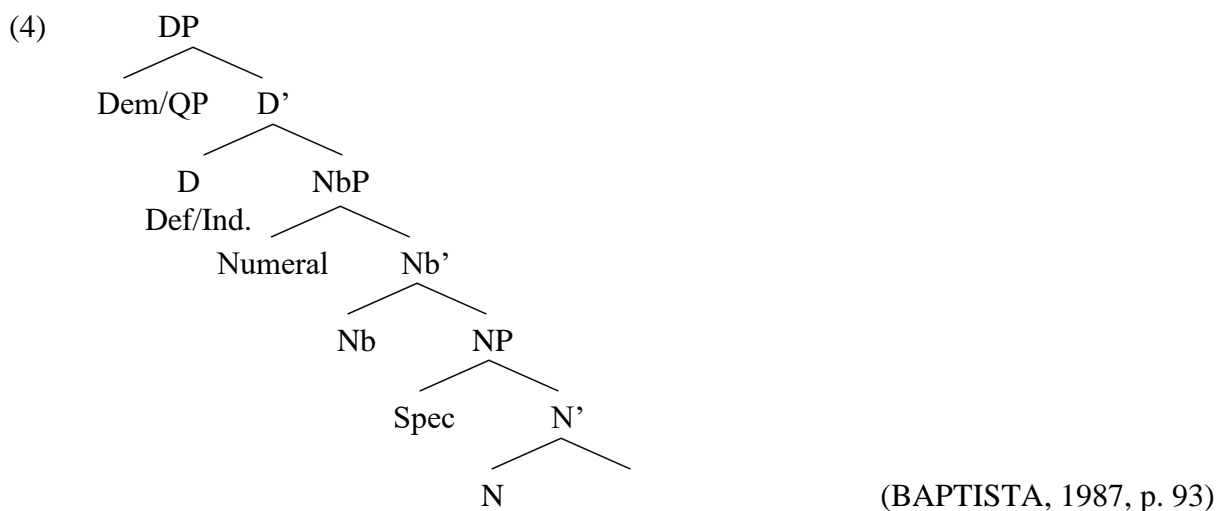
³⁰ Além de determinantes definidos, em muitos casos, as línguas também têm os meios para codificar foneticamente a marcação de número. O CST não possui nenhum marcador flexional e exclusivo para marcação fonética de número, mas, dada a importância do número para o processamento cognitivo, vamos argumentar que, no CST, esta característica está diretamente associada à definitude, embora isso tenha de ser de alguma forma definido fora do nível gramatical, acima referido, quando estamos a lidar com NPS nus. Assumindo que as línguas podem ou não apresentar divisão de I ou uma periferia esquerda dividida, a ausência de uma projeção de número independente (NbP) seria simplesmente correspondente a um DP não dividido (tradução minha).



Ainda quanto à estrutura dos DPs em línguas crioulas, Baptista (2007) propõe uma estrutura em que está presente o NbP, conforme (4). Tal proposta advém do fato de que o CCV apresenta flexão de número sufixada ao nome e aos determinantes (*kel/kes* – definidos, que funcionam como demonstrativos; *um/uns* – que pode funcionar como artigo, numeral ou quantificador, na forma singular, e, como quantificador, na forma plural), como pode ser visto em (3).

(3) *Kes djentis*, bedju, txeu ka ta baba skola p' e djuda mamai kiria mininu. (BAPTISTA, 2007, p. 84)

Aquelas pessoas, antigamente, não iam para a escola, por isso podiam ajudar suas mães a criar as crianças.



Há também em CCV o uso extensivo de *nomes nus*, que podem ser usados em todos os contextos semânticos, inclusive naqueles em que se pode usar os artigos, como pode ser visto na comparação entre os exemplos em (3) e (5) abaixo:

- (5) a. Pa kria *fidjus*.
Para criar filhos. (BAPTISTA, 2007, p. 84)
- b. *Omis* entra na kuartu.
Homens entram no quarto. (BAPTISTA, 2007, p. 90)
- c. Ma N ta trabadja gosi ku *kanbra*.
Mas eu trabalho agora com a câmara. (BAPTISTA, 2007, p. 72)
- d. Nu ten txafaris pa nu panha *agu*.
Eu tenho o contêiner para pegar água. (BAPTISTA, 2007, p. 93)

Entretanto, tal qual se observa em CST, há uma preferência para que DPs nus, com leitura definida, se encontrem na posição de sujeito (informação velha) e, com leitura indefinida, na posição de objeto (informação nova) (BAPTISTA, 2007, p. 77) (LUCCHESI, 1993):

Nomes nus can be interpreted as generic, mass, definite, indefinite, singular or plural. Bare plural nouns are interpretable as definite (specific/referential or non-specific/ non-referential) or indefinite (specific/referential or non-specific/non-referential). In contrast, bare singular nouns tend to be (but not always) interpretable as definite (specific/referential) in subject position and indefinite (non-specific/non-referential or specific/referential) in object position. (BAPTISTA, 2007, p. 103)³¹

Baptista (2007) argumenta em favor da hipótese N-to-D, da própria autora. Para a autora, a diferença entre nomes nus contáveis, singulares ou plurais, e nomes genéricos e de massa está no fato de que os primeiros, em sua estrutura, possuem a projeção número. Assim, os nomes saem do núcleo N e se movimentam para D a fim de poder valorar os traços intrínsecos de número e de definitude (se houver). De outra forma, os nomes genéricos e de massa não realizam esse movimento, uma vez que não projetam número nem definitude.

Em outra consideração, Baptista (2007, p. 78-79) relaciona a interpretação correta quanto à semântica dos *nomes nus* com a noção de Tempo (episódico vs. genérico). Para ela, os núcleos T, C e D interagem através sistema de indexação para tal fim, uma vez que esses núcleos fazem a ponte entre a informação contextual e gramatical, levando à interpretação correta dos DPs nus.

A diferença nas estruturas propostas por Baptista (2007) e Alexandre e Hagemeyer (2007) são exemplos das diferentes análises feitas para a estrutura do DP nas línguas crioulas,

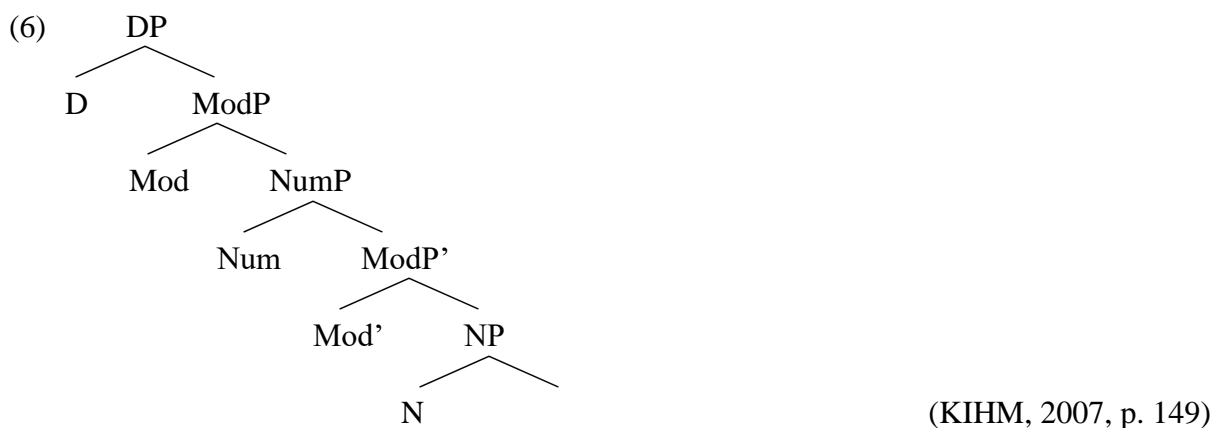
³¹ Nomes nus podem ser interpretados como genérico, massa, definido, indefinido, singular ou plural. Nomes nus plurais são interpretados como definido (específico/referencial ou não-específico/não-referencial) ou indefinida (específico/referencial ou não-específico/não-referencial). Em contraste, nomes nus singulares tendem a ser (mas não sempre) interpretados como definido (específico/referencial) na posição de sujeito e indefinido (não-específico/não-referencial ou específico/referencial) na posição de objeto (tradução minha).

principalmente no que tange ao número de projeções funcionais e quais elas são. Todas as propostas se baseiam nos dados, que podem ser bastante variáveis entre as línguas crioulas.

Alain Kihm (2007, 2012), sobre o *kriyol*, umas das línguas crioulas faladas em Guiné-Bissau, diz que o sistema de determinante é formado por: (i) ausência de artigo definido (cf. 5a); (ii) quantificador *un* que funciona como determinante indefinido singular ou plural, sendo a sua realização não-obrigatória (cf.5b); (iii) *nomes nus* que podem ocorrer em todas as interpretações possíveis (com algumas restrições): definidos, indefinidos, específicos, não-específicos, genéricos e massa; (iv) há uma morfologia de número /-(is)s/ que só pode ser afixada ao nome (mas não de forma obrigatória), contudo não é a única forma de se ter a interpretação de plural (cf. 5c); (v) é possível haver o uso de demonstrativos (*es/kil*) que desencadeiam a interpretação definida (cf. 5d):

- (5) a. Minjer ta bindi bon baley.
A/uma mulher vende bons balaio. (KIHM, 2012, p. 189)
b. N kontra (un) kasa.
Eu encontrei uma casa. (KIHM, 2012, p. 189)
c. Kil minjeris bonitu.
Aqueles mulheres bonitas. (KIHM, 2012, p. 190)
d. Es/kil na sinku bom kabra.
Essas/aqueles minhas cinco boas cabras. (KIHM, 2007, p. 149)

Para dar conta desse sistema, Kihm (2007, p. 149) propõe a seguinte estrutura:



Na estrutura em (6), as projeções ModP (do inglês, *Modifier Phrase*) e ModP' são aquelas em que ficam os modificadores como adjetivos. Além disso, de forma parecida ao que foi dito acima para o CCVe CST, há também, em *kriyol*, uma relação entre o contexto é a interpretação dos *nomes nus*, sendo também válida, mas de forma menos ampla, a relação

entre distinção entre informação velha/nova e as posições sintáticas de sujeito e objeto. Há também uma relação direta entre a interpretação dos DPs nus e o aspecto verbal, que são realizados através de partículas (o autor não define se são clíticos ou modais), que podem, inclusive, restringir algumas interpretações em dados contextos. Kihm ainda observa que, para os DPs completamente nus (sem determinante e sem flexão de plural) há a possibilidade de interpretação transnumeral, ou seja, em determinados contextos, esses DPs não expressam especificação de número, ou expressam o número neutro.

Outra questão importante que deve ser mencionada em relação à análise dos sintagmas nominais nas línguas crioulas é se há ou não projeção de DPs. A questão diz respeito à generalização de que os nomes comuns precisam ser determinados (ou sejam, precisam de uma projeção DP) para poder fazer referência a indivíduos (caso contrário, fariam referência a propriedades) e poderem ser argumentos. Nesse sentido, os autores se dividem na questão de se *nomes nus* projetam ou não DPs (uma vez que, não há evidências fonológicas nesses casos que tornem visíveis a presença de artigo). Com efeito, os autores se dividem entre aqueles que sempre defendem a presença da projeção DP, como Kihm e Baptista, citados nessa seção, com artigos nulos (não realizados foneticamente) e aqueles que acreditam que haja casos em que os NPs não projetam DP (PIRES; MEZARI, 2012, p. 8), recorrendo a operações semânticas e sintáticas para explicar possíveis divergências.

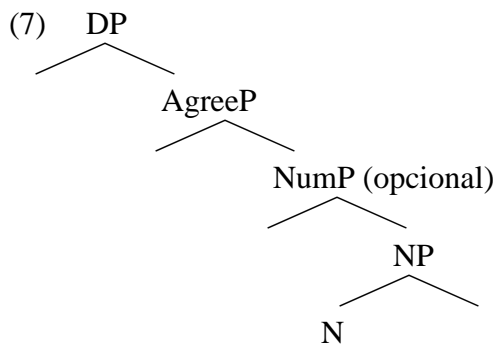
No mais, cabe ressaltar a diversidade das possibilidades de realização estrutural dos sintagmas nominais nas línguas crioulas. Contudo, devido a questões de marcação paramétrica discutidas acima, pode ser que a análise dessas línguas tragam formas de se desvendar a verdadeira(s) estrutura(s) dos sintagmas nominais através das línguas naturais.

Como se viu ao longo desta seção, nos estudos linguísticos não há consenso entre os autores sobre a estrutura dos sintagmas nominais em línguas crioulas. Muitas são as questões que os dividem. O que parece é que a estrutura dos nominais varia conforme variam as línguas crioulas. A primeira questão que leva a isso é a discordância quanto às categorias funcionais que estão acima do NP. Nesse sentido, uma proposta unificada que dê conta de todas as línguas, levando em consideração que as línguas crioulas seriam um reflexo mais direto da GU, fica mais distante. Logo, o ideal seria que alguma dessas estruturas se aplicasse à maioria das variedades, como, por exemplo, a variedade de Helvécia.

3.3 O QUE SE FALA SOBRE OS DPS DO PB E DO PA

Um dos trabalhos clássicos que falam sobre os sintagmas nominais no PB é do Schmitt e Munn (1999). Eles afirmam que o parâmetro do mapeamento nominal de Chierchia (1998) não contempla a análise dos nominais nus em PB. A proposta de Chierchia foi analisada de forma mais detalhada na seção 3.1.6 deste texto. Segundo Schmitt e Munn (1999) o PB possui nominais completamente nus, contáveis, na posição de argumento, podendo, inclusive, denotar espécies. Tal fato vai contra o parâmetro proposto por Chierchia, pois para ele nominais completamente nus possuem interpretação de massa.

Schmitt e Munn (1999) propõem que todos os nominais no PB são DPs, seguindo proposta de Longobardi (1994). Para os autores, no DP do PB há a projeção de *AgreeP* que dá conta da concordância de gênero entre determinantes e nome, sendo esta a diferença entre o PB e o inglês: o PB seria uma língua [+*agree*], enquanto o inglês seria [-*agree*]. Além disso, os autores postulam que a projeção de NumP, em PB, é opcional, pois julgam o nominal completamente nu como neutro para número. Assim, eles propõem a seguinte estrutura para os DPs em PB:



(elaborado a partir de SCHMITT; MUNN, 1999, p. 14)

Para os autores, o nome completamente nu do PB é análogo ao *bare plural* do inglês, uma vez que ambos, segundo os autores, denotam espécies, como foi dito anteriormente. Para justificar tal fato, os autores lançam mão de uma operação semântica que envolve o operador *down* (\cap), proposto por Chierchia (1998), que permite com que um predicado possa denotar um indivíduo espécie através do uso do determinante nulo. Assim, os autores explicam o uso de nominais nus no PB e a sua estrutura.

Em resposta ao artigo mencionado acima, Ana Müller (2002, 2004) defende a hipótese de que “nominais nus (NN) sem número são sintagmas nominais (NPs) e não sintagmas

determinantes (DPs)” (MULLER, 2004, p. 91). Para a autora, os nominais completamente nus em PB não acontecem na posição de sujeito da sentença, mas sim, na posição de tópico ou foco. Assim, tais nominais não precisam ser DPs, uma vez que não são argumentos. Em suas palavras, “o trabalho defende também que NNs (...) não podem ocupar posições argumentais, o que explica a ausência de uma interpretação existencial para o NN em aparente posição de sujeito. Na verdade, NNs 'sujeitos' são constituintes topicais indefinidos” (MULLER, 2004, p. 77). A autora então propõe que “Nominais Nus são equivalentes a substantivos comuns e não a expressões nominais plenas como nomes próprios, descrições definidas ou expressões quantificadas” (MULLER, 2004, p.91-92). Para justificar esta afirmação, a autora usa como evidência o fato de que nomes nus no PB nunca são específicos, segundo ela.

Lopes (2011), baseada em estudos de aquisição da linguagem, argumenta que a melhor proposta estrutural para dar conta dos nominais completamente nus do PB não pode possuir só uma estrutura sintática, contrapondo algumas das visões citadas acima no trabalho de Schmitt e Munn (1999). A autora, através de testes de retomada anafórica pronominal, observa que os nominais completamente nus em PB podem ser realizados tanto com sentenças episódicas quanto com sentenças genéricas. Para dar conta desse fato, a autora trabalha com a hipótese de que há diferentes estruturas a depender do contexto em que o DP completamente nu se encontra (se genérico ou episódico). Para Lopes (2011), os *nomes nus* singulares em contextos genéricos são neutros para número (transnumerais), assim, ela diz que, para esses exemplos, o número está parasítico a D e NumP não é projetado. A autora propõe que a projeção de NumP é opcional para os DPs em PB. Para a autora, o traço de número e o traço de gênero são interpretáveis no nome (NP). Assim, a autora propõe a seguinte estrutura para os nominais em PB:

(8) DP [D [NumP [Num [NP [número] [gênero]]]]]³²

Para os DPs completamente nus, a autora propõe as seguintes estruturas:

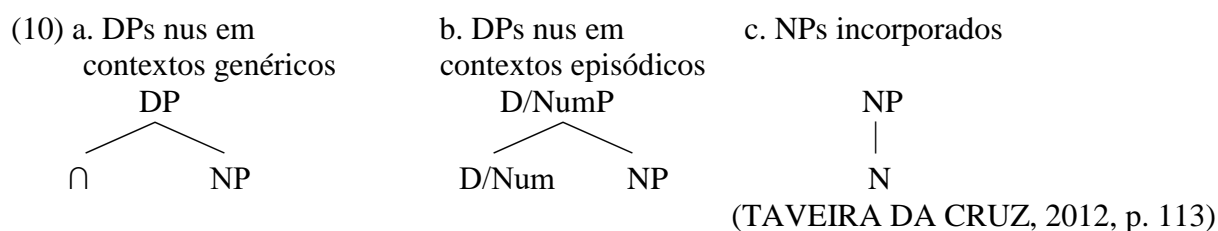
(9) a. DP [D(nulo) [NP [gênero]]] – sentenças genéricas;
b. D/NumP [D/Num(nulo) [NP [número] [gênero]]] – sentenças episódicas.³³

A respeito do PB, Taveira da Cruz (2012) diz que há três opções estruturais para os sintagmas nominais nus nessa língua. O autor argumenta em favor da hipótese de que há

³² A estrutura acima foi formulada a partir da leitura de Lopes (2011).

³³ Idem 32.

incorporação semântica entre alguns verbos e objetos nus em PB. Para o autor, essa característica é opcional no PB e está relacionada a algumas construções V+N que significam uma atividade institucionalizada, como “tomar café” ou “jogar bola”. Partindo do pressuposto de que objetos incorporados são NPs e não DPs (uma vez que objetos incorporados parecem fazer menção a propriedades e não a indivíduos), e corroborando com o trabalho de Lopes (2009), Taveira da Cruz (2012) apresenta as seguintes opções estruturais para o nominais completamente nus, em que \cap é o operador:



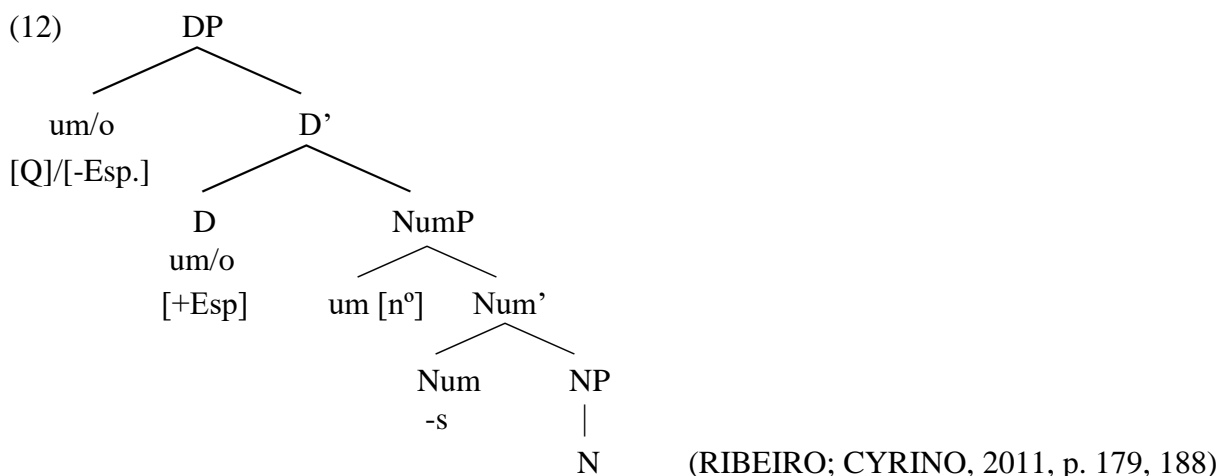
Ribeiro e Cyrino (2010a, b, 2011) fazem uma análise a respeito do PA, com base na fala de uma moradora idosa de Helvécia-Ba (HV-19, que também tem a fala analisada neste trabalho)³⁴ e nas atas escritas por Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão, participante da Sociedade Protetora dos Desvalidos³⁵, sendo a transcrição das falas da informante, bem como a edição das atas partes de outras pesquisas, tendo as autoras usado os dados destas em sua análise. As autoras observam que o sistema de determinantes nessa variedade do português é formada por um artigo definido “o”, indefinido “um” (interpretado também como numeral ou quantificador) e *nomes nus* (usados em todos os contextos semânticos e sua interpretação exata, como foi dito acima para os crioulos, depende de informações extragramaticais). Tais fatos podem ser vistos em (11):

- (11) a. Tenho *fiado*, minha irma, eu tenho e fiado! Tenho *fiado*!
 b. *inda* la tem *mata* grande
 c. *Inda* mais voce encontra *vestido*!
 d. La vem Santa, marra *um pano* na minha cabeça!
 e. Ieu nao tem *dente*.
 f. Ja tem fia. *Fia* já tem três fio.
 g. *calipe* cabo com tudo.
 h. Pego *os fio*.
 i. *os'oto ai* ve eu falano uma coisa. (RIBEIRO; CYRINO, 2011, p. 172- 176)

³⁴ Para maiores informações sobre Helvécia, ver seção 1 deste trabalho.

³⁵ Para maiores informações sobre a Sociedade Protetora dos Desvalidos, ver Oliveira (2006) e Marins Júnior (2002).

As autoras atentam para o fato de que, na fala de HV-19, só há flexão de número no artigo definido, não ocorrendo tal flexão no artigo indefinido (assim sendo, a única possibilidade de se ter uma leitura indefinida plural é com DPs nus) nem nos nomes (sendo os nomes nus, em HV-19, completamente nus, ou seja, sem determinante e sem flexão de número). Apesar disso, as autoras defendem uma estrutura em que há a projeção de NumP. Para elas, a projeção NumP possui um papel central na checagem dos traços intrínsecos de número dos nominais. Contudo, diferente de Baptista (2007), as autoras não postulam movimento de N-to-D para que seja feita a realização da checagem de traços, mas argumentam em favor de que os traços sejam valorados através de operação de concordância (*agree*). Além disso, as autoras explicam que o movimento de N para Num acontece quando há a presença de adjetivos. Assim, elas propõem a seguinte estrutura para dar conta do PA (atas e HV-19), considerando que, para as autoras, o artigo nulo “resulta da não realização fonológica dos traços de D” (RIBEIRO; CYRINO, 2011, p. 187):



Considerando o uso de artigos definidos no PA, baseados na análise de onze inquiridos feitos com falantes de Helvécia³⁶, Baxter e Lopes (2006, 2009) afirmam que a análise do fenômeno estudado revela uma tendência aquisicional. Nesse sentido, os resultados dos autores apontam o aumento do uso de artigos definidos à medida em que diminui a faixa etária dos falantes. Ou seja, há referência a um processo de gramaticalização do artigo no falar das pessoas de Helvécia. Segundo os autores,

Nas faixas 4 (mais de 80 anos) e 5 (mais de 100 anos), a gramática do artigo definido está numa fase inicial, em que a ausência do artigo definido é significativa.

³⁶ Pertencentes ao *corpus* do Português Afro-brasileiro, acervo do Projeto Vertentes do Português Popular do Interior do Estado da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Dante Lucchesi da Universidade Federal da Bahia.

Em contrapartida, nas faixas 2 (35 a 45 anos) e 3 (60 a 70 anos), há um aumento considerável do artigo pleno, reflexo de uma gradual aquisição de formas mais próximas do padrão. Consideramos que a presença do substantivo sem artigo é um vestígio de um sistema prévio em que prevaleceu um reflexo das fases iniciais da comunidade, quando dados de português L2 *interlíngua* foram produtivos. (BAXTER; LOPES, 2009, p. 322)

Baxter e Lopes (2009) constatarem que, quando um referente é facilmente identificável pelo ouvinte e pelo falante, há uma tendência ao uso do DP nu. Quando o referente do DP é único, o uso do artigo definido é desfavorecido. Além disso, os autores observam que a presença da marca de plural é um fator que favorece o uso do artigo definido, enquanto DPs singulares definidos tendem a ser nus. Eles também ressaltam o poder de definitude do possessivo que, quando presente no sintagma, como em outras variedades do PB, pode inibir o uso do artigo definido. Os autores notam que, em relação a outros modificadores do sintagma nominal, não há um efeito de inibição do uso do artigo definido, com uma leve tendência a não realização do artigo com SNs modificados por sintagmas preposicionados e advérbios locativos. Para os autores, o resultado com advérbios locativos apontam para mais evidências de um processo aquisicional:

O comportamento dos advérbios locativos, que levam a uma redução do uso do artigo relativamente maior que os outros constituintes (p.r. .533), pode ser bem analisado de uma perspectiva aquisicional. No dialeto de Helvécia, há evidências de que o locativo atua como um demonstrativo, capaz de funcionar como artigo. Seguindo a proposta de Cerqueira (1993) de que os locativos funcionam como demonstrativos nas primeiras fases de desenvolvimento do SN na aquisição L1 do português brasileiro, os dados apresentados aqui representariam uma fase de transição em que o artigo definido está sendo desenvolvido em estruturas que previamente dependiam do locativo pós-nominal como marcador das propriedades referenciais do substantivo. Nessa fase transicional, esse papel pretérito do locativo começa a recuar enquanto se desenvolve a estrutura pré-nominal. (BAXTER; LOPES, 2009, p. 326-327)

Por fim, é importante ressaltar que os autores argumentam em favor da hipótese de que existem fatores contextuais intra e extra gramaticais envolvidos no uso dos artigos definidos, como: a retomada de um DP determinado, a posição sintática (aqui se deve fazer uma ressalva de que as posições de sujeito e objeto inibem o uso do artigo, mas em pequena escala), etc. Os autores não esboçam uma proposta de análise estrutural para a realização de DPs, uma vez que seu objetivo se concentra na realização ou não do artigo definido.

Na próxima seção, resumem-se estudos sobre aquisição de artigos por aprendizes de L2. A ideia é relacionar estes estudos com o processo de aquisição de L2 que está na base da formação das línguas crioulas e do PA.

3.4 A AQUISIÇÃO DE ARTIGOS EM APRENDIZAGEM DE L2

Ionin, Ko e Wexler (2003), em seus estudos de aquisição de artigos em contexto de aprendizagem de L2, observaram que existem duas possibilidades de traços semânticos que os artigos podem traduzir: definitude e referencialidade (ou especificidade), conforme definições na seção 2.1.2. Para esses autores, as línguas se dividem entre aquelas em que o artigo definido marca definitude ([+/- Def.]), como o inglês, e aquelas em que o artigo definido marca especificidade³⁷ ([+/- Esp.]). De acordo com os autores: “L2-learners have access to definiteness and specificity, features underlying article choice in natural language”³⁸ (IONIN; KO; WEXLER, 2003, p.1).

(13)

a. Artigo como marcador de definitude

	+ Def	- Def
+ Esp		
- Esp.		

b. Artigo como marcador de especificidade

	+Def	- Def
+ Esp		
- Esp.		

(IONIN; KO; WEXLER, 2003, p.1)

Os autores chegam a essa conclusão ao analisar a aprendizagem do inglês por falantes que, em sua língua vernácula, não possuem artigos, como os falantes de russo e coreano. Neste trabalho, é observado que os falantes que estão adquirindo o inglês como segunda língua, que é uma língua em que o artigo definido marca [+ Def]³⁹, reinterpretam o uso do artigo, utilizando artigos indefinidos em contextos definidos. Os autores também chamam atenção para o fato de as análises anteriores mostrarem o contrário: no processo de aprendizagem de uma L2 as pessoas usam excessivamente o artigo definido em contextos indefinidos. Para Ionin, Ko e Wexler (2003, p.1), tal fato se justifica porque “(...) the role of *specificity as speaker knowledge* in L2-English”⁴⁰. Para os autores, em dois momentos do processo de aprendizagem de L2, há uma redefinição no uso dos artigos: (i) em um primeiro momento, por se tratar de um traço que envolve o reconhecimento do falante, a especificidade

³⁷ Ou referencialidade, como foi definida na seção 2.1.2.

³⁸ Alunos de L2 têm acesso à definitude e especificidade, traços básicos na escolha dos artigos nas línguas naturais (tradução minha).

³⁹ Quanto à função do artigo indefinido, sabe-se que este não marca indefinitude, conforme discussão acima do texto de Lyons (1999).

⁴⁰ (...) o papel da especificidade como conhecimento do falante na L2-inglês (tradução minha).

fica mais visível para o aprendiz de L2, sendo assim, acaba norteando o uso dos artigos por esses falantes (que, precisa ser reafirmado, não possuem artigos em sua língua materna); (ii) segundo, há uma reinterpretação, colocando o traço de definitude como norteador do uso dos artigos.

Tal fato casa com a análise de Bickerton (1981) acerca das línguas crioulas. Bickerton (1981, p. 22-24) analisa o sintagma nominal das línguas crioulas em um triplo sistema de determinantes baseado, principalmente, em propriedades referenciais. Para o autor, o sistema de determinantes das línguas crioulas, em geral (uma vez que a análise é feita a partir de uma língua crioula prototípica de situação de *plantation*), funciona da seguinte forma: (i) DPs com artigos definidos apresentam referência específica familiar ao ouvinte; (ii) DPs com artigos indefinidos apresentam referência específica não familiar ao ouvinte; (iii) *nomes nus* apresentam referência não-específica, incluindo os genéricos. Trabalhos posteriores mostram que as predições de Bickerton (1981) não valem para todas as línguas crioulas, uma vez que muitas apresentam *nomes nus* com leitura referencial específica (que também é o caso do PA). O que chama atenção é o fato de que, tal qual Ionin, Ko e Wexler (2003) postulam para o aprendiz de L2, Bickerton (1981) argumenta que línguas crioulas (que geralmente são herdeiras de processos defectivos de aprendizagem de L2) baseiam seu sistema de determinantes a partir do traço [+ Esp.].

Relacionando a aprendizagem defectiva de L2 e o surgimento de DPs nus nessas línguas, Baxter e Lopes (2009) dizem que:

O surgimento de um sistema referencial que inclui a ausência do artigo definido estaria ligado parcialmente a questões de economia de sistema orientadas pelo grau de previsão de referência atribuído pelos contextos sintático-discursivos e pragmáticos. Na aquisição da segunda língua, a ausência do artigo definido é registrada em vários estudos que envolvem diversas línguas maternas e parece corresponder a uma fase inicial de desenvolvimento da L2. Contudo, a depender das primeiras línguas envolvidas, a ausência do artigo definido poderia estar relacionada com influências da L1 na estruturação das categorias funcionais da L2 ou, em situações de contato linguístico complexas que envolvem diversas L1 e a aquisição natural de uma L2, poderia estar relacionada simplesmente com a estruturação sistemática da gramática, não sendo necessário apelar para influências da L1. (BAXTER; LOPES, 2009, p. 320)

Ionin (2003) argumenta que, durante o aprendizado de L2, enquanto o falante não escolhe o parâmetro [+/- artigo] para língua alvo, pode haver um período de flutuação, em que o falante utiliza DPs com (como na língua alvo) e sem artigos (como na língua materna). Tal fato pode ser associado à presença de *nomes nus* em línguas crioulas, uma vez que artigos, por

definição, não possuem uma fonética expressiva, e podem não ser assimilados em contexto de aprendizagem defectiva de L2.

Assim, observaram-se, ao longo dessa seção, propostas que se relacionavam mais diretamente com a realidade das falantes de Helvécia, seja por serem outros estudos desenvolvidos sobre essas falantes, seja por serem estudos do PB ou de línguas crioulas, ressaltando a proximidade entre elas, a fim de estabelecer um parâmetro de comparação. Desta forma, na próxima seção, tem-se o sumário das propostas de análise aqui resenhadas. Este resumo visa abordar o que será utilizado de todas essas propostas para a análise dos DPs de Helvécia, objetivo principal deste texto.

3.5 SUMARIZANDO

Ao longo desta seção, muitas foram as propostas analisadas, a partir de algumas similaridades entre as línguas estudadas nos trabalhos aqui trazidos com a variedade do PA das falantes de Helvécia. Entretanto, apesar das similaridades encontradas, múltiplas são as análises, com uma diversidade de possibilidades estruturais e semânticas para os DPs encontrados. As similaridades encontradas se dão pela proximidade dos processos de formação das línguas aqui estudadas, como dito na seção 1 e ressaltado neste. Nesse sentido, é importante retomar que, logo no começo da seção, temos duas razões que justificariam as semelhanças entre as línguas estudadas no que tange à realização de nominais, o que se percebe mais diretamente no amplo uso de nomes nus nas línguas estudadas. Assim, observa-se que tal semelhança ocorre por uma reinterpretação dos dados da língua lexificadora, durante o processo de TLI, sendo essa reinterpretação orientada: a) pelo bioprograma (BICKERTON 1981, 1988, 1999) invariável que estaria na base da aquisição de todas as línguas; b) por uma perda do gatilho para marcação paramétrica para uso de artigo nessas línguas, com consequente perda morfológica (BAPTISTA, GUÉRON, 2007a).

Outrossim, primeiro analisaram-se as propostas estruturais para os DPs das línguas crioulas de São Tomé, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Assim, o primeiro estudo retratado foi do Alexandre e Hagemeyer (2007) sobre o CST, que afirmam que o nível extra-gramatical das línguas dá pistas contextuais/discursivas para a correta interpretação dos nominais nessa língua. Além disso, afirmam que, para o CST, o traço de número é parasítico ao de definitude e se localiza no núcleo D, sem projeção de número, apesar de haver uma projeção de especificidade que alocaria a partícula marcadora desse traço dos nominais que está presente no CST. Já em Baptista (2007) há a defesa da hipótese de movimento N-to-D para validar os

traços de número no CCV. Já a interpretação dos nominais nessa língua, entre genérico e existencial, é dada a partir de um sistema de indexação dos núcleos T, C e D, reforçando a ideia de que a interpretação dos nominais está associada à interpretação das sentenças. Ademais, a autora mostra a tendência de a posição sujeito trazer informações velhas, o que favoreceria a leitura definida dos nominais nessa posição. Em Kihm (2012), tem-se a análise do *kriyol*, um dos crioulos de Guiné-Bissau. O autor argumenta em favor da projeção de ModP e ModP' no DP para alocar os modificadores pré e pós nominais do *kriyol*. Ele também observa a mesma relação entre a posição sujeito e a tendência de alocar informação velha, favorecendo a realização de DPs definidos. Quanto à interpretação dos nominais, o autor argumenta que está diretamente relacionada ao aspecto verbal. Já em relação ao número, o autor entende que os nomes nus em *kriyol* têm interpretação transnumeral, ou seja, são neutros para esse traço, podendo ter interpretação plural ou singular a depender do contexto.

Após resumir os estudos sobre DPs em algumas línguas crioulas, passa-se a resumir os estudos sobre os DPs no PB e no PA. Sobre o PB, o estudo clássico de Schmitt e Munn (1999) mostra que o comportamento dos nominais nessa língua contraria o que foi apontado por Chierchia (1998) ao elaborar o parâmetro do mapeamento nominal. Além disso, para os autores, seguindo a proposta de Longobardi (2001), os nominais do PB, inclusive os nomes nus, são DPs. Em relação à estrutura, propõem que o DP domina uma projeção AgrP, que estabelece a concordância de gênero entre os nominais e seus modificadores e determinantes. Em relação a número, os autores defendem que, no PB, a projeção NumP é opcional, sendo os nomes completamente nus dessa língua neutros para número analogamente aos *bare plurals* do inglês. Já Müller (2002, 2004) discorda da posição de que todos os nominais do PB são DPs. Para ela, os nomes completamente nus seriam, na verdade, NPs, observando que eles não estariam em posição argumental, já que, para a autora, os nominais sujeitos nessa língua estariam em posição sintática de tópico ou foco sentencial (assim, já que não são argumentos, não precisam projetar DP). Ademais, a autora argumenta que os nomes nus no PB não são específicos, ao contrário do que apontam outros estudos sobre *nomes nus* em outras línguas.

Lopes (2011), ao comparar o PB e o PA, propõe que é necessário que haja mais de uma estrutura DP nessas línguas para dar conta das diferentes interpretações semânticas que os nominais possuem. Assim, a autora argumenta em favor da opcionalidade da projeção da projeção NumP nessa língua, afirmando que os nomes completamente nus são neutros para número e que os demais não. Taveira da Cruz (2012) segue na mesma linha de Lopes (2011) e propõe três estruturas para os nomes nus em PB: uma em que o nome nu é incorporado ao

verbo, em posição de objeto, sendo, portanto, um NP; outra para contextos genéricos em que o operador *down*, proposto por Chierchia (1998), daria a interpretação genérica ao nome nu; por fim, uma estrutura para nomes nus com interpretação episódica em que NumP estaria parasítico a D. Em Ribeiro e Cyrino (2011), as autoras estudam duas amostras de fala do PA, uma delas de Helvécia, e que é estudada aqui também (notadamente HV-19). Para as autoras, a interpretação dos nomes nus, nessa variedade, é dada por informações extra-gramaticais. Além disso, observam que a flexão de número só ocorre no artigo definido, deixando o artigo indefinido com a função de numeral ou quantificador (já que nessa língua os artigos flexionam em número). Para as autoras, na estrutura do DP do PA, há a projeção de NumP, que exerceria um papel central na checagem de traços. Entretanto, diferente de Baptista (2007), não defendem o movimento N-to-D. Por fim, as autoras argumentam que a realização nomes nus está relacionada à não realização fonética de D.

Baxter e Lopes (2009), também ao estudarem a variedade de Helvécia, apontam que o comportamento dos nominais de Helvécia apontam para uma tendência aquisicional; já que, em seu estudo de natureza sociolinguística, os autores observaram um aumento na realização dos artigos na fala na medida em que se diminuía a faixa etária dos informantes. Outra observação feita pelos autores foi a de que a facilidade de identificação do referente favorecia a realização de nomes nus. Por outro lado, eles observam que a marca de plural favorece o uso do artigo definido, mostrando a tendência de nomes definidos singulares de serem nus. Por fim, os autores afirmam que fatores intra e extra gramaticais envolvidos no uso dos artigos definido na variedade falada em Helvécia.

Para além dos estudos sobre a estrutura do DP, foram citados nessa seção estudos sobre aquisição de L2, a fim de buscar elucidar os processos pelos quais os DPs nus surgiram em Helvécia. Assim, o estudo de Ionin, Ko e Wexler (2003) apontam para uma parametrização em relação ao traço representado pelo artigo: em algumas línguas, o artigo marca definitude e, em outras, especificidade. Os autores fazem um estudo sobre a reinterpretação que os falantes têm de fazer sobre os artigos ao aprenderem uma L2. Nesse sentido, tais estudos corroboram com o que afirma Bickerton (1999) que propõe um tripartido de determinantes para situações de aprendizagem de L2, com base nas propriedades referenciais dos nominais. Isso porque o autor parte do pressuposto de que os artigos, quando ocorrem, em situações de aprendizagem de L2, marcariam especificidade, sendo essa a tendência do bioprograma. Dessa forma, o autor propõe que, nesses contextos, os nominais com artigo definido teriam uma leitura específica e familiar ao ouvinte; os com artigo

definidos teriam uma leitura específica não-familiar; e os nomes nus teriam leitura não específica.

Na próxima seção, tem-se a análise dos dados, à luz do referencial teórico apresentado nas seções 2 e 3. Assim, retomam-se análises prévias para que haja o aprofundamento teórico, a fim de se propor uma estrutura sintática para os dados de nominais na posição sujeito de *Helvécia* que se adéque aos diversos contextos semânticos em que são realizados.

4. A COMUNIDADE DE HELVÉCIA E OS DADOS ENCONTRADOS

A presente seção tece considerações a respeito da descrição e interpretação dos dados coletados. Antes, faz algumas considerações sobre a posição sujeito e sua importância para o estudo realizado. Depois, procede-se a descrição dos dados, a partir do referencial teórico descrito nas seções 2 e 3.

Nesse sentido, em meio aos estudos da variação e mudança do PB, a análise de variedades faladas em comunidades rurais isoladas tem-se destacado, uma vez que pode lançar luz sobre os processos históricos que formaram as variedades contemporâneas da língua. Nesse ínterim, buscou-se aqui, a fim de se estudar a estrutura dos nomes nus, formar um *corpus* de análise que refletisse o uso de tais variedades. Para tanto, escolheram-se, para montar o *corpus* de análise deste estudo, três inquéritos, notadamente HV-13, HV-15 e HV-19, como descritos acima.

Nesta seção, têm-se descritas as ocorrências de nominais na posição de sujeito sentencial no *corpus*, sejam eles nus ou com artigo realizado, que serão ilustradas por alguns exemplos retirados da análise feita do total do *corpus* apresentado nas seções anteriores. Entretanto, antes, faz-se necessário discutir o porquê do recorte metodológico em relação à posição sujeito e a relevância do estudo dos nomes nus em Helvécia, trazendo a singularidade dos nominais, principalmente nus, encontrados na fala das informantes. Com essas informações, será possível, à luz das referências apresentadas nas seções anteriores, fazer a descrição e avaliação de tais dados.

4.1 E A POSIÇÃO SUJEITO?

No PB, ocorre o licenciamento de substantivos singulares nus (sem determinante) na posição de sujeito, como observam Ribeiro e Cyrino (2010a). Segundo as autoras, “conforme apontado em diversos trabalhos, nus singulares não são possíveis em posição de sujeito em línguas como o espanhol, a menos que sejam prosodicamente marcados” (RIBEIRO, CYRINO, 2010a, n/p.). Nas línguas românicas e germânicas que possuem artigos, a realização de DPs nus é restrita, sendo incomum a presença de DPs nus singulares na posição de sujeito.

Outros aspectos que particularizam a posição sujeito em relação à posição de objeto: 1- a análise de Logobardi (1994) diz que os *nomes nus* devem ser regidos localmente por um núcleo V para que sejam realizados, contudo, na posição de sujeito isso não é possível, uma

vez que a posição argumental regida localmente pelo núcleo V é a de objeto, ou seja, a ocorrência de nomes nus nesta posição na fala das informantes contradiz o que é dito pelo referido autor; 2- na posição de sujeito não se pode trabalhar com a hipótese de incorporação semântica das lexias verbais compostas, como propõe Taveira da Cruz (2012). Assim, a análise de DPs nus referenciais na posição de sujeito no PA é desafiador para a realização de uma pesquisa, uma vez que foge das análises clássicas e traz novos olhares sobre a questão.

Na próxima seção, discute-se a relevância da aparição de nomes nus no *corpus* estudado, destacando a sócio-história e o interesse que esse fenômeno tem nos estudos linguísticos.

4.2 OS NOMES NUS

A realização de nominais no PB difere da realização em outras línguas que possuem artigo. Isso porque, no PB, ocorre o licenciamento de nomes nus singulares (sem determinante) na posição de sujeito, diferenciando-o de outras línguas românicas e de línguas germânicas, como dito acima. Nessas línguas, a realização de *nomes nus* é limitada, sendo pouco habitual o uso de nomes nus singulares na posição de sujeito com leitura existencial (i.e., em que o foco da sentença é indicar a existência do objeto referenciado no discurso) ou genérica (i.e., em que o foco da sentença é generalizar o objeto referenciado). Os exemplos abaixo ilustram tais fatos⁴¹:

(1) Português brasileiro

- a. *Cachorro* gosta de gente. (Genérico)
- b. *Mulher* esteve discutindo política (Existencial)

(2) Português europeu

- a. **Cachorro* gosta de gente. (Genérico)
- b. **Mulher* esteve discutindo política (Existencial)

(3) Inglês

- a. **Child* is intelligent. (Genérico)
- b. ***Child** arrived. (Existencial)

⁴¹ Os exemplos (1-3) foram extraídos de Schmitt e Munn (1999, p. 1-8).

O que intriga na realização de DPs nus na posição de sujeito no PB é o fato de que eles são característicos dos idiomas crioulos, mesmo quando estes possuem artigos definidos e indefinidos. Como pode ser observado nos exemplos abaixo, retirados do crioulo de Cabo Verde (CCV) (BAPTISTA, 2007, p. 77):

(4) a. *Amigu ka ta faze keli.* (Genérico)
Amigo NEG TMA fazer isso
“Amigos não fazem isso.”

b. *Nu tenha xefri ki ta leba libru ku nos.* (Existencial)
Nós ter chefe COMP TMA levar livro com nos.
“Nós tínhamos um chefe que pegava livro conosco.”

Além dessas realizações, as línguas crioulas atestam a ocorrência de nomes nus contáveis com *referência específica* (leitura existencial) na posição de sujeito da sentença, ou seja, nus em que o nome faz referência a objetos específicos no mundo. Nestes casos, é esperado que, em línguas que possuem artigos, o nome seja acompanhado pelo artigo definido. Nas línguas crioulas, chama atenção também o fato de os nomes nus singulares poderem ter interpretação de singular ou de plural. A realização de nomes sem artigo, com leitura *referencial/ específica*, pode ser observada nos exemplos do CCV (BAPTISTA, 2009, p. 71-77):

(5) a. *Mudjer gosta d’el, fi ka ku el ala.*- Interpretação Singular
Mulher gostar de ele ficar com ele lá.
“Mulher gosta dele e de ficar com ele lá.”

b. *Kaza di es aldeia e baratu.* – Interpretação Plural
Casa de essa aldeia ser barato.
“As casas dessa aldeia são baratas.”

Conforme o que foi dito acima, é interessante observar o fato de o PB permitir a realização de DPs nus singulares em contextos em que praticamente só as línguas crioulas permitem, como nominais com leitura genérica ou existencial na posição de sujeito sentencial. É ainda mais relevante a observação de que, em algumas variedades do PB, notadamente aquelas faladas por brasileiros afrodescendentes que vivem em comunidades rurais isoladas, é comum encontrar registros de ocorrências de nomes nus com leitura *referencial/específica*, como os encontrados nos inquéritos de Helvécia, numa amostra de fala do PA. Tal fato pode ser evidenciado através dos exemplos abaixo, retirados do inquérito HV-15 do *corpus* do PA:

(6) a. E nasceu, e criô, casô... tá no lugá, **marido** morreu...

b. Mar Bento já ficô com medo, pensava que... que **onça** ia...levantá. e ele foi de fofotano, assim...que aí, mair na frente, pegô o picado, ó... Pisô pra fora, e chamô a gente de ir pra lá e...

Além disso, Kabatek (2007) mostra que, no próprio PB culto, há contextos em que ocorrem DPs nus singulares com leitura *referencial/específica*. Contextos como manchetes de jornais favorecem o aparecimento de tal fenômeno, apesar de ele também ser encontrado na fala de alguns cidadãos, como mostra os exemplos a seguir (KABATEK, 2007, p. 31-38):

(7) a. *Bolsa* cai e *dólar* dispara com alta de petróleo (O Estado de S. Paulo, 19.9.2000)

b. *Bicicleta* não polui (propaganda)

c. *Bicicleta* ia se arrebantar (Banco de dados interacionais – Roncarati – UFRJ)

A semelhança entre as línguas crioulas e o PA nesse ponto chama atenção, pois os crioulos, geralmente, são oriundos de uma situação social bastante específica: o contato linguístico, que pôde, ao longo da história, ser encontrado, por exemplo, em sistemas econômicos baseados na escravidão. Assim, algumas dessas línguas se formaram a partir da necessidade de o homem escravizado aprender a língua do senhor (pessoa que o escraviza) sem que essa lhe fosse devidamente ensinada – ou seja, os escravos foram forçados a adquirir uma segunda língua no convívio, a partir de um modelo defectivo e de difícil acesso da língua do escravizador, como dito na seção 1 deste mesmo trabalho. Com efeito, o produto deste aprendizado irregular é uma língua em que o léxico, em sua maioria, é “herdado” da língua do senhor (língua lexificadora ou alvo) com uma gramática renovada. Uma hipótese é dizer que essa gramática é “herdada” das línguas de substrato, com a não incorporação de alguns morfemas flexionais/gramaticais nesse processo (BAPTISTA; GUÉRON, 2007a). Entretanto, parece que a hipótese de Bickerton (1981), que afirma que a gramática dessas línguas é inovadora, é mais plausível, já que, segundo Baptista e Guéron (2007a, p. 9),

The hypothesis that parameters are purely morphological has very interesting consequences for the study of creole languages. If indeed inflectional morphology is missing or minimal in the nominal (or other) systems of creole languages, then the trigger for setting the inflectional parameters is also missing. Consequently, there should not be much parametric difference between the creoles in this (or any other) area of the grammar.⁴²

⁴² A hipótese de que parâmetros são puramente morfológicos tem consequências muito interessantes para o estudo das línguas crioulas. Se de fato a morfologia flexional é perdida ou mínima no sistema nominal (ou outro)

Destarte, a realização extensiva de *nomes nus* nessas línguas é reflexo de uma possível perda do “gatilho” para marcação paramétrica durante o processo de formação dessas línguas, discutido acima. Além disso, a semelhança entre o PA e as línguas crioulas fortalece a hipótese levantada por Lucchesi (2003, 2009a) de que o processo de transmissão linguística irregular do tipo leve, que, segundo o referido autor, caracteriza o aprendizado do português pelos negros escravos trazidos ao Brasil, foi determinante em fenômenos observados na gramática da língua falada no país.

Na próxima seção, descrevem-se os nominais encontrados no *corpus* estudado, a partir das noções de definitude e referencialidade, conceituadas acima, na seção 2. Ademais, tecem-se considerações sobre os dados, a partir da comparação com estudos citados nas seções 2 e 3 desta dissertação.

4.3 OS NOMINAIS DE HELVÉCIA

Nesta seção, busca-se fazer a descrição dos contextos sintáticos e/ou linguísticos em que os DPs com núcleo preenchido e *nomes nus*, na posição de sujeito da sentença, ocorrem em HV-13, HV-15 (MARIANO 2012) e HV-19, conforme os conceitos sintático-semânticos citados na seção 2 desta dissertação. Ressalta-se que, por *nomes nus*, entendem-se aqui nomes não precedidos de determinantes, sejam eles marcados ou não para o plural.

As subseções que seguem, baseadas nas noções citadas nas seções anteriores, trazem a análise dos DPs sujeitos encontrados na fala das informantes da seguinte forma: primeiramente, faz-se a descrição dos contextos sintático-semânticos dos DPs quando há artigo (definido ou indefinido) realizado foneticamente; em seguida, trata-se daqueles em que não há artigo realizado foneticamente, ou seja, dos *nomes nus*.

4.3.1 Quando há artigo realizado foneticamente

Nesta seção, abordam-se alguns contextos sintático-semânticos que favorecem o aparecimento do determinante preenchido foneticamente na posição de sujeito da sentença na fala das informantes. Preliminarmente, duas observações fazem-se relevantes para a análise

das línguas crioulas, então o gatilho para marcar o parâmetro flexional é também perdido. Consequentemente, não deve haver muita diferença paramétrica entre as línguas crioulas nessa área (ou em qualquer outra) da gramática. (tradução minha)

aqui sugerida: (i) assume-se aqui que os artigos, na variedade estudada, são usados para marcar definitude; (ii) os artigos realizados foneticamente, na posição de sujeito, são quase sempre definidos (o, os, a, as), havendo, neste contexto, o uso restrito e raro de artigos indefinidos precedendo nominais.

Os DPs com núcleo preenchido por artigo definido e indefinido podem ter as seguintes interpretações, a partir das noções semânticas dadas acima, conforme os exemplos extraídos dos inquéritos estudados:

(8) + Definido/+ Específico (singular)

- a. (...) **a caçula** tá com...casô com Mané... do Santo... – HV-15
- b. É, quando **o finado meu pai** morreu e dexô ela ININT mamano... dexô eu molinho... – HV-13
- c. A festa aí é bonito... Quando **o padre** vem, que faz a festa.... é bonito... bonito mesmo... Marta tá braba com menina. – HV-13
- d. Eu tive um genro, que minha comadre Maria mia fia, chama Bia... terrível levantô, mandô esse Lilico puxá, poque **o sangue** não deu não! – HV-19

(9) + Definido/+ Específico (plural)

- a. **Os menino** sempe chegavam, mode dos menino in... tá tudo no emprego, né, eu num... – HV-15
- b. **As fia, as menina dele** ficô enchiado... – HV-15
- c. **Os orixá** brincano... lá na ponta lá, ó, brincano, pulano... Andô calegano um maço de São ‘Bastion. – HV-19

(10) + Definido/- Específico (singular)

- a. A trovuada, né? Parece que **a chuva** vem. – HV-15
- b. E cipó deles era desses cipó grosso, dobrava aqui ó... rochava em duas dobra... mas **o corpo da gente** ficava toda empoladilha... – HV-13
- c. Num teve tempo... ININT trabaio dêxava con... sentá **o pai** contá com fi as coisa? Ham! esse pai t'aí, fi nesse mundo, véia tá tabaiano! – HV-19

(11) + Definido/- Específico (plural)

a. **Os menino a... d'agora tudo** achô coisa bom, meu fi'... achô... Poque mãe d'agora, ela diz: “Ôh, menina, vá fazê isso.”- “Ah, num vô lá não”- E num vai mesmo. – HV-13

b. Era... Batia tambô... **as mulé** sambava lá... – HV-13

c. ...**os pêxe** vem [no] fuçá. – HV-13

(12) – Definido/+Específico

a. ... a ôtra vai! Quando... qué... caí essa bandêra... escolhe esse bandêra. Quando **uma banda** não vai, a senhora... fica firmo! – HV-19

b. É, se Deus quiser! Quando **uma banda** num vai... – HV-19

c. **Um saco de farinha** tinha...oito mil. Baxô por'esses dois dias aí! Agora, ele tá nove. Cê vai vê um saco de farinha, dois saco de farinha, cê comprava... pra comê mais nada. Baxô ININT, carne cara... – HV-19

d. Nem **um café** não tem... – HV-19

e. **Uma minha sobrinha**, fia de Alicia, chama Gertrude, uma moça. – HV-13

(13) Genérico

a. De primêro, **o bicho** vinha na pota... E agora, nem vem... – HV-15

b. Aqui **o pessoá** pega muito pêxe... nesse rio aí. – HV-13

c. **A maxixi** agora acabou. – HV-19

Antes de nome próprio o artigo só é utilizado se o nome estiver acompanhado de algum adjetivo, e só é encontrado em HV-15, como expõe Mariano (2012)⁴³:

(14) **A véa Verônica** morreu com cent'e tantos ano.

Em relação a estes fatos, Baptista (2007) argumenta que, para o CCV, a posição de sujeito favorece o aparecimento de *nomes nus* com leitura definida, uma vez que tal posição favorece o aparecimento de nominais com informação velha, ou seja, já citada. Segundo Baptista (2007, p. 76/77): “Nomes definidos singulares nus tendem a ser encontrados na posição de sujeito da sentença (informação velha), enquanto nomes indefinidos singulares nus (informação nova) tende a aparecer na posição de objeto (tradução minha)”. Para a fala das

⁴³ É importante considerar que a aparição de tal fenômeno pode estar relacionada à transcrição feita. É preciso analisar novamente as gravações para ter certeza de sua ocorrência.

informantes, parece que a tendência de a posição sujeito trazer informação velha se reflete também nos DPs com artigo preenchido, uma vez, em sua grande maioria, são os artigos definidos que preenchem o núcleo D dos DPs quando esses são sujeitos sentenciais.

Alguns fatos chamam atenção, a partir da descrição de todos os DPs com artigo encontrado nos inquéritos, com base nas interpretações listadas acima:

(i) na fala das entrevistadas, há possibilidade de flexão somente no determinante para formação do plural. Ou seja, a noção de número, geralmente, é dada pelo artigo ao nome, já que este não flexiona em número. Tal fato corresponde ao que Alexandre e Hagemeijer (2007) observam no crioulo de São Tomé (CST) em que a flexão de número também não ocorre nos nomes, mas é diferente do *kriyol* (KIHM, 2012). Para dar conta de tal fato, os autores propõem que, na estrutura interna do DP em CST, não haja um sintagma de número (NbP, do inglês *Number Phrase*). Dessa forma, acredita-se que também dentro da estrutura interna do DP, na posição sujeito, em Helvécia não haja projeção de NbP, conforme Mariano (2012);

(ii) assume-se aqui que os artigos, em Helvécia, são usados para marcar definitude, o que mostra que esse processo de aquisição pode estar em um estágio mais avançado em uma gramaticalização do artigo, já que não é utilizado como marcador de especificidade (IONIN; KO; WEXLER, 2003), como pode ser visto nos conjuntos de exemplos: 8, 9, 10, 11 e 12;

(iii) como aponta o estudo de Baxter e Lopes (2009), o traço [+ humano] não parece influenciar o uso de *nomes nus*, diferente do que ocorre no CST (Alexandre; Hagemeijer, 2007);

(iv) contudo, como mostra Baptista (2007, 2002) para o CCV, o traço [+animado] e o traço [+definido] favorecem o aparecimento da marca de plural. Somente em HV-15, a marca de plural no determinante ocorre e somente em um dado, que não possui o traço [+ animado] (**Os coquero de Benedita** tá tudo que tava de pessoá que arrancô tudo!)⁴⁴. Ainda assim, o nome em questão é modificado por um PP que tem como complemento um DP que termina sua projeção com um núcleo nominal [+ animado], denotando relação de posse. Nos demais casos, a marcação de plural no determinante só ocorre em nomes com o traço [+ animado], mostrando que os nomes [+ animado/+ plural] devem aparecer precedidos de artigo;

(v) na análise dos dados, vale o que é dito por Baxter e Lopes (2009, p. 326) – que analisam um conjunto de inquéritos que reproduzem a fala dos habitantes de Helvécia – para a

⁴⁴ É importante considerar que a aparição de tal fenômeno pode estar relacionada à transcrição feita. É preciso analisar novamente as gravações para ter certeza de sua ocorrência.

análise do efeito que outros constituintes dentro do DP podem ter sobre o uso ou não do artigo, no caso definido:

(...) Os possessivos pré-nominais têm um comportamento muito diferente daquele dos outros modificadores contemplados aqui (que são: oração relativa, adjetivo pré-nominal, adjetivo pós-nominal, sintagma preposicionado, possessivo e advérbio locativo) e são capazes de atribuir um grau de referência definida suficiente para dispensar a presença do artigo definido, uma característica geral no PB. Já a presença de outro constituinte atribuidor de referência realmente não inibe o uso do artigo definido, como se observa com o adjetivo pré-nominal, a oração relativa e o adjetivo pós-nominal.

(vi) o uso de artigo definido antes de expressões nominais genéricas é observado por Ribeiro (2010), ao estudar HV-19. A autora ressalta que os genéricos precedidos por artigo definido são sempre singulares, como se observa nos demais dados aqui observados.

(vii) Ribeiro (2010) considera, ao estudar os dados de HV-19, que os indefinidos podem ser quantificadores, já que modificam nomes não contáveis e entidades abstratas. Essa análise vai ao encontro da de Lyons (1999), que afirma que os indefinidos são, na verdade, artigos cardinais, pois, não marcam indefinitude; mas cardinalidade. Nesse sentido, os nominais com artigos indefinidos em Helvécia aproximam-se do que foi dito por Lyons, já que não seriam marcadores de indefinitude, mas de cardinalidade.

Na próxima subseção, analisam-se os contextos sintático-semânticos em que ocorrem *nomes nus* na fala das informantes. Tais quais as observações gerais feitas acima, faz-se também notas preliminares sobre o não uso de artigos precedendo nominais.

4.3.2 Quando há a realização de *nomes nus*

Como dito acima, Baptista (2007) postula que a posição de sujeito da sentença, no CCV, favorece o aparecimento de *nomes nus* com leitura definida. Tal fato também parece ser verdade para os *nomes nus* encontrados na fala das informantes de Helvécia, uma vez que, a maioria dos DPs nus encontrados na posição sujeito são definidos, baseado no número total de dados entrados na análise feita do *corpus*. Há poucos dados de nome nu com leitura indefinida na posição sujeito no *corpus*. Assim, as interpretações dadas aos *nomes nus* encontrados na posição de sujeito nos inquéritos, de acordo com as interpretações dadas acima, são:

(15) + Definido/+ Específico (singular)

a. Mar Bento já ficô com medo, pensava que... que **onça** ia...levantá. e ele foi de fofotano, assim...que aí, mair na frente, pegô o picado, ó... Pisô pra fora, e chamô a gente de ir pra lá e... – HV-15

b. É... na casa de meu... meu irmão lá... com meu cunhado Getúlio, com os menino dele ININT lá que ela trabalha. **Marido** morreu... – HV-13

c. Ele morreu no... lá... fia... fia morava aí! Atrás desse... não chora não pa... pa **fia** não tomá choque. Hum! ININT que né hoje não! – HV-19

d. A... é grande, minha fia! Hum! **Familia** é grande! – HV-19

(16) + Definido/+ Específico (singular com leitura plural)

a. É... ele fez duas casa... Aí teve uma casa, menino, quemô, apois que **ma'bondo** votô de novamente... – HV-15

b. E **cipó deles** era desses cipó grosso, dobrava aqui ó... rochava em duas dobra... mas o corpo da gente ficava toda empoladinha... – HV-13

c. Mai eu ININT poque **dedo** tá tudo doendo! Ham! Eu... – HV-19

(17) + Definido/- Específico (singular com leitura plural)

a. Cando saiu o casamento de... de Maria, fia de... de Filiciana, saiu o casamento esses dia, **peçoá todo que saiu do casamento que veio de lá**, de manhã cedo, tudo foi chegano lá naquela casa que morava, lá no terra de ININT... E ele morreu... – HV-15

b. **aucalipto** tomô. – HV-13

c. ‘Cabô tudo! ‘**calipe** ‘cabô com tudo! – HV-19

(18) - Definido/+ Específico

a. O sinhô duvida que **cobra** correu em minha trás? – HV-15

b. Tá bonito... **cemitéro** era como daí pra lá, pro dentro desses eucalipe. – HV-13

c. Esse tempo... mãe não sentava com fio pa conversá não! – HV-19

(19) Genérico (singular)

a. Não usa bicho mais. **Pêxe** qué mai assim, pêxe tudo ficô, mas ININT – HV-15

b. **Pessoá** comprô tudo... Nós saiu... Num tem nada... nada... nada. – HV-13

c. Não... num... poque **gente** cabô! Caça de dia, caça de noite, né? – HV-19

d. Dia de... de fest... de São Batião foi buscá ma.. madêra nesse matim ali, ieu! Mas é uma alegria! **Povo** companhano... dançano... tambô atrás, de pandêro... Graças a Deus! – HV-19

Nomes próprios na fala das informantes são sempre nus, a não ser nos raros casos, em HV-15, mencionados acima, em que o nome é modificado por um adjetivo. Esse uso dos nomes próprios reflete o que se observa na fala contemporânea do PB culto no estado da Bahia.

(20) a. Num reconhece. Helena tamém é ôtra. **Helena** disse que ela num vai apará filho de ninguém mais. Quem quisé agora vai no méd'co. Vai no méd'co. – HV-15

b. **Benvino** morreu que é que me 'companhô... – HV-13

c. É... e **Eva** é de avó. – HV-19

São fatos relevantes que se depreendem a partir da descrição dos *nomes nus* em posição de sujeito sentencial presentes nos inquiritos, com base nas interpretações semânticas listadas acima:

(i) o uso de DPs, nos inquiritos estudados, na posição de sujeito, difere do uso em outras línguas, uma vez que licencia a presença de substantivos singulares sem artigo na posição de sujeito com leitura definida específica e com leitura genérica, como dito acima;

(ii) ainda por essa razão (fazer referência específica com nomes singulares nus), considera-se, neste trabalho, que os *nomes nus* encontrados são DPs;

(iii) mais uma vez, a noção de pluralidade tem um papel decisivo para predição do uso do artigo, ou não. Isso porque a marcação de plural se dá através do determinante nas falas analisadas, nomes que tendem a ter essa marca são sempre precedidos por artigo, como vimos acima. Foi proposto acima que os nomes [+ animado] favoreçam a marcação do plural. O que se espera, então, é que os nomes com traço [- animado] com leitura plural sejam nus, já que o traço [- animado] desfavorece a marcação de plural que, no caso, é feita através do artigo. Tal fato foi justamente o observado na fala das informantes, em que nomes com o traço [- animado] com leitura plural aparecem nus;

(iv) a noção de pluralidade parece ser relevante também quando se trata dos nomes com os traços [+ Definido/- Específico]. Isso porque os nomes que possuem essas características,

na fala da informante HV-15, são precedidos por artigo quando são singulares e nus quando se possui leitura plural. Contudo, outros fatores podem estar também imbricados nessa relação, como o uso de relativas modificando o nome;

(v) o uso de *nomes nus*, pelas informantes, vai de encontro ao que diz Bickerton (1981, *apud* BAPTISTA, GUÉRON, 2007a, p. 18), uma vez que, segundo Bickerton, as línguas crioulas usam *nomes nus* para nomes com o traço [-específico]. Contudo, HV-15 utiliza nomes nus tanto com traço [-específico], quanto com traço [+ específico];

(vi) outro fato que chama atenção é caso de os genéricos, nus ou não, serem sempre singulares, sendo que os DPs nus genéricos são maioria se comparado com sua contraparte realizada, a partir da análise e coleta dos dados no *corpus* estudado. Tal fato reforça ainda mais a ligação entre a pluralidade e o uso do artigo, como observa Alexandre e Hagemeijer para o CST;

(vii) a referência genérica parece não estar ligada à realização ou não do artigo, mas ao tipo semântico de sentença em que o DP sujeito é realizado, em um sentido parecido ao que Carlson (1977) e Guéron (2006) propõem para os plurais nus (sentenças episódicas têm DPs realizados com leitura definida e/ou específica, enquanto as sentenças genéricas têm DPs com leitura genérica), ou a informações outras contextuais:

- (21) a. Mar Bento já ficô com medo, pensava que... que **onça** ia...levantá – HV-15
b. Não... num... poque **gente** cabô! Caça de dia, caça de noite, né? – HV-19

(viii) Kihm (2012) ainda observa que, para os DPs completamente nus do *kriyol*, há a possibilidade de interpretação transnumeral, ou seja, em determinados contextos, estes DPs não possuem especificação de número, ou possuem o número neutro, o que pode ser aplicado nos casos de Helvécia;

(ix) o uso ou não do artigo parece também estar relacionado à acessibilidade do referente, como observa Ribeiro (2010) para HV-19:

(22) INF-15: Aí, trôxe... As fia, **as menina** dele ficô enchatiado...

CIRC-1: É...

INF-15 : **Menina** ficô enchatiado... as menina dele... E'eu num ofereceu nem uma xíca de café, poque num tem pó.

(x) Chierchia (1998), através do seu parâmetro do mapeamento nominal, propõe que os nomes nus contáveis sem artigo, recebam uma interpretação de massa, o que não ocorre, em Helvécia (“...**Marido** morreu.” em 15b).

(xi) Luanda Oliveira (2011) afirma, ao estudar um conjunto maior de inquéritos de Helvécia, que o fato de o artigo aparecer em uma citação do nome anteriormente favorece o uso de artigo em uma segunda citação. Entretanto, tal fato não é observado em nas informantes aqui estudadas, para nomes nus na posição de sujeito sentencial, corroborando a ideia de um estágio prévio de gramaticalização.

(xii) Nomes que se referem a elementos de posse inalienável podem ser nus (aparecem com mais frequência assim), ou possuírem artigo foneticamente realizado:

(23) a. **Papai**... morreu agora lá ni Helvécia. – HV-19

b. Ih... meu pé tá... ficô com câmbra, eu foi, botô mão nas n'água, pocô o côdom, eu: pacote, pacote, pacote, pacote, pacote, pacote, até bicha ficô desse tamain assim ININT botô o cabeça pra báxo ININT aí na roça! Ave Maria! **Pé** tá conserto. – HV-19

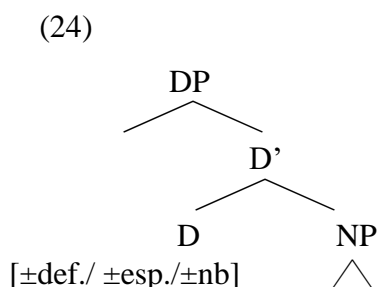
c. É. Puque... **o pai dela** tem três Maria. Cada uma tem seu nome! – HV-19

Esta seção trouxe uma descrição dos contextos em que os nominais em posição de sujeito ocorrem na fala das informantes, tanto com artigos nulos ou preenchidos foneticamente. A descrição dos contextos foi ilustrada a partir de uma série de exemplos retirados dos inquéritos. Além disso, buscou-se tirar observações gerais a partir dos exemplos mostrados. Na próxima seção, propõe-se uma análise estrutural dos dados a partir dos dados e das observações gerais feitas.

4.4 UMA PROPOSTA ESTRUTURAL

Tendo em vista o uso de *nomes nus* em HV-15, HV-13 e HV-19, propõe-se aqui que a estrutura dos DPs em posição de sujeito seja a mesma que Alexandre e Hagemeyer (2007) propõem para o DP do CST. Isso se deve ao fato de que tanto nas falas analisadas, quanto no CST, não há marcação de plural no nome. Assim, acredita-se que os DPs de CST e de HV-13 e 15 não projetem NbP, sendo o núcleo D₀ responsável por marcar, além da definitude e especificidade, o plural dos nomes, seja através da marcação morfológica do determinante, seja pela ligação que os artigos (nulos ou preenchidos) façam entre o nível gramatical e o

nível extra-gramatical (semântico-discursivo, nos termos de VALLDUVÍ, 1993; LAMBRECHT, 1994). Assim, propõe-se a estrutura em (24) (adaptada de ALEXANDRE; HAGEMEIJER, 2007: 51):



Essa proposta vai de encontro a de Ribeiro e Cyrino (2010) que defendem uma estrutura em que há a projeção de NumP. Para elas, a projeção NumP possui um papel central na checagem dos traços intrínsecos de número dos nominais. Contudo, diferente de Baptista (2007), as autoras não postulam movimento de N-to-D para que seja feita a realização da checagem de traços, mas argumentam em favor de que os traços sejam valorados através de operação de concordância (*agree*).

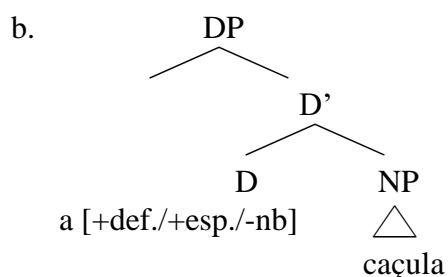
Nesse sentido, é importante que se observe a estrutura nos diversos contextos listados em relação aos nominais de Helvécia. Assim, é preciso ponderar como a estrutura proposta abarcar as interpretações listadas, a partir dos exemplos acima listados.

4.4.1 Quando há artigo realizado foneticamente

Nesta seção, estuda-se a viabilidade da estrutura proposta para os diferentes contextos listados acima para os nominais presentes no *corpus* com artigo realizado. Assim, a descrição é a que segue:

(25) + Definido/+ Específico (singular)

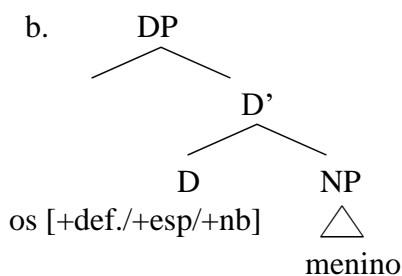
a. (...) **a caçula** táí com...casô com Mané... do Santo... – HV-15



Em (25), a interpretação definida é garantida pelo uso do artigo (apesar de que já se sabe que a ausência do artigo não significa indefinição). O traço de número é negativo, não desencadeando a flexão no artigo.

(26) + Definido/+ Específico (plural)

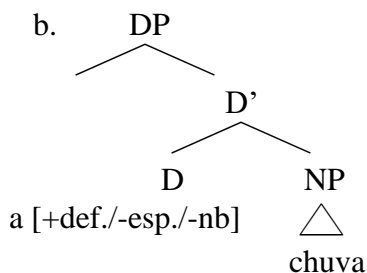
a. **Os menino** sempre chegavam, mode dos menino in... tá tudo no emprego, né, eu num... – HV-15



Já, no exemplo (26), o número é marcado positivamente, o que se reflete na marca de plural (-s) no artigo, uma vez que só é marcada no determinante. Nesse exemplo, também se pode observar o que foi dito em relação aos traços [+ definitude], [+ animado] e [+ número] favorecerem a realização do artigo.

(27) + Definido/- Específico (singular)

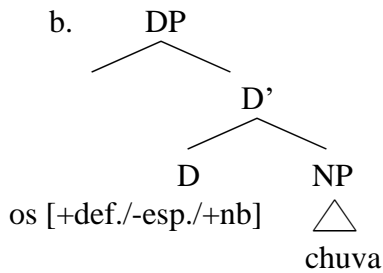
a. A trovuada, né? Parece que **a chuva** vem. – HV-15



No exemplo (27), observa-se a realização de um sintagma nominal não-específico, mas definido. Assim, pode-se perceber que, em Helvécia, a realização do artigo definido indica definitude, como dito acima. Já a leitura específica ou não-específica depende de fatores contextuais, através da ligação que os artigos (nulos ou preenchidos) façam entre o nível gramatical e o nível extra-gramatical.

(28) + Definido/- Específico (plural)

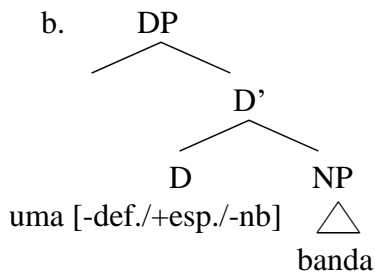
a. ...**os pêxe** vem [no] fuçá. – HV-13



Em (28), observa-se, mais uma vez, a relação entre a realização do artigo e os traços de número, animacidade e definitude. Para além disso, a leitura definida é garantida pelo uso do artigo (apesar de, sempre é importante ressaltar, que a falta do artigo não garante a leitura indefinida, de fato, para a posição sujeito, a tendência parece ser justamente o contrário), e a leitura não-específica depende dos fatores contextuais e sua relação com a gramática.

(29) – Definido/+Específico

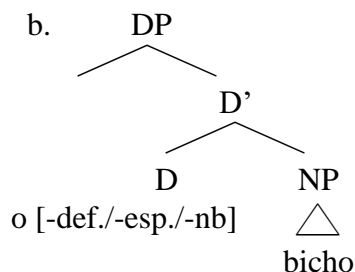
a. ... a ôtra vai! Quando... qué... caí essa bandêra... escolhe esse bandêra. Quando **uma banda** não vai, a senhora... fica firmo! – HV-19



No exemplo (29), temos o caso do uso de artigos indefinidos, como são chamados esses determinantes normalmente. O uso desses determinantes é raro na posição de sujeito na fala das informantes, sendo encontrado apenas um dado na fala de HV-13 e alguns poucos na de HV-19. O que se interpretou desse emprego é que, devido à posição sujeito favorecer o aparecimento de informações velhas, a tendência é de realização de artigos definidos, que marcam a definitude dos nominais já citados no contexto. Outrossim, observa-se que o artigo indefinido não marca indefinitude, mas sim cardinalidade, como propõe Lyons (1999). Entretanto, por ser um determinante, aparece em distribuição complementar com o artigo definido, por isso acontecer geralmente em contextos indefinidos. Ademais, observa-se a associação do artigo indefinidos com a leitura específica, mas tal fato se atribui à necessidade de leitura específica para que se associe a informação de cardinalidade, ou de possibilidade de leitura contável do nominal. Assim, a cardinalidade seria um dos fatores intra-gramaticais que estariam envolvidos na marcação de especificidade na fala de Helvécia.

(30) Genérico

a. De primêro, **o bicho** vinha na pota... E agora, nem vem... – HV-15



Por fim, tem-se um exemplo (30) de leitura genérica com o uso do artigo definido singular. Essa parece também ser uma tendência do PB contemporâneo, como apontam Schimitt e Munn (1999). Aqui, especula-se que a leitura genérica, que neutraliza a definitude do artigo, seja dada a partir de informações intra e extra-gramaticais que envolvem a sintaxe da sentença, o que foi discutido ao longo do texto, mas foge do recorte metodológico da pesquisa.

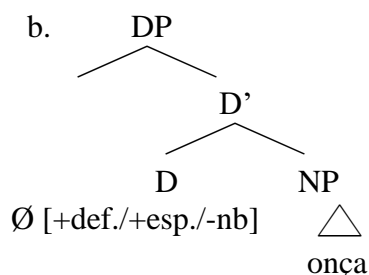
Na próxima seção, descrevem-se estruturalmente os nominais nus em seus diversos contextos encontrados nos dados.

4.4.2 Quando há a realização de nomes nus

Nesta seção, a estrutura proposta nesta seção é usada para descrever os nominais nus encontrados na fala de Helvécia, nos contextos listados na seção 4.3.2. Dessa forma, a descrição é a que segue:

(31) + Definido/+ Específico (singular)

a. Mar Bento já ficô com medo, pensava que... que **onça** ia...levantá.– HV-15

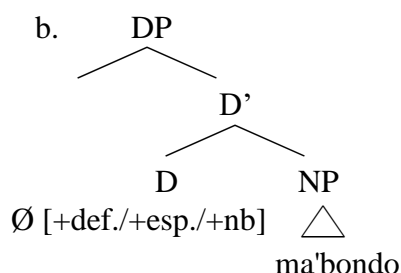


No exemplo (31), tem-se o uso mais comum do artigo nulo em Helvécia: com a leitura definida e específica. Conforme dito anteriormente, o fato de essa leitura ser a mais comum

pode estar relacionado com a tendência da posição sujeito em abrigar informação velha ou dada. Assim, o fato de estar em posição sujeito, seria um dos fatores sintáticos que influenciariam o aparecimento do artigo nulo, uma vez que a posição sintática seria um indicativo da leitura. Isso corrobora a análise de Ribeiro (2010) que afirma que pistas sintáticas e contextuais podem prescindir a realização do artigo nessa variedade.

(32) + Definido/+ Específico (singular com leitura plural)

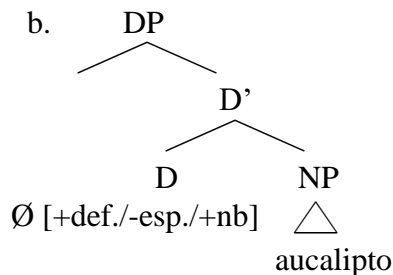
a. É... ele fez duas casa... Aí teve uma casa, menino, quemô, apois que **ma'bondo** votô de novamente... – HV-15



Em (32), tem-se o uso do artigo nulo com leitura definida/específica, tal qual o analisado acima. Nesse sentido, o que difere os dois é a possibilidade de leitura plural do segundo, mesmo sem a ocorrência da marca. Tal fato mostra a possibilidade de leitura transnumeral do artigo nulo em Helvécia (uma vez que a marcação de número é feita no artigo). Assim, como não há a realização do artigo, pode-se inferir que, mais uma vez, devido a fatores, possivelmente extra-gramaticais, existe a marcação de número no núcleo D, para que se possa ter a interpretação plural do nominal.

(33) + Definido/- Específico (singular com leitura plural)

a. **aucalipto** tomô. – HV-13

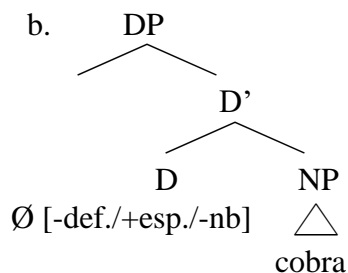


Em relação ao exemplo em (32), o (33) se difere pela leitura não-específica do nominal. Conforme visto para os exemplos dos nominais com artigos realizados, a leitura

específica do artigo não está relacionada à natureza desse determinante, mas à informações extra-gramaticais, que são codificadas pelo núcleo D e interferem na realização ou não de artigos.

(34) – Definido/+ Específico

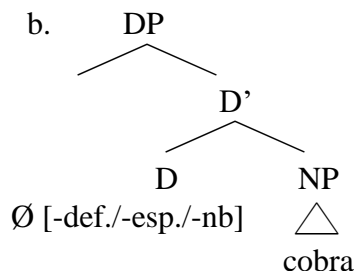
a. O sinhô duvida que **cobra** correu em minha trás? – HV-15



O exemplo em (34) traz a questão mais complicada para essa pesquisa: o artigo nulo é definido ou específico? Ou seriam duas classes diferentes? Ou haveria a possibilidade do artigo nulo ser indefinido? De fato, assumir que o artigo \emptyset teria a possibilidade de marcar indefinidade contradiria o que foi dito sobre o artigo indefinido nas seções 4.3.1 e 4.4.1. Propor dois tipos diferentes de artigo nulo também não seria a melhor solução, tendo em vista o princípio da economia, que rege as descrições que se pretendem minimalistas. Assim, parece ser razoável propor que se trata de um cardinal (no mesmo sentido que foi usado para o artigo indefinido na seção anterior). As semelhanças de leitura levam a essa interpretação: a possibilidade de contagem, a leitura específica do nominal e a falta de definitude. Destarte, é razoável propor que, em Helvécia, observa-se o uso de dois determinantes nulos: o artigo definido nulo e o determinante cardinal, da mesma forma que ocorre com os nominais com artigos realizados.

(35) Genérico (singular)

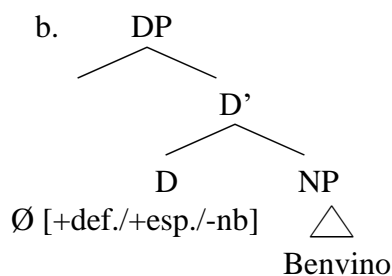
a. Não usa bicho mais. **Pêxe** qué mai assim, pêxe tudo ficô, mas ININT – HV-15



No exemplo em (35), tem-se o uso do artigo nulo com leitura genérica. Nesse caso, aplica-se o que foi dito para o exemplo (30): a leitura genérica é dada por informações presentes na sentença, que anulam o valor definido do artigo nulo; dando ao nominal a leitura genérica.

(36) Nomes Próprios

a. **Benvino** morreu que é que me ‘companhô... – HV-13



O exemplo (36) mostra que os nomes próprios, em Helvécia, são realizados com o artigo Ø, como acontece em muitas línguas. Isso porque os nomes próprios têm definitude suficiente para prescindir do uso do artigo.

Assim, percebe-se que a estrutura proposta para os DPs em posição de sujeito em Helvécia atende aos diversos contextos sintático-semânticos em que esses nominais ocorrem. Contudo, somente a proposta de Alexandre e Hagemeyer (2007) parece não dar conta de prever todos os casos em que deve ocorrer artigo nulo ou preenchido. Em alguns casos, o uso é bastante parecido, o que torna difícil dizer a diferença entre as ocorrências (35).

(37) a. **O menino** chegô, puxô o braço... tratô o braço... o braço tudo ficô machucado (...). – [+ Def./+Esp./Sing.] – HV-15

b. **Menin'**inda tava des'tamanho ININT e Pedo tava maió. – [+ Def./+Esp./Sing.] – HV-15

c. É, quando **o finado meu pai** morreu e dexô ela ININT mamano... dexô eu molinho... – [+ Def./+Esp./Sing.] – HV-13

d. É... na casa de meu... meu irmão lá... com meu cunhado Getúlio, com os menino dele ININT lá que ela trabalha. **Marido** morreu... – [+ Def./+Esp./Sing.] – HV-13

Assim, é razoável pensar que as falantes possuam internalizadas mais de uma gramática e que elas variem em seu uso; conforme se observa nos exemplos acima, em que, em um mesmo contexto sintático, a posição sujeito, as falantes variam entre o uso de *bare noun* e de DP com núcleo preenchido por artigo. Contudo, isso não passa de uma hipótese, já que tal afirmação depende de uma análise mais aprofundada das possibilidades estruturais dos DPs em mais falantes de Helvécia e de outros aspectos da gramática destes falantes, o que será retomado na próxima seção, em que se resumem as conclusões alcançadas ao longo da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir a estrutura do DP, na posição de sujeito, na fala de HV-13, HV-15 e HV-19, moradoras da comunidade rural isolada de Helvécia. Para tanto, primeiro discutiu-se a relevância do tema para os estudos linguísticos, mostrando a particularidade, no que tange o uso de DPs nus, da variedade em questão e os estudos sobre o tema, tanto em outras línguas, quanto em outras variedades do próprio PB. Ficou claro que o que particulariza o caso das falantes de Helvécia é a possibilidade de uso de *nomes nus* com leitura referencial/específica na posição de sujeito, fato estranho a outras línguas românicas e também às línguas germânicas.

Para que se pudesse entender o que particulariza o caso de Helvécia, foi necessário descrever os fatores sócio-históricos da formação da comunidade e que fazem da variedade usada pelas entrevistadas algo rico para análise linguística. Além disso, foi aqui resumido o referencial teórico que serviu de base para as propostas presente na descrição dos dados, a fim de que se pudesse fazer um quadro das propostas sobre DPs, tanto num quadro geral, quanto num quadro mais específico, com trabalhos afins.

Dessa forma, o estudo mostrou, no que tange ao fenômeno analisado, a semelhança entre esta variedade do PB e as línguas crioulas, principalmente o Crioulo de Cabo Verde, o Crioulo de São Tomé e o *Kriyol*, apontando para os parecidos processos de formação dessas comunidades, logo, também de suas línguas, como fator determinante para essa aproximação. Assim, como foi visto ao longo do texto, seria o processo de transmissão linguística irregular o principal fator da diferenciação entre a variedade linguística usada pelas senhoras de Helvécia e o PE e o PB contemporâneo.

Ao longo do texto, discutiram-se os usos de nomes precedidos por artigos e os usos de *nomes nus* por parte das falantes estudadas. Com base em uma descrição semântica e sintática destes DPs, propuseram-se aqui generalizações em que se tentava prever a ocorrência ou não de artigos precedendo nomes, em alguns casos (uma vez que, como foi dito, parece que as falantes possuem mais de uma gramática internalizada e que variam em seu uso). Também se buscou aqui estabelecer comparações entre esta descrição e análises outras sobre outros falantes oriundos de Helvécia e sobre crioulos, a fim de mostrar a referida semelhança entre essas línguas, bem como ver como esses estudos puderam contribuir para a compreensão do fenômeno estudado na fala das informantes.

Por fim, afirmou que a estrutura proposta por Alexandre e Hagemeijer para os DPs de CST pode também ser aplicado aos DPs de HV-13, HV-15 e HV-19, devido, principalmente

ao fato de que, nas duas línguas, a marca morfológica de plural não corre nos nomes, somente nos determinantes. Dessa forma, acredita-se que não há necessidade de se supor a projeção de N (flexão de número) independente dentro dos DPs dessa variedade. E mais, em face de tal proposta estrutural não dar conta completamente da variação entre o uso de *nomes nus* e nomes com determinante preenchido nas falas analisadas, ventilou-se a possibilidade de a falante possuir mais de uma gramática internalizada.

5.1 PRÓXIMOS PASSOS

Para os próximos passos da pesquisa, percebe-se que, pela escolha do corpus é possível lançar um olhar sobre o processo de aquisição do português por africanos e afrodescendentes. Ribeiro (2010, p. 1) diz ser relevante este tipo de estudo, uma vez que revela “evidências empíricas para a relação histórica entre o contato linguístico e a formação das variedades populares do PB”. Já Mattos e Silva (2004, p. 82) afirmam que “teria sido essa significativa parcela de africanos e afro-brasileiros da população colonial o agente principal de difusão do que estou designando português geral brasileiro, antecedente histórico do chamado português popular brasileiro.” Deste modo, a análise do corpus em destaque permitirá conjecturar sobre a relação entre este português geral brasileiro e o português popular brasileiro, como propõe Mattos e Silva (2004).

Além disso, é possível revelar a relação entre o processo de TLI e o processo de formação do PB popular e suas variedades, o *corpus* analisado mostra a relação entre o PB popular e a formação do PB culto no Brasil. Isso porque o português que se formou em comunidades rurais se difundiu nas grandes cidades devido ao processo maciço de êxodo rural causado pela industrialização (LUCCHESI, 2009a). Assim, a presença de DPs nus na posição de sujeito da sentença em construções do PB culto pode confirmar essa relação histórica entre o PB popular, formado nas comunidades rurais e que provavelmente reflete mais profundamente o contato entre línguas na formação do PB, e o PB culto contemporâneo – formado nas grandes cidades após o processo de êxodo rural e industrialização das cidades.

No sentido de que a ocorrência de nomes nus aproxima a variedade do português de Helvécia (que aqui citamos como uma amostra de PA) com crioulos, e que a própria sócio-história da comunidade remete a processos de formação parecidos, faz sentido pensar sobre quais são as semelhanças e diferenças entre estas variedades linguísticas. Assim sendo, mais adiante, nessa pesquisa, deter-se um pouco mais sobre esse fenômeno em algumas línguas

crioulas é um passo a ser dado. Por hora, coube frisar as semelhanças que aproximam tais falares entre si, do ponto de vista sócio-histórico.

Outrossim, é importante ainda observar quais informações intra e extra-gramaticais interagem para a realização ou não dos artigos. Pistas, como a relação entre definitude, animacidade e número, apontam para uma descrição e análise dos traços formativos dos nominais nessa variedade linguística como elementos fundamentais para compreensão total do fenômeno. Assim, investigar a relação desses traços e a maneira com que eles podem interagir com as interfaces extra-gramaticais se revela um caminho relevante a seguir para continuidade da pesquisa.

Outros pontos linguísticos a serem explorados são os mecanismos sentenciais que levam à interpretação genérica dos nominais nus e com artigo realizado em Helvécia, bem como o estudo detalhado da semântica do artigo indefinido e sua relevância sintática na estrutura gramatical da variedade estudada.

Por fim, cabe ressaltar que o estudo teve viés descritivo, visando a descrever contextos de realização de nominais na amostra de fala estudada. Uma análise sintático-semântica mais detalhada é de extrema importância para a continuidade do estudo, além de um maior escopo de comparação do fenômeno observado com semelhantes em outras línguas.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. P. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Dissertação de PhD. MIT, 1987.
- ALEXANDRE, N.; SOARES, N. V. O domínio nominal em Crioulo de Cabo Verde: o puzzle dos *nomes nus*. In: XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. *Anais*. Lisboa: APL, 2004. p. 337-350.
- _____.; HAGEMEIJER, T. Nomes nus and the nominal domain in Santome. In.: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (Ed.). *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007.
- AVELAR, J.; GALVES, C. O papel das línguas africanas na emergência da gramática do português brasileiro. *Linguística*, v. 30 (2), 2014, pp. 241-288.
- BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. Noun phrases in creole languages. In.: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (Ed.). *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007a.
- BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (Ed.). *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007b.
- BAPTISTA, M. *The syntax of Cape Verdean Creole: the Sotavento varieties*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- _____. On the syntax and semantics of DP in Cape Verdean Creole. In: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (Ed.). *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007.
- BAXTER, A.; LOPES, N. Bare definite reference NPs in an Afro-Brazilian Portuguese dialect. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, v. 4, 2006, p. 55-69.
- _____. O artigo definido. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BEYSSADE, C. A semântica dos definidos genéricos em francês. In.: PIRES DE OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. (Orgs.). *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor: Karoma, 1981.
- _____. Creole languages and the bioprogram. In.: F. J. NEWMAYER (Ed.). *Linguistics: The Cambridge Survey*, vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. How to acquire language without positive evidence: What acquisitionists can learn from creoles. In.: DEGRAFF, M. (Ed.). *Language creation and language change: Creolization, diachrony and development*. Cambridge: MIT Press, 1999, p. 49-74.

CARLSON, G. A unified analysis of the English bare plural. *Linguistics and Philosophy*, 1, 1977, p. 413-457.

CARVALHO, D. S. *A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Maceió: UFAL, 2008.

CERQUEIRA, F. O. *A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA, 2015.

CERQUEIRA, V. C. *Primeiro o demonstrativo; depois, o artigo: considerações sobre a aquisição de categorias funcionais*. Campinas: UNICAMP, 1993.

CHIERCHIA, G. Reference to kinds across languages. *Natural Language Semantics*, Dordrecht, v.6, n.4, p.339-405, dec. 1998.

_____. *Semântica*. Tradução de Luiz Arthur Pagani, Lígia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.

_____. Remarks on Nominalization. In: JACOBS R.; ROSENBAUM P. (eds.). *Readings in English Transformational Grammar*, Waltham, Massachusetts: Ginn, 1970, p. 184-221.

_____. *Reflections on Language*. New York: Pantheon, 1975.

_____. *Knowledge of language: its nature, origins and use*. New York: Praeger, 1986.

_____. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

COENE, M.; D’HULST, Y. Theoretical background. In: COENE, M.; D’HULST, Y. (Ed.). *From NP to DP: Volume 1: The syntax and semantics of noun phrases*. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

DIESING, M. Indefinites. *Linguistic Inquiry Monograph*, 20, Cambridge: MIT Press, 1992.

FERRARI-NETO, J. Introdução: as bases e os objetivos da Gramática Gerativa. In: FERRARI-NETO, José; SILVA, Cláudia Roberta Tavares (Org.). *O Programa Minimalista em Foco*. Curitiba: CRV, 2012. p. 11-27.

FILLMORE, Charles J. The Case for Case. In: E. Bach and R.T. Harms (eds). *Universals in Linguistic Theory*. London: Holt, Rinehart and Winston), 1968, p. 1-88

FREGE, G. Funktion und Begriff. English translation: POHLE, J. In: GEACH, P.; BLACK, M. (Ed.). *Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1891.

GIVÓN, T. Definiteness and referentiality. In: GREENBERG, J.; FERGUSON, C.; MORAVCSIK, E. (Eds.). *Universals of human language*, vol. 4. Stanford: Stanford University Press, 1978.

GUÉRON, J. Generic sentences and bare plurals. In.: VOGELEER, S.; TASMOWSKI, L. (Ed.). *Proceedings of the Brussels Conference on Indefinites and Weak Quantifiers*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 219-234.

HEIM, I. *The Semantics of Indefinite and Definite Noun Phrases*. Ph.D. Thesis. Amherst: University of Massachusetts, 1982.

IONIN, T.; KO, H.; WEXLER, K. Specificity as a grammatical notion: Evidence from L2-English use. In.: GARDING, G.; TSUJIMURA, M. *Proceedings of West Coast Conference on Formal Linguistics 22 (WCCFL 22)*. Somerville: Cascadilla Press, 2003 p. 245-258.

IONIN, T. *Article Semantics in Second Language Acquisition*. MIT, Cambridge: Doctoral dissertation, 2003.

KABATEK, J. Existe um ciclo de gramaticalização do artigo na romania?. In: Jânia Ramos; Mônica Alkmim. (Org.). *Para a história do português brasileiro: estudos sobre mudança lingüística e história social*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora FALE/UFMG, 2007, p. 13-51

KIHM, A. On the interpretation of bare noun phrases in Guinea-Bissau Portuguese Creole (Kriyol). In.: BAPTISTA, M.; GUÉRON, J. (Ed.). *Noun phrases in creole languages: a multi-faceted approach*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007.

_____. Os nominais nus no crioulo de Guiné-Bissau (Kriyol): descrição e ensaio de análise construcional. In.: PIRES DE OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. (Orgs.). *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

KROCH, A. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, Cambridge, n.3, p.199-244, 1989.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LACA, B. Presencia y ausencia de determinante. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). *Gramática descriptiva de la lengua española*, v. 1, Sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 1999.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: A Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form, *Linguistic Inquiry* 25, 1994, p. 609–665.

_____. The structure of DPs: Some principles, parameters, and problems. In.: BALTIN, M., COLLINS, C. (Ed.). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden MA: Blackwell, 2001, p. 562–604.

LOPES, C. R. S. A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. *Fórum Lingüístico*, v. 4, nº1. Florianópolis, 2004.

LOPES, R. Against a unified analysis for nomes nus in Brazilian Portuguese. In: *Going Romance-Twenty-first Symposium on Romance Linguistics*, Amsterdam: Universidade de Amsterdam, 2007. p. 23-24.

LOPES, R. Nem só crioulo, nem só português brasileiro, mas também. In: *Letras*, v. 84, 2011. p. 197-212.

LYONS, C. *Definiteness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LUCCHESI, D. The article systems of Cape Verde and São Tomé Creole Portuguese: General principles and specific factors. In: *Journal of Pidgin and Creole Languages* 8(1), 1993. p. 81–108.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, C; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003, p. 272-284.

_____. História do contato entre línguas no Brasil. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009a.

_____. A transmissão lingüística irregular. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009b.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; ALVES DA SILVA, J.; FIGUEIREDO, C. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, D.; RIBEIRO, I. Teoria da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARIANO, V. A estrutura dos DPs em posição sujeito no português rural afrodescendente. *Inventário*, Salvador, 11º ed., 2012.

MARINS JUNIOR, M. R. *Edição semidiplomática das atas escritas na Sociedade Protetora dos Desvalidos por Gregório Joaquim de Santana Gomes Ferrão*. Iniciação Científica. (Graduando em Letras Vernaculas) - Universidade Federal da Bahia, 2002. Orientador: Tania Conceição Freire Lobo.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MÜLLER, A. Nomes nus e parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, nº 58, 2002, p. 325-337.

_____. Tópico, Foco e Nominais Nus no PB. In: NEGRI, L.; M.J. FOLTRAN; R.P. OLIVEIRA. (Org.). *Sentido e Significação*. São Paulo: Contexto, 2004, v., p. 77-95.

NERUDA, P. O livro das perguntas. In: _____. *O livro das perguntas*. Tradução de Olga Savary. Porto Alegre: L&PM Editora, 2004.

- NEVES, P. *SDs nus na posição de objeto no português afrobrasileiro de Helvécia*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- OLIVEIRA, K. *Negros e escrita no Brasil do séc. XIX, sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- OLIVEIRA, L. *O uso variável do artigo definido na comunidade rural afrobrasileira de Helvécia-BA*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- PARTEE, B. H. Noun Phrase Interpretation and Type Shifting Principles. In: GROENENDIJK, J.; JONGH, D. de; STOKHOF, M. (Ed.). *Studies in Discourse Representation Theory and the Theory of Generalized Quantifiers*. Dordrecht: Foris, 1987. p.1 15-143.
- PIRES DE OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. Os vários modos de ser nu: uma introdução. In.: PIRES DE OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. (Orgs.). *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- RIBEIRO, I. *O sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afro-brasileira idosa*. Comunicação apresentada no congresso da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010.
- RIBEIRO, I.; CYRINO, S. *A expressão de DPs em dois registros de afro-brasileiros do século XIX*. Apresentado no workshop “Gramaticalização: abordagens formais e funcionais”, 2010a.
- _____. *A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendente*. Apresentado no ENAPOLL, 2010b.
- _____. *A estrutura do DP no crioulo de Cabo Verde e no PB de afro-descendentes*. *Revista Letras*, Curitiba, n. 84, 2011
- SCHIMITT C.; MUNN, A. *Against the nominal mapping parameter: nomes nus in Brazilian Portuguese*. Proceedings of NELS 29, 1999.
- SIMIONI, L. Mini-curso: sintaxe e semântica dos nominais nus. In.: *Mini-curso: sintaxe e semântica dos nominais nus*, 1., UFBA, Salvador, 2014.
- TARALLO, F.; KATO, M. Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística. *Preedição*, 5, 1989, p. 1-41.
- TAVEIRA DA CRUZ, R. A estrutura dos nominais nus e a incorporação semântica no português brasileiro. In.: PIRES DE OLIVEIRA, R.; MEZARI, M. (Orgs.). *Nominais nus: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno, revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].